



WWW.FAPERS.ORG.BR

Relatório
Anual | **2024**

ÍNDICE

Apresentação	5
Mensagem da Diretoria	6
Governança	8
Quem somos	9
Equipe Profissional	9
Nossos Patrocinadores	9
Planejamento Estratégico	10
Certificação	11
Ações judiciais	13
Despesas Administrativas	14
Relacionamento e Comunicação	19
Canais de Relacionamento	20
FAPERS nas Comissões da ABRAPP	22
Governança Corporativa	23
Conselho Deliberativo	24
Conselho Fiscal	25
Diretoria Executiva	26
Organograma e Comitês de Apoio	27
Comitês e Comissões	28
Destaques 2024	33
Boletim Conjuntural dos Investimentos	34
Recadastramento anual automatizado	35
Educação financeira e previdenciária	36
Ingresso de novos empregados no Patrocinador	37
Dias de Campo da Saúde do Trabalhador.....	37
Campanha Sementes do Futuro	37
Gestão Previdenciária	38

Gestão dos Investimentos	47
Gestão Contábil	64
Balanço Patrimonial	66
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)	67
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DMAL)	68
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DAL)	72
Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios (DPT)	76
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidada	80
Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis	81
Pareceres Atuariais	118
Relatório do Auditor Independente	130
Parecer do Conselho Fiscal	135
Manifesta�o do Conselho Deliberativo	136



Expediente:

Relatório Anual de Informa es |RAI| EXERCÍCIO 2024| Editado em abril de 2025

O Relatório Anual de Informa es (RAI)   uma publica o da FAPERS em observância ao disposto na Resolu o CNPC n  32, de 04/12/2019, e demais normativos vigentes.

Elabora o:

Diretoria Executiva, Gestão 2023/2026, e empregados da Funda o

Diagrama o:

Mirador Comunica o



APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva 2023/2026 apresenta neste relatório os resultados dos planos de benefícios previdenciários, bem como as Demonstrações Contábeis, os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, o Parecer do Conselho Fiscal e a Manifestação do Conselho Deliberativo.

Ao publicar o Relatório Anual de Informações (RAI) a FAPERS reafirma seu compromisso em atender os dispositivos legais e os padrões de Governança Corporativa para que os participantes, assistidos, pensionistas e Patrocinador acompanhem o desempenho

dos planos de benefícios.

A Diretoria Executiva agradece a confiança de seus participantes, assistidos e pensionistas, o apoio do Patrocinador ASCAR, a participação e o compromisso dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, o empenho e responsabilidade dos componentes da Comissão Eleitoral, Comissão Permanente, Comitê de Controles Internos, Comitê de Investimentos e Riscos, da equipe de empregados e assessorias.

Boa leitura!

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2024 foi de intensos aprendizados. Em meio a um ambiente econômico desafiador, com movimentos do mercado e impactos globais exigindo decisões cada vez mais estratégicas, a FAPERS mostrou sua força. Os planos de benefícios apresentaram resultados positivos. Isso só foi possível graças a uma gestão comprometida, que alia cautela e oportunidade com responsabilidade.

Mas nossos avanços não se restringem aos investimentos. Ao longo do ano, fortalecemos nossos pilares institucionais — governança, estrutura interna e comunicação com participantes e patrocinador. Importantes evoluções aconteceram. Buscamos mais proximidade e ampliação do diálogo. E isso se refletiu nas ações que promovemos: campanha como a Sementes do Futuro, visitas técnicas, participação em feiras, lives, novos materiais e uma identidade visual renovada em diversos informativos e comunicações, tudo pensado para dialogar melhor com quem está do outro lado. Entre os destaques de 2024, registramos o ingresso de 113 participantes, representando

o maior número de ingressos desde 2007. Também merece menção a implantação de um novo sistema para a comprovação da prova de vida dos aposentados e pensionistas, sem necessidade de envolvimento dos mesmos e ampliando ainda mais a segurança para a FAPERS.

Foi também um período de olhar para dentro, de rever processos, ajustar rotas e investir na solidez da Instituição. Cada movimento teve um propósito: garantir que o presente seja bem cuidado para que o futuro de nossos participantes e assistidos continue sendo motivo de confiança.

Agora, em 2025, seguimos atentos aos próximos desafios, certos de que estamos preparados para enfrentá-los. Nosso compromisso permanece firme: oferecer uma previdência segura, transparente e feita com o mesmo cuidado que gostaríamos de receber.

Diretoria Executiva





GOVERNANÇA

QUEM SOMOS

Fundada em 1981, a Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul é uma entidade fechada de previdência complementar que administra planos de benefícios de natureza previdenciária, em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor.

A FAPERS tem como missão elaborar e administrar planos de previdência complementar, com segurança, dentro da política de recursos humanos dos Patrocinadores, promovendo a qualidade de vida dos seus participantes, aposentados e pensionistas.

A busca pelas melhores estratégias, antecipar-se às mudanças, assegurar índices crescentes de segurança e previsibilidade, são os pilares da gestão da FAPERS pela melhoria contínua dos seus resultados.

EQUIPE PROFISSIONAL

Com um quadro de empregados composto por 11 profissionais, a FAPERS destaca a dedicação e zelo com que são tratados os temas de interesse, bem como o empenho de todos em oferecer o melhor aos mais de 2.700 Participantes e Assistidos.

PATROCINADORES



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

As mudanças na sociedade e no regime de previdência complementar impulsionam as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC a repensarem sua competitividade e sustentabilidade.

A construção de um Planejamento Estratégico implica na formalização objetiva e criteriosa das pretensões de uma Entidade.

A FAPERS segue um planejamento estratégico orientado para o cumprimento da sua missão e no alcance da visão enquanto EFPC. Revisado anualmente, o documento estabelece as diretrizes que irão nortear as atividades da entidade frente a seus desafios futuros.

O Mapa Estratégico 2023/2025 abaixo também está disponível no ícone Institucional no site <http://www.fapers.org.br>.



Fonte: <https://fapers.org.br/new-portal/mapa-estrategico/>

CERTIFICAÇÃO

A exigência para a certificação de dirigentes (diretores, conselheiros, membros de Comitê de Investimentos e Riscos) e profissionais de fundos de pensão é importante para atender a legislação vigente, mas, fundamentalmente, amplia a qualificação do processo decisório nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Os membros dos órgãos de gestão e fiscalização da FAPERS estão certificados junto à ANBIMA mediante aprovação em exame para o CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20). A referida modalidade de certificação tem o prazo de validade de três anos, sendo possível a renovação de acordo com as regras da ANBIMA.

Os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal estão comprometidos na busca da certificação com o objetivo de melhoria da sua própria qualificação e do atendimento à legislação pertinente. No quadro a seguir constam os dirigentes (diretores e conselheiros) e membros do Comitê de Investimentos e Riscos que se encontravam certificados no ano de 2024:

CONSELHO DELIBERATIVO		
Membros	Cargo	Certificadora/Certificado
Diego Barden dos Santos	Titular/Indicado	Anbima/CPA-20
Mateus Stefanello	Titular/Eleito	
Eduardo Mariotti Gonçalves	Indicado/Suplente	
CONSELHO FISCAL		
Membros	Cargo	Certificadora/Certificado
Clarito Dal Forno	Indicado/Titular	Anbima/CPA-20

Tabela continua na próxima página!

DIRETORIA EXECUTIVA		
Membros	Cargo	Certificadora/Certificado
Ricardo Altair Schwarz	Diretor Superintendente	Anbima/CPA-20
Michel Bueno Giacobbo	Diretor Financeiro	
José Claudio Secchi Motta	Diretor de Seguridade	

COMITÊ DE INVESTIMENTOS E RISCOS		
Membros	Cargo	Certificadora/Certificado
Michel Bueno Giacobbo	Diretor Financeiro/AETQ	Anbima/CPA-20
José Claudio Secchi Motta	Diretor de Seguridade/ARPB	
Ricardo Altair Schwarz	Diretor Superintendente	
Cássio Zarpelon	Empregado da FAPERS	
Sabrina Giacomoni Comelli	Empregada da FAPERS	
Clever Renato Neuenfeldt	Consultor de Investimentos	ApimecSul/CNPI
Marco Antônio dos Santos Martins	Consultor de Investimentos	

Fonte: Assessoria Executiva

AÇÕES JUDICIAIS

A diminuição gradativa das ações judiciais é resultado da atuação ativa da diretoria e assessoria jurídica, com foco na solução dos contenciosos e recuperação de valores já provisionados. O quadro abaixo demonstra a evolução dos processos judiciais desde 2018:

EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS							
ANOS	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
GRAU DE RISCO							
REMOTA	52	41	41	33	30	26	20
POSSÍVEL	3	8	7	9	7	5	4
PROVÁVEL	2	2	2	2	2	2	1
TOTAL	57	51	53	44	39	33	25

Do total do processo vigentes em 31/12/2024, 68% representam empréstimos, 20% previdencial e 12% administrativo.

Fonte: Controladoria

De acordo com a legislação vigente, as contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

O pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC nº 25, de 26 de setembro de 2009, define três tipos de graus de risco, de acordo com a probabilidade de perda como segue:

- Remota: eventos julgados pela assessoria jurídica como decisão favorável, não havendo obrigatoriedade de reconhecimento contábil e de registro em Notas Explicativas.
- Possível: eventos julgados pela assessoria jurídica como perda possível, não havendo obrigatoriedade de registro contábil, mas deverão ser citados em Notas Explicativas.
- Provável: eventos julgados pela assessoria jurídica como perda provável, sendo obrigatório o registro de provisão contábil e a menção em Notas Explicativas.

Apresentamos o quadro consolidado da quantidade de processos em relação à exposição ao grau de risco. Cabe destacar que, do total de processos, a maioria encontra-se com probabilidade de risco "remota" conforme a situação das ações em andamento em 2024, conforme demonstrado no quadro abaixo:

PROCESSOS CONSOLIDADOS FAPERS			
DESCRIÇÃO GRAU DE RISCO	AUTORA	RÉ	TOTAL
REMOTA	19	1	20
POSSÍVEL	1	3	4
PROVÁVEL	0	1	1
TOTAL	20	5	25

Fonte: Controladoria

O monitoramento das ações judiciais é pauta permanente da diretoria executiva tendo em vista os possíveis impactos no patrimônio e no resultado dos planos previdenciários.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

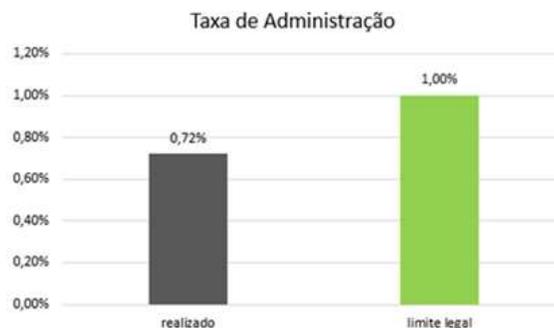
A Resolução CNPC nº 48/2021 dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo além dos critérios e controles relativos às despesas administrativas no âmbito das EFPCs, revogando a Resolução CGPC nº 29/2009.

Com objetivo de maior controle e transparência em relação às despesas administrativas a referida resolução determina que as fontes de custeio administrativo passíveis de inclusão no orçamento anual, os critérios quantitativos e qualitativos para a realização das despesas administrativas e os indicadores de gestão devem estar previstos no regulamento do plano de gestão administrativa.

Em consonância com a legislação vigente apresentamos a seguir os indicadores de gestão para acompanhamento e controle utilizados pela FAPERS, contemplando as despesas administrativas realizadas e os indicadores previstos:

- **Taxa de Administração:** este indicador é calculado tendo como base o total das Fontes de Custeio em relação ao total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRT) dos Planos de Benefícios.

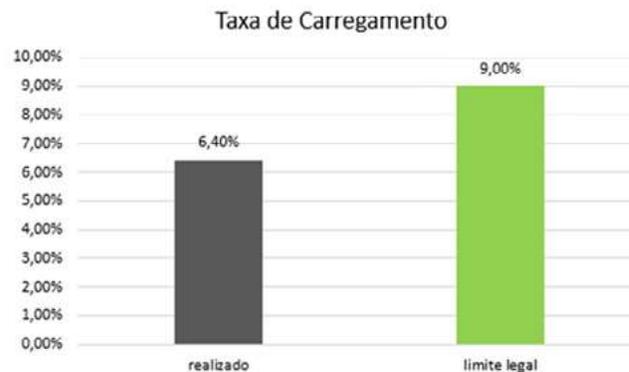
Em 2024 a Taxa de Administração realizada foi de 0,72%, sendo inferior ao limite legal de 1% ao ano, em atendimento à legislação vigente:



Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Taxa de Carregamento:** é calculada tendo como base o total das Fontes de Custeio em relação ao somatório das Contribuições e Benefícios realizados no período.

Em 2024 a Taxa de Carregamento foi de 6,40%, sendo inferior ao limite legal de 9% ao ano, conforme legislação vigente:



Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Custo Administrativo por participante:** este indicador é calculado tendo como base o total das Despesas Administrativas em relação ao total dos RGRT da este indicador é calculado tendo como base o total das Despesas Administrativas realizadas no período em análise em relação ao número total de participantes existentes na FAPERS.

Em 2024, o Custo Administrativo por participante da FAPERS foi de R\$ 1.295,10:



Fonte: Núcleo de Contabilidade

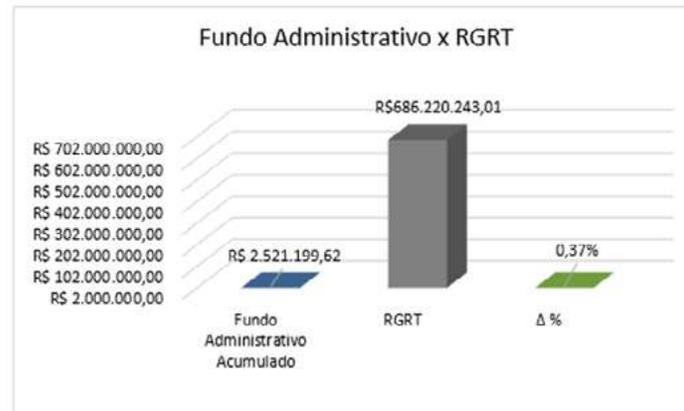
- **Custo Administrativo em relação aos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas - RGRT:** este indicador considera o total das Despesas Administrativas em relação ao total dos RGRT da Entidade.

Em 2024 o referido indicador foi de 0,52%, ou seja, o total das Despesas Administrativas da FAPERS de R\$ 3.584.833,78 representou 0,52% do total dos RGRT dos planos de benefícios que totalizaram R\$ 686.220.243,01:



Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Fundo Administrativo Acumulado em relação aos RGRT:** no ano de 2024, o total do Fundo Administrativo da FAPERS, no valor de R\$ 2.521.199,62 representou 0,37% do total dos RGRT dos planos de benefícios, que somaram de R\$ 686.220.243,01:



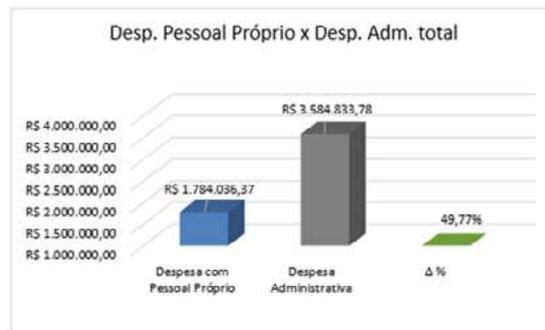
Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Custo Administrativo em relação ao Ativo:** este indicador considera o total das Despesas Administrativas em relação ao Ativo Total da Entidade. Em 2024 o referido indicador foi de 0,48%, considerando o total das Despesas Administrativas da FAPERS de R\$ 3.584.833,78, frente ao Ativo Total de R\$ 753.026.192,08.



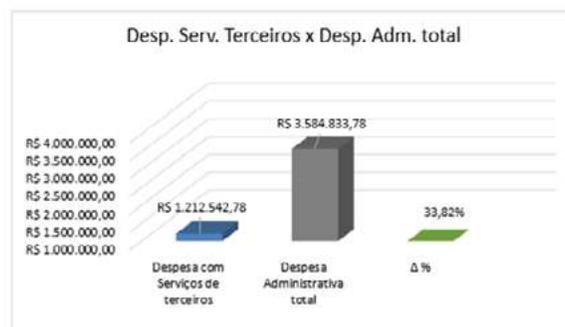
Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Despesa com Pessoal Próprio em relação ao total de Despesas Administrativas:** em 2024 este indicador foi de 49,77%, tendo em vista o total das despesas realizadas com Pessoal Próprio, de R\$ 1.784.036,37, frente ao total das despesas administrativas de R\$ 3.584.833,78:



Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Despesa com Serviços de Terceiros em relação ao total de Despesas Administrativas:** em 2024 este indicador foi de 33,82%, considerando o total das despesas realizadas com Serviços de Terceiros, no valor de R\$ 1.212.542,78 frente ao total das despesas administrativas de R\$ 3.584.833,78:



Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Total das Despesas Administrativas em relação às Receitas Administrativas:** nesse indicador percebe-se que em 2024 o total das Despesas Administrativas representaram 90,88% do total das Receitas Administrativas.



Fonte: Núcleo de Contabilidade

- **Receita Administrativa por participante:** o indicador Receita Administrativa por participante é calculado tendo como base o total das Receitas Administrativas realizadas no período em análise em relação ao número total de participantes existentes na Entidade. Em 2024 a Receita Administrativa por participante da FAPERS foi de R\$ 1.425,14:



Fonte: Núcleo de Contabilidade



RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO

Canais de Relacionamento

A FAPERS proporciona um atendimento diferenciado para todos os participantes, buscando solucionar de forma rápida e satisfatória cada um dos contatos que recebemos por meio dos nossos diversos canais de relacionamento. Entre os canais disponíveis atualmente, destacamos:



Sítio eletrônico: é possível encontrar todos os veículos de comunicação que desenvolvemos, além de notícias, resultados dos Planos de Benefícios, rentabilidade dos investimentos, evolução patrimonial, Planos de Custeio, extratos, simuladores, entre outros.



Acesso Restrito: acessada a partir do nosso sítio eletrônico, o canal permite consultar diversas informações pessoais e executar, a qualquer momento, simulações de aposentadorias e empréstimos, emissão de Informe de Rendimentos e demonstrativo de pagamentos, extrato de contribuições e saldo da reserva de poupança, entre outras informações.



E-mail: pelo endereço fapers@fapers.org.br os participantes podem esclarecer dúvidas, fazer solicitações ou enviar sugestões, críticas e elogios.



Acesso à Informação: permite enviar uma mensagem para a FAPERS por meio de formulário na página “ACESSO À INFORMAÇÃO”, localizada ao centro do nosso sítio eletrônico.



Atendimento telefônico/whatsApp/e-mail: anote nossos contatos:

Fale conosco através de nossos canais:

Geral			Caixa Postal 6508 AOF São Jorge CEP 90650-970
0800 643 7444 – (051) 3231-7444	Ligar para – (51) 99726-4287	fapers@fapers.org.br	
Gestão dos Planos			
Flávio – (51) 99400-0960 seguridade.beneficios@fapers.org.br		Empréstimos	
Níxia – (51) 99717-7295 gestaoplanos@fapers.org.br		Márcia – (51) 99642-3023 emprestimos@fapers.org.br	
Investimentos			
investimentos@fapers.org.br			

A FAPERS busca manter um diálogo permanente com os participantes tanto presencialmente e com uso de ferramentas de comunicação.

Tendo como base a transparência, as nossas divulgações procuram atender de forma simples, porém completa, as necessidades de cada público-alvo e distribuídas através de vários canais, entre os quais destaca-se o sítio eletrônico <https://fapers.org.br/new-portal/>, mídias sociais, telefone, WhatsApp, e-mail e atendimento presencial.

Em 2024, a Secretaria Geral registrou 1225 atendimentos conforme segue:

	2024
■ E-MAIL	180
■ TELEFONE	315
■ PRESENCIAL	302
■ WhatsApp	428
TOTAL	1225

Em 2024, foram publicadas 76 notícias (matérias ou divulgação de informações) no sítio da FAPERS referente a gestão da entidade, informações acerca dos planos de benefícios e sobre educação financeira e previdenciária. A FAPERS também está presente no Facebook, Instagram e LinkedIn, confira nossos números:



ACESSOS ÀS MÍDIAS SOCIAIS

 **561 SEGUIDORES**
93 POSTAGENS

 **927 SEGUIDORES**
109 POSTAGENS

 **167 SEGUIDORES**
99 POSTAGENS

SITE INSTITUCIONAL:
100.607 ACESSOS

DADOS COLETADOS EM 31/12/2024

FAPERS nas Comissões da ABRAPP

As Comissões Técnicas Regionais da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP são grupos de profissionais que atuam como instância consultiva. As referidas Comissões apoiam tecnicamente às ações da Diretoria Integrada do Sistema, sob a forma de projetos, estudos e pareceres, mantendo relação e sintonia com o Planejamento Estratégico e o Programa Anual de Trabalho da referida associação.

As Comissões Técnicas são formadas por membros que atuam na previdência complementar fechada, indicados pelas associadas da ABRAPP. A FAPERS participa das Comissões Técnicas Sul de Contabilidade, Investimentos, Planos Previdenciários, e de Estratégias e Criação de Valor. Também participa do Colégio de Coordenadores das Comissões Técnicas de Estratégias e Criação de Valor.

A Diretoria Executiva apoia a participação da equipe nas referidas Comissões por entender que além de uma contribuição para o sistema de previdência complementar, a troca de experiências contribui para a melhoria dos processos da Fundação.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa da FAPERS está pautada na legislação e em princípios essenciais como responsabilidade, confiança, ética e integridade, orientando-se pela defesa dos direitos dos participantes e assistidos dos planos de benefícios, que confiam seus recursos à entidade com propósito de obter os benefícios contratados.

Três órgãos estatutários são responsáveis pela gestão estratégica, fiscalização e administração da FAPERS:

Conselho Deliberativo

Conselho Fiscal

Diretoria Executiva

Cada um dos órgãos estatutários possui atribuições específicas e todos têm o compromisso de zelar pela eficiência na gestão dos recursos administrados, conforme segue:

Conselho Deliberativo

Órgão máximo da estrutura organizacional, sendo responsável pela definição da política geral de administração e dos planos de benefícios da FAPERS. É composto por 16 membros entre titulares e suplentes, sendo 8 eleitos pelos participantes e assistidos e 8 indicados pelo Patrocinador ASCAR.

As indicações da presidência e vice-presidência do órgão são prerrogativas estatutárias exercidas pelo Patrocinador ASCAR.

Entre as suas principais atribuições estão aprovar políticas que norteiam a gestão e que devem ser seguidas pela Diretoria Executiva e fiscalizadas pelo Conselho Fiscal.

Em 2024 o Conselho Deliberativo realizou 7 reuniões, sendo quatro de natureza ordinária e três em caráter extraordinário, para tratar de temas estratégicos e/ou de sua competência, como:

- Aprovação de política de investimento e demais normativos de alçada do conselho.
- Aprovação das premissas atuariais e taxa de juros atuarial.
- Aprovação das demonstrações contábeis.
- Aprovação de Plano de Custeio.
- Aprovação do Orçamento Administrativo e Previdenciário, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2024 o Conselho Deliberativo estava assim constituído:

TITULARES	SUPLENTE
Adelaide Juvena Kegler Ramos	Eduardo Mariotti Gonçalves
André Macke Franck	Claudio Fernando Lucca da Cunha
Célio Alberto Colle	Roblein Cristal Coelho Filho
Diego Barden dos Santos	Eduardo Rigon Gelain
Mateus Stefanello	Leonir Bonavigo
Evandro Carlos Knob	Maria Inês Fonseca
Maristela Rempel Ebert	Cristiano Ramos Moreira
Marli Theresinha Buhler	Derli Paulo Bonine

Saiba um pouco da experiência profissional dos membros do Conselho Deliberativo clicando no link:

<https://fapers.org.br/new-portal/composicao-dos-conselhos/>

Conselho Fiscal

Órgão de controle interno tendo como atribuições, dentre outras, a análise da execução orçamentária e a emissão de parecer sobre as Demonstrações Contábeis. A composição do Conselho Fiscal contempla 2 membros titulares e seus respectivos suplentes indicados pelo Patrocinador ASCAR e 1 membro e o respectivo suplente eleitos pelos participantes, pensionistas e aposentados.

Ao longo de 2024, o Conselho Fiscal realizou 8 reuniões, sendo quatro de natureza ordinária e quatro em caráter extraordinário. Entre suas obrigações destaca-se a emissão do parecer sobre as Demonstrações Contábeis para envio ao Conselho Deliberativo para aprovação, em cumprimento à forma e prazos estabelecidos pelos órgãos competentes. Também emite relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplam, no mínimo:

- as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;
- as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
- análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las. Em 31 de dezembro, o Conselho Fiscal estava assim constituído:

TITULARES	SUPLENTE
Clarito Dal Forno Gladimir Ramos de Souza Guilherme Cezare Celi	Maria Luiza Brezinki Elias Davi kuck Henrique Rambo Dias

Saiba um pouco da experiência profissional dos membros do Conselho Fiscal clicando no link:
<https://fapers.org.br/new-portal/composicao-dos-conselhos/>

Diretoria Executiva

Órgão de administração e gestão da FAPERS, a Diretoria Executiva é composta por três membros, sendo dois indicados pelo Patrocinador ASCAR (Diretor-Superintendente e Diretor Financeiro) e um eleito pelos participantes e assistidos (Diretor de Seguridade).

Cada um deles é responsável por fazer cumprir a legislação, o Estatuto Social, o Regimento Interno da Diretoria, os Regulamentos dos planos de benefícios, as políticas, diretrizes e normas estabelecidas pelos órgãos competentes da sua administração.

Em 31 de dezembro de 2024, a formação da Diretoria era a seguinte:

DIRETOR SUPERINTENDENTE	DIRETOR FINANCEIRO	DIRETOR DE SEGURIDADE
Ricardo Altair Schwarz ricardo@fapers.org.br	Michel Bueno Giacobbo michel@fapers.org.br	José Cláudio Secchi Motta jcmotta@fapers.org.br

Mandato 2023/2026

Ao longo do ano de 2024, a Diretoria Executiva realizou doze reuniões de natureza ordinária, além de participações em reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Saiba um pouco da experiência profissional dos membros da Diretoria Executiva clicando no link:

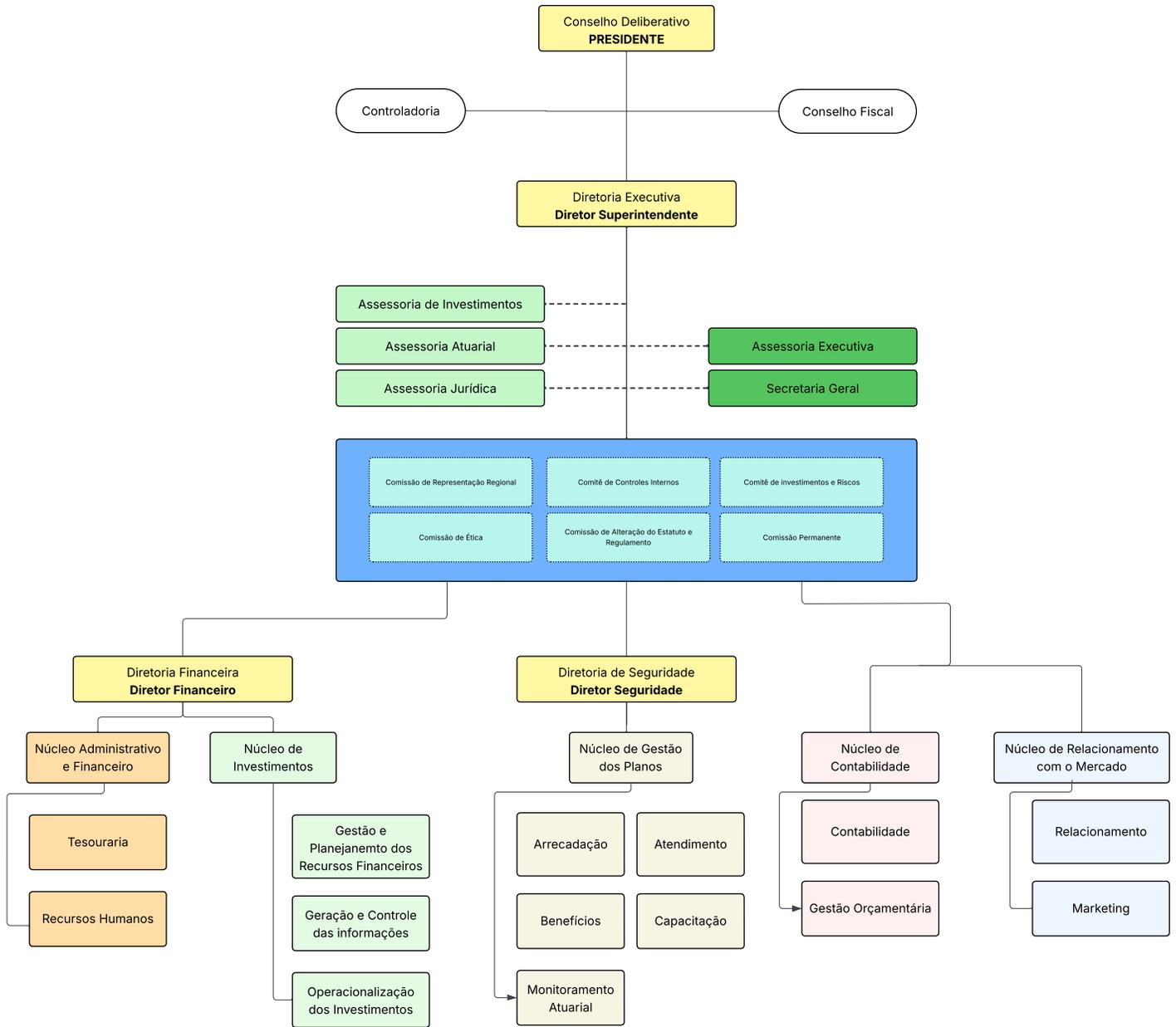
<https://fapers.org.br/new-portal/diretoria-executiva/>

ORGANOGRAMA E COMITÊS DE APOIO

A FAPERS busca manter processos internos claros e eficientes, ampliando a segurança na tomada de decisões. Através de um modelo de gestão compartilhada a entidade administra seus planos com transparência, integridade e ética, valores imprescindíveis para a realização de uma boa governança.

Em 2024, as responsabilidades na entidade encontravam-se divididas conforme demonstrado no organograma abaixo:

Demonstrando uma gestão técnica e qualificada, a FAPERS conta com a atuação das Comissões e Comitês de apoio e assessoramento:



COMITÊS E COMISSÕES

Em caráter consultivo, estiveram em pleno funcionamento em 2024: o Comitê de Investimentos e Riscos, Comitê de Controles Internos, Comissão Eleitoral, Comissão Permanente, Comissão de Revisão do Estatuto e Regulamentos (Comissão Previdenciária), das quais abaixo descreve-se sucintamente a composição e suas atribuições:

Comitês de Investimentos e Riscos

O Comitê de Investimentos e Riscos-CIR assessora, em caráter consultivo, a Diretoria Executiva nas deliberações acerca da aplicação dos recursos correspondentes às reservas técnicas, provisões e fundos dos planos administrados pela entidade, observados os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos.

Em 2024, o CIR realizou sete reuniões, sendo quatro de natureza ordinária e três em caráter extraordinário, para tratar de temas de sua competência, tais como:

- Conjuntura econômica;
- Monitoramento da implementação da Política de Investimentos;
- Monitoramento do desempenho da carteira de investimentos;
- Monitoramento de risco da carteira de investimentos;
- Demonstrativo de entradas e saídas dos investimentos;
- Apreciação de propostas de novos investimentos.

Em 2024 o Conselho Deliberativo aprovou ajustes no Regimento Interno do CIR visando a melhoria contínua no processo de gestão dos investimentos, ajustes operacionais e a inclusão do Diretor Superintendente como membro efetivo do Comitê.

Na posição de dezembro/2024 o Comitê de Investimentos e Riscos estava com a seguinte composição:

Membros por Composição	
Diretoria Executiva	Diretor Financeiro e AETQ – Michel Bueno Giacobbo* Diretor de Seguridade e ARPB – José Cláudio Secchi Motta*
Empregados da FAPERS	Cássio Zarpelon* e Sabrina Giacomoni Comelli*
Consultores de Investimentos	Marco Antônio S. Martins** e Clever Renato Neuenfeldt*

*CPA 20 Certificação Profissional ANBIMA

** CPNI ApimecSul-279

AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

ARPB – Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios

Fonte: Comitê de Investimentos e Riscos

Comitê de Controles Internos

O Comitê de Controles Internos-CCI assessora a Diretoria Executiva na tomada de decisões referentes aos riscos e aos controles internos da Entidade. O CCI tem como objetivo avaliar se os princípios, regras, práticas de governança e controles internos estão adequados aos riscos inerentes ao segmento de Previdência Privada e se os riscos dos Planos de Benefícios geridos pela Fundação estão aderentes às políticas internas da Entidade, à legislação em vigor e dimensionados na Matriz de Risco aprovada pelos Órgãos Estatutários.

Em 2024, foram realizadas duas reuniões ordinárias, para tratar de temas de sua competência, tais como:

- Avaliação dos Registros de Ocorrências;
- Alteração de Legislação;
- Análise dos Pareceres dos Auditores Independentes;
- Solicitações dos Conselhos da Fundação e
- Monitoramento da Matriz de Risco.

Em dezembro/2024 o Comitê de Controles Internos estava composto conforme segue:

Membros por Composição	
01 membro da Diretoria Executiva	José Cláudio Secchi Motta - Diretor de Seguridade
Controller / Coordenadora	Neiva Minussi Bidinotto
01 empregado do Núcleo de Gestão dos Planos	Flavio Rocha
01 empregado do Núcleo de Investimentos	Cássio Zarpelon
01 empregado do Núcleo de Contabilidade	Sabrina Giacomoni Comelli

Fonte: Comitê de Controles Internos

Comissão Eleitoral

A Comissão Eleitoral tem como objetivo organizar e operacionalizar o processo eleitoral dos órgãos de administração e fiscalização. Os membros da Comissão Eleitoral são indicados e nomeados pelo Conselho Deliberativo por Portaria, até o mês de dezembro do ano que antecede as eleições, tendo seis membros ao total (quatro participantes ativos e dois assistidos).

O processo eleitoral anual é publicado no sítio e mídias sociais da FAPERS. Anualmente todos os documentos pertinentes ao processo eleitoral são disponibilizados no ícone Eleições no sítio da FAPERS. Acompanhe o processo eleitoral acessando o link <https://fapers.org.br/new-portal/eleicoes/>

Acompanhe o processo eleitoral acessando o link <https://fapers.org.br/new-portal/eleicoes/>

A Diretoria Executiva agradece a todos o empenho e a dedicação dos envolvidos no processo eleitoral em 2024, em especial, aos membros da Comissão Eleitoral: Bernardete Pilatti, Eunice Teresinha da Rocha de Oliveira, Cátia Berger Rolim, Francisco Emilio Manteze e as Assistidas Nélcia Maria Machado Pinto e Ana Maria Annoni.

Comissão Permanente

A Comissão Permanente foi criada em 2012 e tem como objetivo estimular a ampliação do diálogo interinstitucional, bem como fortalecer a transparência e o monitoramento da gestão corporativa.

Em 2024 foram realizadas duas reuniões (junho e outubro), nas quais a Diretoria Executiva apresentou temas sobre a gestão dos Planos de Benefícios, rentabilidades frente às metas, ingressos de novos participantes, estratégias de investimentos, entre outros assuntos pertinentes à governança da FAPERS. Também é um espaço para dirimir dúvidas e um fórum aberto a sugestões por parte das entidades.

A Comissão Permanente conta com doze membros, sendo 4 internos e 08 externos. Os membros externos contemplam representantes de entidades vinculadas aos empregados/participantes do Patrocinador ASCAR, conforme segue:

Composição da Comissão Permanente	
Diretoria Executiva	José Cláudio Secchi Motta - Diretor de Seguridade
Coordenador	Diretor de Seguridade
Assessora Executiva	Cátia Berger Rolim
Representantes das entidades	AGC – Associação Gaúcha dos Classificadores AESR– Associação das Extensionistas Sociais Rurais do RS ASAE– Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS ASAPAS – Associação dos Aposentados da Ascar SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS SENGE/RS – Sindicato dos Engenheiros do RS SIMVET/ RS – Sindicato dos Médicos Veterinários no RS SINTARGS – Sindicato dos Técnicos Agrícolas do RS

Mantenha-se informado sobre as reuniões da Comissão Permanente e demais atos da gestão acompanhando as notícias publicadas no link: <https://fapers.org.br/new-portal/noticias/>

Comissão Previdenciária

Em 27/03/2023 o Conselho Deliberativo instituiu a Comissão Previdenciária para a revisão dos Regulamentos dos Planos de Benefícios (Plano Geral Saldado-PGS, Plano de Benefícios II- Plano Misto e Plano Prever) em atenção à legislação editada pelos órgãos federais (Resolução CNPC nº 050/2022, Resolução Previc nº 17/2022).

Em 2024, a revisão dos regulamentos citados acima segue em andamento pela Comissão Previdenciária a qual tem vigência a partir da sua implantação pelo Conselho Deliberativo até a data da aprovação de alteração dos regulamentos pela PREVIC.

Composição da Comissão Previdenciária	
Um membro da Diretoria Executiva- Coodenador	José Cláudio Secchi Motta Diretor de Seguridade
Empregados do Núcleo de Gestão dos Planos	Flavio Rocha Nicia Pinto
Assessora Executiva	Catia Berger Rolim

Fonte: Comissão Previdenciária

Após a conclusão da revisão pela Comissão Previdenciária, as propostas de alteração regulamentar nos planos de benefícios (PGS, Plano Misto e Prever) seguirão o ritmo de apreciação pelo Patrocinador ASCAR e Conselho Deliberativo da FAPERS, e a divulgação aos participantes e assistidos conforme disposto na legislação vigente.

A photograph of a young Black couple smiling and embracing each other outdoors. The woman is in the foreground, wearing a white t-shirt and a peach-colored skirt, with her hair in a bun. The man is behind her, also smiling, wearing a light blue t-shirt. The background is a soft-focus natural setting with green foliage and warm sunlight. A dark green semi-transparent rectangle is overlaid on the left side of the image, containing the text.

DESTAQUES 2024

BOLETIM CONJUNTURAL DOS INVESTIMENTOS



Buscando ampliar a objetividade à comunicação, o Boletim Conjuntural dos Investimentos foi reformulado, tendo como nova roupagem o nome de INFORMATIVO DOS INVESTIMENTOS, com formato dinâmico e foco em pontos essenciais.

A nova versão do Informativo de Investimentos passou a vigorar a partir da edição 079-ago/2024 visando aprimorar a experiência de leitura.

Mantenha-se informado sobre o comportamento mensal do cenário econômico acessando o Informativo de Investimentos no link: <https://fapers.org.br/new-portal/>



Em 2024 a FAPERS deu um passo importante rumo à modernização de seus processos ao automatizar completamente o Recadastramento Digital de seus assistidos (aposentados e pensionistas). O processo, que antes era realizado pelo assistido, agora conta com o uso da ferramenta ProvaViva contratada pela FAPERS. Essa inovação não só agiliza o procedimento, como também traz maior precisão e eficiência na verificação da prova de vida dos assistidos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

A plataforma ProvaViva utiliza tecnologia avançada para cruzar dados de diversas fontes e identificar eventuais registros de maneira rápida e precisa. Esse sistema moderno não apenas facilita o envio e processamento de informações, mas também responde a uma necessidade antiga das Entidades: a eliminação de pagamentos indevidos de benefícios que ocorriam pela falta de atualização precisa sobre a prova de vida dos assistidos.

Com a adoção dessa tecnologia a FAPERS assegura uma gestão mais eficaz de seu passivo, protegendo seus recursos e melhorando a segurança dos dados, ao mesmo tempo em que oferece maior comodidade aos seus assistidos.

A modernização do processo de Recadastramento é mais um exemplo de como a FAPERS está investindo em soluções inovadoras para aprimorar seus serviços e atender com excelência as demandas de seus assistidos.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O Rio Grande do Sul viveu situação de calamidade pública em 2024 em decorrência das enchentes que assolaram nosso estado, com severas consequências nas finanças pessoais, mas também na economia geral. Diante do momento desafiador a FAPERS concedeu a opção de postergação do pagamento de parcelas dos empréstimos já contratados até maio/2024, pelos participantes e assistidos da Fundação.

A postergação do pagamento das prestações mensais vigorou pelo prazo de 3 (três) meses subsequentes (junho a agosto), as quais foram realocadas para o final do contrato, com a aplicação da atualização dos encargos contratuais no saldo devedor. Esta opção foi utilizada por 78 tomadores de empréstimos. Importante registrar que 2024 também foi o ano em que a Fundação alterou o regulamento de empréstimos, aumentando de forma significativa os limites.

de valores e prazos de pagamento, sem alterar a taxa de juros, a qual é extremamente competitiva. O valor total da carteira de empréstimos passou de 4,7 milhões de reais para 7,3 milhões, auxiliando os participantes na sua vida financeira.

Constatada a segurança financeira e jurídica para a FAPERS, o Conselho Deliberativo analisou e aprovou alterações do Regulamento de Empréstimos contemplando as seguintes novidades:

- **alteração do limite para tomada de empréstimo de 05 (cinco) salários/benefícios líquidos para 10 (dez) salários/benefícios líquidos, mantendo-se o limitador de 80% do valor de Resgate dos Planos, com margem consignável mensal de 30% do valor do salário líquido.**
- **ampliação do prazo de pagamento de 48 para 60 meses.**

Em 2024 foram concedidos 280 contratos, num montante de R\$ 6.488 mil, sendo o valor médio de R\$ 23 mil, com taxa mensal de juros de 0,6434%, acrescido da variação mensal do INPC. Estas medidas resultaram em um acréscimo significativo no montante aplicado junto aos participantes/assistidos da Fundação, continuando com um grau de inadimplência bastante baixo, confirmando o acerto das medidas tomadas.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA



A educação financeira e previdenciária é um dos desafios do sistema de previdência privada, pois é necessário prover aos participantes, cada vez mais, a capacidade de tomada de decisões, o cuidado com a gestão do seu patrimônio e a percepção de que o sonho da aposentadoria depende de planejamento e disciplina.

Frente ao compromisso de estimular a educação financeira e previdenciária, estrutura enxuta e foco nas despesas administrativas, a FAPERS realizou em 2024 as seguintes ações:

- Vídeo “A importância da previdência no seu futuro”

Publicação do vídeo “A importância da previdência no seu futuro” com reflexões sobre alguns dos aspectos que fazem da previdência complementar um instrumento importante na proteção financeira das pessoas.

Se você não assistiu o vídeo A importância da previdência para o seu futuro, [clique aqui](#).

PRESENÇA EM EVENTOS

Ingresso de novos empregados no Patrocinador

No período de abril a agosto/2024 o Patrocinador ASCAR-EMATER/RS realizou a capacitação de novos contratados, oriundos do Processo Seletivo Externo realizado em 2023.

As capacitações foram realizadas de modo presencial e híbrido contemplando palestras sobre a cultura da Instituição, políticas públicas e processos internos, além de possibilitar a interação com representantes da FAPERS, entre outras entidades.

A FAPERS esteve presente em todas as turmas de capacitações, com um público de 127 novos empregados, resultando em 82 novas adesões ao Plano Prever até o mês de dezembro/2024.

Dias de Campo da Saúde do Trabalhador

A FAPERS também marcou presença nos eventos intitulados Dia de Campo sobre Saúde do Trabalhador, promovidos pela Gerência de Recursos Humanos do Patrocinador ASCAR.

A interação de representantes da FAPERS possibilita a divulgação do cenário da Fundação, a importância da previdência complementar como ferramenta para proporcionar mais segurança financeira no futuro dos empregados, além das características e vantagens de adesão ao Plano Prever.

Foram 14 encontros realizados nas principais cidades do estado, alcançando todas as regiões administrativas do Patrocinador Ascar, e contemplando um público aproximado de 1.600 empregados. A interação da Diretoria da FAPERS aproxima a entidade de seus participantes, esclarecendo dúvidas, incentivando novas adesões ao Plano Prever e despertando a consciência financeira-previdenciária.

Campanha Sementes do Futuro

A campanha de incentivo a novas adesões intitulada com o slogan “Sementes do Futuro” foi realizada no primeiro trimestre de 2024. O novo participante que aderisse ao Plano Prever e ao participante ou assistido que estimulou a referida adesão ganhava um brinde personalizado (bomba de chimarrão).

Fruto das ações realizadas em 2024 e citadas acima, o Plano Prever atingiu a marca de mil participantes!



GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Os Fundos de Previdência Complementar Fechados, no qual a FAPERS se enquadra, não fogem à regra quanto ao impacto da longevidade na administração de seus planos de benefícios. Quando o sistema foi concebido na década de 70 a expectativa de vida era de 56 anos. Decorridos quase meio século do início das atividades das primeiras Entidades, muitas das quais hoje pagando benefícios vitalícios, a expectativa de vida aproxima-se dos 80 anos. Isto coloca todos, previdência oficial e previdência privada, na mesma discussão. Consolidar esses avanços e aperfeiçoar o trabalho de educação previdenciária e financeira em parceria com o Núcleo de Recursos Humanos da ASCAR, com vistas à adesão de novos participantes é uma das pautas permanentes desta diretoria e conselheiros da FAPERS.

Em 2024, os novos ingressos, concessões de aposentadorias, resgates e pagamentos de pecúlio, mudaram o perfil da massa de Participantes. Estes dados se verificam nos quadros e gráficos abaixo:

NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS ÚLTIMOS ANOS

Ano	Participantes	Assistidos	Total
2017	1.619	822	2.441
2018	1.635	821	2.456
2019	1.628	838	2.466
2020	1.529	906	2.435
2021	1.449	907	2.356
2022	1.430	916	2.346
2023	1.398	921	2.319
2024	1.471	918	2.389



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante observar que uma leitura aritmética dos números pode levar a conclusões equivocadas. O número real de ingresso de novos participantes está descrito no item Ingresso de Novos Participantes.

SIMULADOR DE BENEFÍCIOS - METODOLOGIA DE PROJEÇÃO

A FUNDAÇÃO disponibiliza aos seus Participantes o Simulador de Benefícios. Nele constam as informações cadastrais do Participante, saldo acumulado de reserva de contribuições do Participante e do Patrocinador acrescidos dos rendimentos financeiros.

O resultado do Simulador apresentará o valor do Benefício de acordo com os critérios estabelecidos no preenchimento dos dados. Importante destacar que o resultado obtido não assegura a futura

percepção do valor, pois os critérios utilizados levam em conta a rentabilidade fixada em taxa percentual ao ano, a projeção de idade do participante até a data da aposentadoria e ainda não é considerado o crescimento salarial do Participante ao longo do tempo. A projeção do Simulador para o Plano Misto é de 4,95% a.a. e para o Plano Prever é de 4,46% a.a.

Ser participante de um Fundo de Pensão patrocinado é um privilégio para poucos.

O Patrocinador ASCAR oferece através da FAPERS uma oportunidade que, se entendida pelo novo empregado no momento do seu ingresso, garante a tranquilidade de uma aposentadoria segura à sua família. A FUNDAÇÃO proporciona assistência e paga benefícios desde 1986 a todos que completaram suas carências para usufruir os benefícios a que tinham direito. Ao encerrar o ano de 2024 os Planos administrados pela FAPERS apresentaram o seguinte desempenho:



**PLANO DE
BENEFÍCIO I - PBD-I
CNPB: 1981.000747**

O Plano de Benefício I – PBD-I criado em 1981 se mantém equilibrado com 12 assistidos e 1 pensionista.



**PLANO DE
BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO
CNPB: 2000.008038**

O Plano de Benefícios II - Plano Misto encerrou o ano de 2024 com 512 assistidos/pensionistas em gozo de benefício continuado ou pensão e 529 participantes.



**PLANO
GERAL SALDADO - PGS
CNPB: 2008.004783**

O Plano Geral Saldado - PGS, fechado desde 2009, apresenta anualmente movimentação devido às aposentadorias. Encerra o ano de 2024 tendo como números finais 597 assistidos/pensionistas em gozo de benefício continuado ou pensão e 62 participantes aguardando benefício.



**PLANO DE BENEFÍCIOS
PREVER
CNPB: 2016.000619**

O Plano de Benefícios Prever possuía, ao final de 2024, 87 assistidos/pensionistas em gozo de benefício continuado ou pensão e 967 participantes.

Em atendimento a Resolução CNPC nº 32, de 04/12/2019, art. 3º, inciso XIV e Instrução PREVIC nº 10 de 27/09/2017, art. 6º, inciso I, disponibilizamos as informações referente ao DSI – Demonstrativo de Sexo e Idade dos Participantes, Assistidos e Pensionistas da FUNDAÇÃO:

Demonstrativo de Sexo e Idades dos Participantes, Assistidos e Pensionistas:

PARTICIPANTES			
Idade	Homens	Mulheres	Total
=< 24	3	0	6
25 - 34	46	46	86
35 - 54	427	375	810
55 - 64	234	198	444
65 - 74	69	31	116
75 - 84	0	3	3
>= 85	1	2	3
Total	780	688	1468

PENSIONISTAS			
Idade	Homens	Mulheres	Total
=< 24	0	5	5
25 - 34	0	1	1
35 - 54	0	6	6
55 - 64	4	32	36
65 - 74	6	54	60
75 - 84	3	31	34
>= 85	1	11	12
Total	14	140	154

ASSISTIDOS			
Idade	Homens	Mulheres	Total
=< 24	0	0	0
25 - 34	0	0	0
35 - 54	0	0	0
55 - 64	48	62	110
65 - 74	306	141	447
75 - 84	109	65	174
>= 85	17	16	33
Total	480	284	764

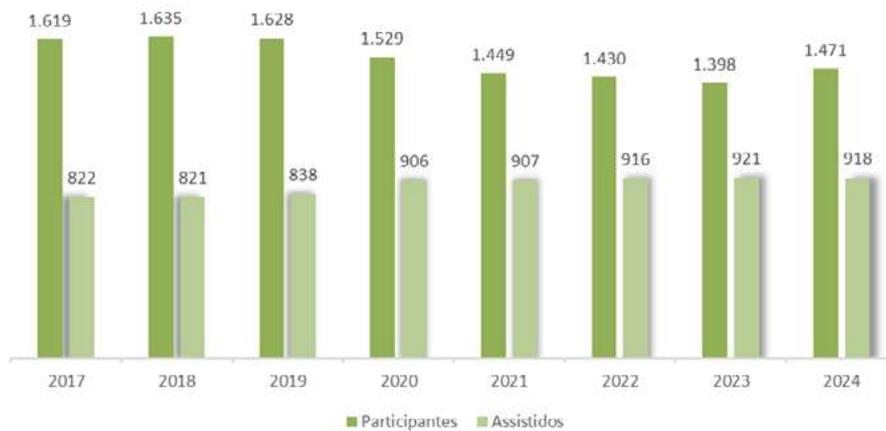
Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Solidez e longevidade dos Planos

Os três primeiros Planos de Benefícios da FAPERS, na modelagem de benefício definido e contribuição variável, têm seu equilíbrio baseado nos cálculos atuariais e desempenho financeiro da Fundação.

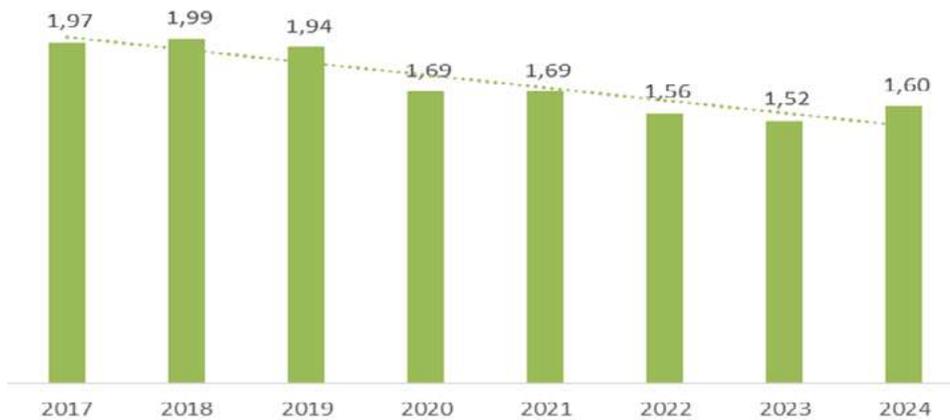
Com a criação do Plano de Benefícios Prever essa lógica fica alterada, em razão dos Planos PBD-I - Plano de Benefícios I, Plano Misto - Plano de Benefícios II e PGS - Plano Geral Saldado estarem fechados a novas adesões. As premissas e modelagem que regem o Plano de Benefícios Prever tem como característica a individualidade e a não existência de mutualidade para cobertura de benefícios. Os quadros que seguem se referem a projeções feitas a partir dos dados dos Planos PBD-I - Plano de Benefícios I, Plano Misto - Plano de Benefícios II, Plano de Benefícios Prever e PGS – Plano Geral Saldado. Os participantes dos Planos apresentam, no conjunto, a seguinte distribuição:

Participantes Ativos e Assistidos



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Participantes para cada Assistido

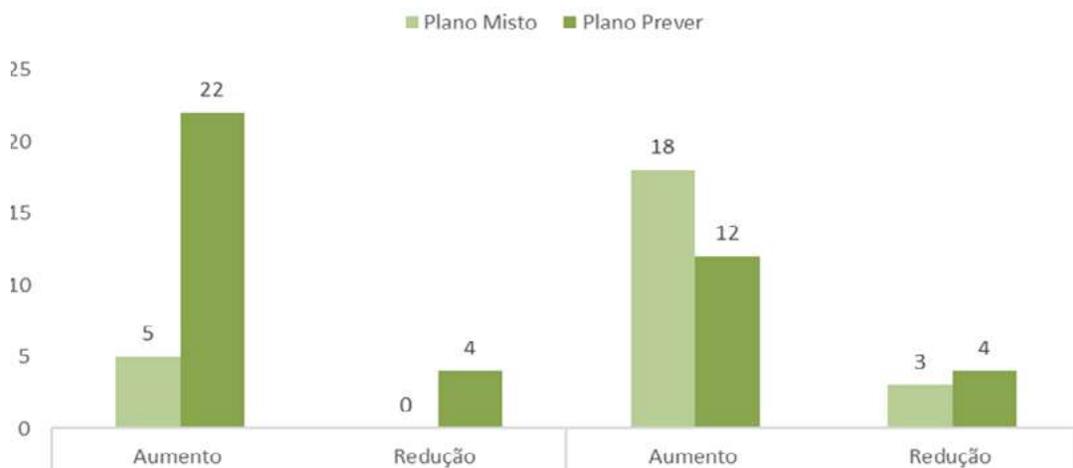


Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Pensar previdência é estar atento ao seu Futuro!

O Plano Misto oferece a oportunidade de realizar duas alterações de percentual de contribuição ao ano, nos meses de junho e dezembro. O Plano Prever permite estas alterações também em duas vezes, mas podendo ser realizadas em quaisquer meses. Ambos permitem a variação de 3,5% até o limite de 15%, para ajustar o valor da contribuição ordinária. Ainda existe a possibilidade de o participante realizar aportes adicionais, duas vezes ao ano, de qualquer valor, sem a contrapartida do Patrocinador e sem incidência de contribuição administrativa. Em 2024 os percentuais de aumento/redução de contribuições ordinárias podem ser acompanhados no quadro abaixo:

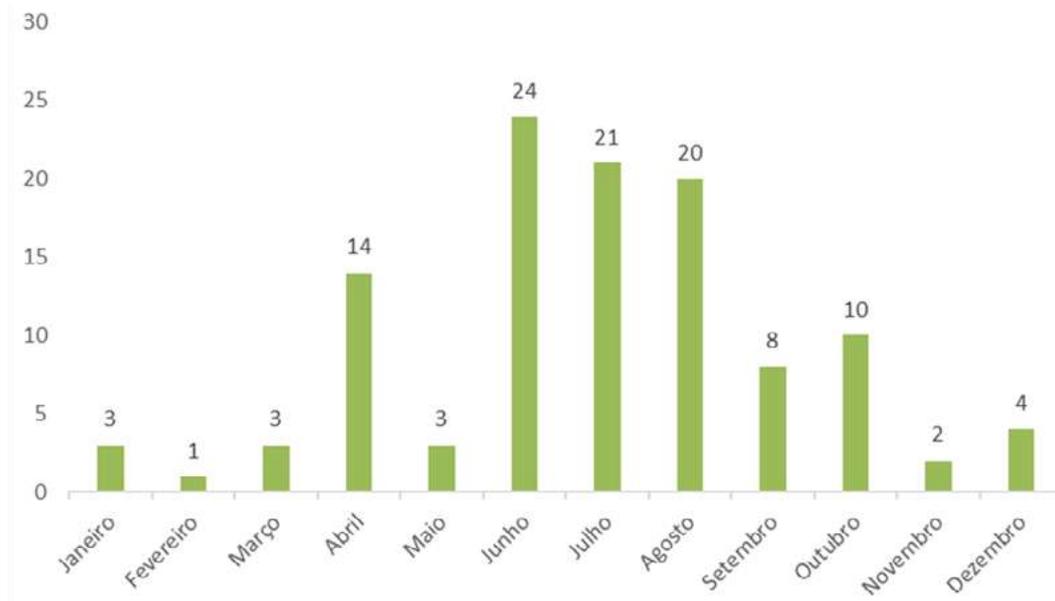
Alteração de percentuais de contribuições em 2024



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Ingresso de Novos Participantes

O quadro na página seguinte mostra mês a mês a adesão de 113 novos participantes na FAPERS durante o ano de 2024:



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante destacar que desde junho/2016, as novas adesões ocorrem somente no Plano Prever.

Fluxo Previdenciário por Plano

Na sequência apresentamos a movimentação financeira ocorrida nos planos de benefícios no ano de 2024.

No quadro abaixo, o Fluxo Previdenciário do Núcleo de Gestão de Planos, demonstra os valores pagos de benefícios e resgates, bem como as contribuições normais e adicionais dos participantes e contribuições normais dos patrocinadores e, ainda as contribuições extraordinárias dos participantes, realizadas durante o ano de 2024. As contribuições extraordinárias dos Patrocinadores não aparecem no fluxo porque as mesmas são firmadas em Contrato, portanto são remuneradas de acordo com o estabelecido no documento. O saldo apresentado é uma estimativa da situação financeira da FUNDAÇÃO e tem como objetivo básico demonstrar o que será coberto pelo retorno dos investimentos para cumprir os compromissos com o pagamento de benefícios. Os planos de benefícios sofrem oscilações devido a processos de ingresso ou desligamento de participantes, assim como concessões de benefícios.

FLUXO PREVIDENCIÁRIO (2024)	
Receitas	R\$
Plano Benefício I - PBD I	194.634,55
Plano Benefício II - Plano Misto	7.984.085,90
Plano Geral Saldado - PGS	12.603.291,88
Plano de Benefícios Prever	14.384.754,25
Total de Receitas	35.166.766,58
Despesas	
Plano de Benefício I - PBD I	1.109.806,10
Plano de Benefícios II - Plano Misto	15.255.263,69
Plano Geral Saldado - PGS	31.032.951,40
Plano de Benefícios Prever	7.118.773,10
Total de Despesas	54.516.794,29

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

Evolução do passivo atuarial da FAPERS. As principais hipóteses adotadas na reavaliação atuarial de 2024 foram:

PLANO DE BENEFÍCIO I – PBD-I

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional; indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC; Taxa Real Anual de Juros de 3,19%; Fator de Capacidade de 97,99%; Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000 (feminina suavizada em 10%).

PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional; indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC; Taxa Real Anual de Juros – 4,95 %; Fator de Capacidade de 97,99%; Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000 Masculina e Feminina; Tábua de Entrada em Invalidez – ÁLVARO VINDAS (com redutor de 76%); Tábua de Mortalidade de Inválidos – AT 49.

PLANO GERAL SALDADO – PGS

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional; indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC; Taxa Real Anual de Juros – 5,04%; Fator de Capacidade de 97,99%; Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000 Masculina e Feminina.

PLANO DE BENEFÍCIOS Prever

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional; Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) – Rentabilidade da Cota Mensal; Taxa Real Anual de Juros – 4,46%.a.a.

Situação dos Planos Previdenciários da FAPERS em 2024

Plano de Benefício I - PBD-I

A situação financeira – atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2024, um superávit técnico de R\$ 1.940.799,48 equivalente a 12,94% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 14.999.068,89 demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

Plano de Benefícios II - Plano Misto

A situação financeira e atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto da FAPERS apresentou, em 31/12/2024, um déficit técnico de R\$ 18.667.020,45 equivalente a 7,43% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 251.180.034,36.

Plano Geral Saldado - PGS

A situação financeira–atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2024 um déficit técnico de R\$ 40.382.500,45, demonstrando um desequilíbrio do plano equivalente a 14,46% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 279.182.027,68.

Plano de Benefícios Prever

O Plano Prever apresentou, em 31/12/2024, Equilíbrio Técnico nulo, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano corresponde exatamente ao valor das Provisões Matemáticas avaliadas em R\$ 202.822.298,69.

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2024, foi de 9,44%.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS



CENÁRIO ECONÔMICO 2024 E PERSPECTIVAS PARA 2025 FRUSTRAÇÃO DE EXPECTATIVAS

Do lado macroeconômico, o FED voltou a alertar que continuará mantendo os rumos da política monetária e que o início do ciclo de cortes nas taxas de juros somente ocorrerá quando for vislumbrada uma trajetória consolidada de desinflação, o que não deve ocorrer no curtíssimo prazo, revivendo as preocupações com uma recessão. No Oriente, os indicadores da economia chinesa demonstram que o governo não está conseguindo recuperar o ritmo de crescimento da economia, derrubando os preços das principais commodities. No Brasil, as preocupações com o equilíbrio fiscal e índices de inflação pressionados levaram o Banco Central a alertar que o corte de juros pode parar antes do esperado, fazendo com que o mercado passasse a precificar uma possível desaceleração nos cortes e até mesmo pensar em novas elevações nas taxas SELIC.

Após ruídos, incertezas e volatilidade, o encerramento do semestre entregou um pouco mais de tranquilidade para os investidores. Mesmo considerando que as causas das preocupações dos investidores persistem, foi possível vislumbrar que perspectivas melhores estão mais próximas, diante de um comportamento favorável dos índices de inflação. Assim, o mercado voltou a acreditar na possibilidade de que o Banco Central dos Estados Unidos possa finalmente iniciar o movimento de corte de juros, com um sensível alívio na curva de juros futuros.

No Brasil, os ruídos diminuíram e o Palácio do Planalto e o Ministério da Fazenda concentraram esforços em torno de um discurso mais uníssono em defesa do equilíbrio fiscal, com o Copom preocupado com o cenário fiscal e reafirmando seu compromisso com a estabilidade, com um discurso mais conservador sobre seus passos seguintes. O otimismo perdurou até setembro, quando o FED deu início ao tão aguardado ciclo

de cortes nas taxas de juros, sinalizando que o banco central americano está mais preocupado com o nível da atividade econômica do que com a inflação. No entanto, o ânimo dos investidores internacionais não foi suficiente para estimular seus pares brasileiros, pois o clima local continuou sendo contaminado pelo risco fiscal, levando o Copom a voltar a subir os juros no Brasil, contrariando inclusive os movimentos dos demais bancos centrais globais, com o mercado financeiro brasileiro operando na contramão do mundo. O IBOVESPA, principal índice do mercado de ações, perdeu fôlego após três meses de fechamento positivo, encerrando o mês de setembro em queda.

A partir daí, o ânimo dos investidores foi se deteriorando, agravado pela disputa eleitoral nos Estados Unidos, pelas propostas inflacionárias dos candidatos, pela frustração com as propostas de ajuste fiscal do governo brasileiro e pelos sinais de que as pressões inflacionárias irão exigir um aperto monetário mais forte e duradouro.

O pequeno alívio com o resultado eleitoral nos Estados Unidos e com mais um corte de juros do FED não foi suficiente para anular os efeitos da decepção em relação ao anúncio do pacote fiscal do governo brasileiro. O mercado reagiu negativamente, com o Ibovespa caindo 3,3%, o real ultrapassando R\$ 6,00 por dólar e os juros longos abrindo mais de 70 pontos base nos dias subsequentes ao anúncio. Em termos de política monetária, em um tom bastante duro, o Copom elevou a taxa Selic em 50 pontos base para 11,25% em decisão unânime, destacando os riscos para as perspectivas de inflação.

Os mercados permaneceram nervosos no último mês do ano, contaminados pelas incertezas que já vinham permeando quase todo o segundo semestre e potencializadas

pelos primeiros anúncios do novo presidente dos Estados Unidos em relação ao aumento de tarifas e à deportação em massa de imigrantes ilegais e seus inevitáveis efeitos sobre a inflação e os rumos da política monetária americana. Os investidores estão temerosos diante da sinalização de que o FED possa adotar um ritmo mais suave nos cortes nas taxas de juros ao longo de 2025.

Em relação ao Brasil, a situação também contribuiu para manter o clima de incerteza entre os investidores, refletindo em pressão na curva de juros e na taxa de câmbio, bem como deprimindo o mercado de ações. A decepção com o pacote fiscal do governo, com o IPCA fora da meta e com a desancoragem das expectativas da inflação para o próximo ano contribuíram para o pessimismo generalizado dos investidores. Dentro desse quadro, o Copom subiu os juros em 1p.p. e, de maneira mais dura do que esperado pelo mercado, indicou mais duas altas de mesma magnitude, o que indica que até março a SELIC deve sair dos atuais 12,25% para 14,25%.

Para emoldurar o clima de desconfiança dos investidores, o governo manteve um discurso desconexo em relação às questões econômicas, expondo suas dificuldades em construir consenso sobre temas cruciais para reverter a queda de popularidade e credibilidade, resultando em mais um mês de bolsa em queda, dólar em alta e curva de juros estressada.

Em termos de perspectivas, os desafios não são poucos, até porque o governo terá que conviver com os novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sinalizando um pouco mais de trabalho para conseguir impor suas pautas. Do lado econômico, a parte fiscal e a preocupação com inflação são os pontos nevrálgicos, principalmente em

função do aumento do ICMS dos combustíveis e a necessidade de corrigir as distorções dos preços da Petrobrás em relação ao mercado externo, bem como as pressões sobre o preço dos alimentos, por conta do choque de oferta, tais como ovos, café e cacau. Além disso, a nova política de tarifas anunciada pelo Governo Trump deve ter consequências no comércio global, impactando preços globais.

Do lado fiscal, o governo terá que conviver com as pressões para estabilizar o crescimento da dívida pública e a vontade de aumentar gastos para manter o ritmo de crescimento da economia, tentando recuperar popularidade.

Assim, o ano termina pior do que o esperado. O aperto monetário eleva a SELIC, com o CDI fechando o ano com uma variação de 10,88%. A inflação oficial fecha o ano em 4,62% acima do teto da meta, sinalizando que o aperto monetário deve aumentar. O aumento das incertezas e a forte pressão na curva de juros fez com que os principais índices de renda fixa, que refletem a marcação a mercado dos títulos públicos, tivessem um desempenho fraco. O índice IRF-M, calculado pela Anbima e que reflete o desempenho de uma carteira teórica de títulos públicos prefixados, registrou uma alta de apenas 1,86% no ano. Já o IMA-B, de papéis atrelados à inflação, apresentou uma perda de 2,44% no ano. Neste quadro, o IBOVESPA fecha com uma desvalorização de 10,36% e o dólar PTAX fecha o ano cotado a R\$ 6,1986, com variação positiva de 27,91% no ano.

Autor: Marco A. S. Martins, Professor do DCCA da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Doutor em Administração, com ênfase em Finanças e Mestre em Economia pela UFRGS

DIRETRIZES DA GOVERNANÇA DOS INVESTIMENTOS

Boas práticas de governança demandam uma liderança forte e consciente, as informações referentes às decisões, operações e resultados dos investimentos da entidade precisam ser disponibilizadas de forma regular e tempestiva, utilizando-se linguagem clara e acessível, com conteúdo, abrangência e grau de detalhamento compatível com seu público-alvo, sendo ponderada a razoabilidade de seus custos operacionais.

Os interesses dos dirigentes das EFPC devem estar alinhados aos dos participantes e patrocinadores. A FAPERS deve elaborar e utilizar procedimentos e parâmetros que atribuam responsabilidades aos gestores pelas próprias decisões, tornando possível monitorar constantemente o processo decisório e a adequação à conformidade legal e interna. São princípios gerais de boas práticas de governança que devem ser observados:

- **Transparência:** disponibilizar informações que sejam de interesse dos participantes, assistidos e dos patrocinadores, principalmente as relacionadas aos processos de escolha de serviços de terceiros, gestão de riscos e outras que permitam aferir o grau de diligência e monitoramento que a alta administração tem em relação aos processos da FAPERS;
- **Prestação de Contas:** formalizar sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões. Prestar contas regularmente de sua atuação aos patrocinadores, instituidores, participantes e assistidos, não se limitando às exigências regulamentares.
- **Responsabilidade Corporativa:** incorporar em suas decisões considerações de ordem socioambiental na definição dos negócios e operações. Ter consciência de como a sua atuação na Entidade afeta o público interessado e a sociedade como um todo.

Com relação a diretrizes aplicadas a governança de investimentos, cabe ressaltar:

- Responsabilidade do dever fiduciário;
- Capacitação profissional;
- Comunicação com o participante e assistido; e segregação de funções.

PATRIMÔNIO DOS INVESTIMENTOS

A estratégia durante o ano de 2024 foi, como nos últimos anos apostar mais na Renda Fixa, reduzindo a exposição em ativos mais voláteis como a renda variável e investimentos estruturados.

Em 31/12/2024 o patrimônio dos Investimentos da FAPERS atingiu R\$ 686.181.032,62, um aumento de 5,11% em valores absolutos em relação à 31/12/2023.

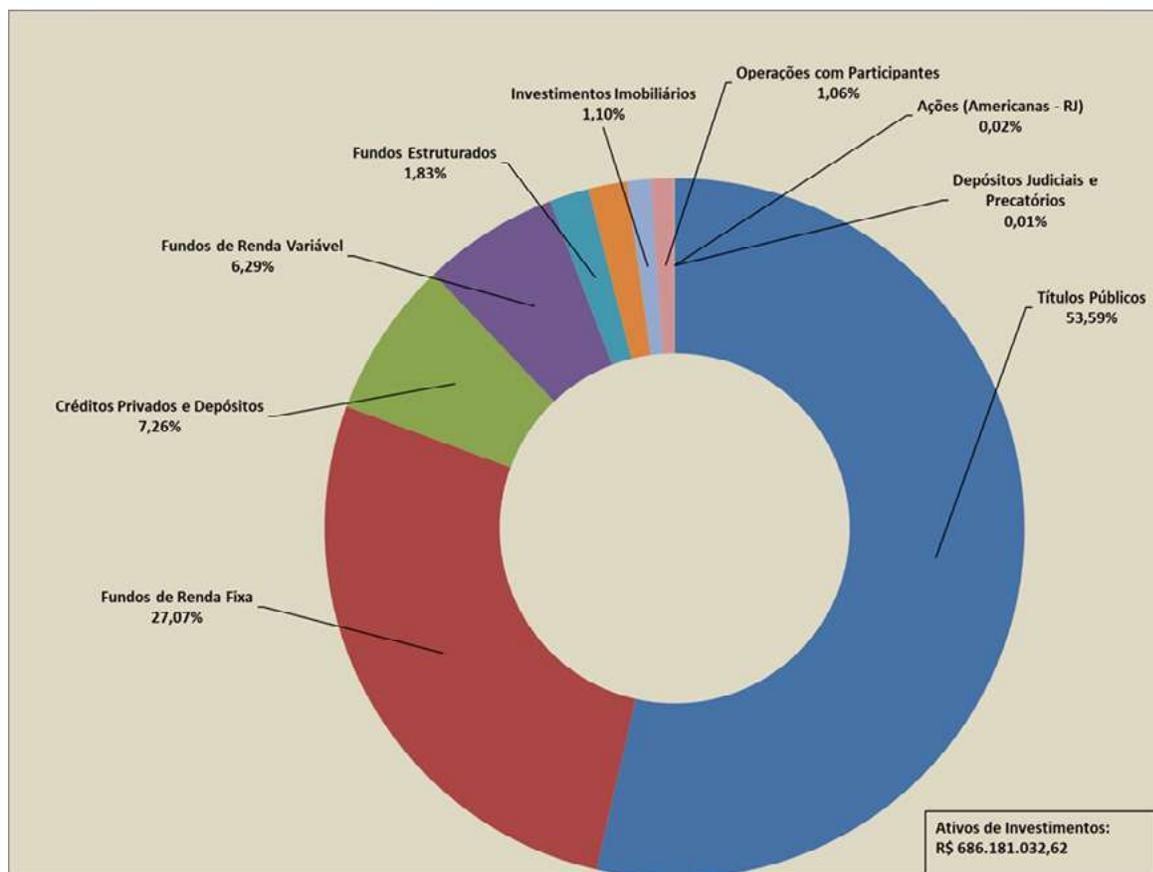
Os quadros e Gráficos a seguir demonstram o patrimônio da FAPERS por planos, segmentos e ativos.

QUADRO DO PATRIMÔNIO DE INVESTIMENTOS POR PLANO E POR SEGMENTO

SEGMENTO	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA	TOTAL
RENDA FIXA	13.343.183,96	221.222.340,92	195.837.387,34	170.607.054,64	2.258.426,89	603.268.393,75
RENDA VARIÁVEL	14.105,00	17.885.393,82	8.786.249,85	16.550.036,99	6.863,40	43.242.649,06
ESTRUTURADO	-	4.029.587,02	3.400.689,46	5.145.851,72	-	12.576.128,20
IMOBILIÁRIO	223.136,46	1.581.901,43	4.937.357,01	813.099,63	-	7.555.494,53
OP. C/ PARTICIPANTES	-	2.519.487,36	704.839,74	4.050.983,60	-	7.275.310,70
EXTERIOR	-	3.832.797,06	4.199.215,14	4.150.085,84	-	12.182.098,04
DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	80.958,34	-	-	-	80.958,34
PRECATÓRIOS	-	-	-	-	-	-
TOTAL PLANO	13.580.425,42	251.152.465,95	217.865.738,54	201.317.112,42	2.265.290,29	686.181.032,62

Fonte: Núcleo de Investimentos

GRÁFICO DO PATRIMÔNIO TOTAL DE INVESTIMENTOS



Fonte: Núcleo de Investimentos

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS - POSIÇÃO 31/12/2024

Investimentos de Renda Fixa	Valor (R\$)	Gestor
Títulos Públicos do Tesouro Nacional e/ou do Bacen e Créditos Securitizados do Tesouro Nacional		
- NTN/LTN	367.711.165,62	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
Total		367.711.165,62
Cotas de FI/FIDC Renda Fixa (Fundo de Investimento, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)		
FDO. VINCI FIRF IMOB CPII	10.808.492,60	VINCI PARTNERS
FDO. STARKE FIC FIDC	27.516.867,33	TERCON INVEST. LTDA.
FDO. SULAMÉRICA EXCELLENCE FIRF CP	25.450.303,36	SUL AMÉRICA INVEST.
FDO. SAFRA CAPITAL MARK P	18.166.808,95	SAFRA ASSET
FDO. ASA FIC FIDC 90	5.851.928,27	ASA INVESTMENTS
FDO. SAFRA EXTRA BANCOS	19.609.218,58	SAFRA ASSET
FDO. SUL AMERICA EXCLUSIVE FIRF REF DI	8.207.213,45	SUL AMÉRICA INVEST.
FDO. PORTO SEGURO FIRF REF DI CP	17.464.645,87	PORTO SEGURO INVEST.
FDO. GALAPAGOS PINZON FIRF REF DI	15.259.602,15	GALAPAGOS CAPITAL
FDO. XP CORPORATE LIGHT FI RF LP	13.956.628,25	XP ASSET MANAGEMENT
FDO. SOMMA TORINO FIRF CP LP	18.048.036,90	SOMMA INVESTIMENTOS
FDO.SULAMERICA CREDITO INST ESG FIRF	5.389.957,91	SUL AMÉRICA INVEST.
Total		185.729.703,62

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

LETRAS FINANCEIRAS		
BANCO SAFRA	30.863.030,02	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
BANCO BTG PACTUAL	14.336.068,83	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
Total		45.199.098,85
Debêntures		
DEB. VALE S.A.	503.553,17	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
DEB. LOCALIZA RENT A CAR S.A.	3.737.700,82	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
DEB. AMERICANAS S.A.	387.171,67	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
Total		4.628.425,66
Total dos Investimentos em Renda Fixa		603.268.393,75

Investimentos de Renda Variável	Valor (R\$)	Gestor
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (FIA)		
FDO. VINCI FAPERS FIA	37.170.201,87	VINCI PARTNERS
FDO. VOKIN GBV ACON 30 FIC FIA	5.958.243,19	VOKIN INVESTIMENTOS
Total		43.128.445,06
Ações		
AMER3 - AMERICANAS S.A	114.204,00	FAPERS (CART. PRÓPRIA)
Total		114.204,00
Total dos Investimentos em Renda Variável		43.242.649,06

Investimentos Estruturados	Valor (R\$)	Gestor
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO		
SAF S&P REAIS RP FIM	12.576.128,20	SAFRA ASSET
Total		12.576.128,20
Total dos Investimentos Estruturados		12.576.128,20

Investimentos no Exterior	Valor (R\$)	Gestor
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR		
SAFRA CONS AMERICANO FIA	8.649.359,60	SAFRA ASSET
WELLINGTON VENTURA FIA	3.532.738,44	XP VISTA ASSET MANAG.
Total		12.182.098,04
Total dos Investimentos no Exterior		12.182.098,04

Investimentos Imobiliários	Valor (R\$)	Total (R\$)
Casa - Rua Marcilio Dias, 1073, Porto Alegre:		
Imóvel uso próprio	1.864.698,87	FAPERS
		1.864.698,87
Investimento em Shopping Center, Porto Alegre		
Lindóia Shopping - 20%	5.690.795,66	FAPERS
Total Shopping		5.690.795,66
Total dos Investimentos Imobiliários		7.555.494,53

Operações com Participantes	Valor (R\$)
Total dos Empréstimos aos Participantes	7.275.310,70

Depósitos Judiciais/Rekursais e Precatórios	Valor (R\$)
Total dos Depósitos Judiciais/Rekursais	80.958,34

TOTAL GERAL	Valor (R\$)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	686.181.032,62

Fonte: Núcleo de Investimentos

RENTABILIDADE

Rentabilidade Bruta: é o rendimento obtido pelo investimento, calculado pelo sistema de cota diária, pelo sistema ERP da Fundação.

Rentabilidade Líquida: é o rendimento calculado pelo sistema de cota diária, a partir da rentabilidade bruta subtraindo a despesa dos serviços de custódia e corretagem.

Meta de Rentabilidade: são os indicadores usados como referência de desempenho da FUNDAÇÃO estabelecidos anualmente no estudo da taxa de juros.

Abaixo a rentabilidade bruta e líquida obtida em 2024, comparada a meta de rentabilidade por plano e por segmentos:

Rentabilidade Bruta	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
PLANO	12,14%	8,30%	9,40%	7,11%	13,26%
RENDA FIXA	13,42%	10,51%	11,17%	9,91%	15,18%
RENDA VARIÁVEL	-90,19%	-14,00%	-13,77%	-18,26%	-90,19%
ESTRUTURADO	-0,36%	10,10%	8,72%	10,20%	-0,36%
IMOBILIÁRIO	-0,42%	-0,42%	-0,42%	-0,42%	-
OP. C/ PARTICIPANTES	-	21,67%	12,97%	12,85%	-
EXTERIOR	-	18,68%	18,59%	18,61%	-

Rentabilidade Líquida	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
PLANO	12,10%	8,26%	9,36%	7,07%	13,15%
RENTA FIXA	13,38%	10,47%	11,13%	9,87%	15,07%
RENTA VARIÁVEL	-90,23%	-14,03%	-13,80%	-18,29%	-90,30%
ESTRUTURADO	-0,39%	10,06%	8,68%	10,17%	-0,47%
IMOBILIÁRIO	-0,45%	-0,45%	-0,45%	-0,45%	-
OP. C/ PARTICIPANTES	-	21,64%	12,93%	12,82%	-
EXTERIOR	-	18,64%	18,56%	18,57%	-

Meta de Rentabilidade	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
PLANO	8,11%	9,96%	10,05%	9,44%	8,74%
RENTA FIXA	9,75%	9,75%	9,75%	9,75%	9,75%
RENTA VARIÁVEL	6,62%	6,62%	6,62%	6,62%	6,62%
ESTRUTURADO	11,33%	11,33%	11,33%	11,33%	11,33%
IMOBILIÁRIO	10,20%	10,20%	10,20%	10,20%	-
OP. C/ PARTICIPANTES	-	11,70%	11,70%	11,70%	-
EXTERIOR	-	11,33%	11,33%	11,33%	-

Fonte: Núcleo de Investimentos

Rentabilidade Patrimonial

A Rentabilidade Patrimonial é calculada pelo sistema de cotas mensais, considerando todas receitas e despesas do plano. As receitas são: remuneração dos investimentos e dos contratos de dívida e reversão de fundos e provisões. As despesas são: as despesas administrativas e constituição de fundos e provisões. Esta é a rentabilidade líquida do plano. No Plano Misto, e Plano Prever é a rentabilidade que corrige o saldo de contas dos participantes. Abaixo o quadro comparativo da rentabilidade patrimonial dos planos com a sua respectiva meta:

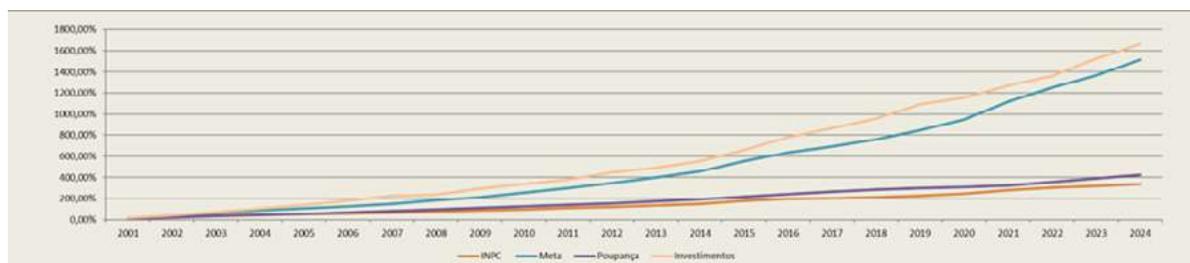
Mês	PBD-1		PLANO MISTO		PGS		PREVER	
	Meta Atuarial	Rent. %	Meta Atuarial	Rent. %	Meta Atuarial	Rent. %	Meta Rent.	Rent. %
Janeiro	0,83%	0,91%	0,98%	0,60%	0,98%	1,34%	0,94%	0,31%
Fevereiro	1,07%	0,93%	1,22%	0,94%	1,22%	0,95%	1,18%	0,81%
Março	0,45%	0,98%	0,59%	0,95%	0,60%	1,02%	0,55%	0,84%
Abril	0,63%	0,64%	0,77%	0,11%	0,78%	0,34%	0,74%	-0,36%
Maiο	0,72%	0,95%	0,87%	0,48%	0,87%	0,64%	0,83%	0,47%
Junho	0,51%	0,84%	0,65%	0,78%	0,66%	0,87%	0,62%	0,60%
Julho	0,52%	2,70%	0,66%	1,12%	0,67%	0,93%	0,63%	2,27%
Agosto	0,12%	0,10%	0,26%	1,23%	0,27%	1,01%	0,22%	0,98%
Setembro	0,74%	0,70%	0,89%	0,22%	0,89%	0,37%	0,85%	0,11%
Outubro	0,87%	0,90%	1,02%	0,69%	1,02%	0,82%	0,98%	0,53%
Novembro	0,59%	0,88%	0,73%	0,47%	0,74%	0,74%	0,70%	0,37%
Dezembro	0,75%	0,78%	0,89%	0,34%	0,90%	0,63%	0,85%	-0,39%
Acumulado Ano	8,11%	11,90%	9,96%	8,20%	10,05%	10,09%	9,44%	6,71%

Fonte: Contabilidade

Histórico de Rentabilidade

A rentabilidade dos investimentos da FUNDAÇÃO de 2001 a 2024 acumula 1.663,82%, sendo que o índice acumulado da Meta Atuarial foi de 1.514,17%, o índice acumulado da Caderneta de Poupança foi de 425,68% e o INPC acumulado foi 335,73% no mesmo período.

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE 2001 A 2024



Fonte: Núcleo de Investimentos

Gestão de Riscos

A Fundação realiza o monitoramento dos riscos da carteira de investimentos através de relatórios extraídos de sistemas.

Risco de Mercado: monitorado com base no orçamento de risco aprovado na Política de Investimentos, conforme quadro demonstrado a seguir.

Classe de Ativos	Benchmark	Indicador Risco	Orçamento Risco
Renda Fixa	CDI	VaR	5,00%
Renda Fixa IMA	IMA-B	VaR	5,00%
Multimercado Institucional	105% CDI	VaR	5,00%
Multimercado Estruturado	133,29% CDI	VaR	20,00%
Renda Variável	IBOVESPA	VaR	25,00%
Renda Variável Small Caps	SMLL	VaR	20,00%
Fundos Imobiliários	IFIX	VaR	20,00%
Investimentos no Exterior	MSCI World (BRL)	VaR	20,00%

Durante o ano, nas posições verificadas no final de cada mês e publicadas no Boletim Conjuntural dos Investimentos, no mês de setembro o fundo VINCI IMOBILIÁRIO II FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO, excedeu o limite do Var em função da volatilidade gerada na cota devido as amortizações.

Risco de Crédito: os ratings permitidos pela política de investimentos estão no quadro abaixo.

TABELA DE RATINGS							
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Liberum	Austin	Gran	
1	AAA (bra)	brAAA	AAA.br	AAA	brAAA	Investimento	
	AA+ (bra)	brAA+	Aa1.br	AA+	brAA+		
2	AA (bra)	brAA	Aa2.br	AA	brAA		
	AA- (bra)	brAA-	Aa3.br	AA-	brAA-		
3	A+ (bra)	brA+	A1.br	A+	brA+		
	A (bra)	brA	A2.br	A	brA		
	A- (bra)	brA-	A3.br	A-	brA-		
4	BBB+ (bra)	brBBB+	Baa1.br	BBB+	brBBB+		
	BBB (bra)	brBBB	Baa2.br	BBB	brBBB		
	BBB- (bra)	brBBB-	Baa3.br	BBB-	brBBB-		
5	BB+ (bra)	brBB+	Ba1.br	BB+	brBB+		Especulativo
	BB (bra)	brBB	Ba2.br	BB	brBB		
	BB- (bra)	brBB-	Ba3.br	BB-	brBB-		
6	B+ (bra)	brB+	B1.br	B+	brB+		
	B (bra)	brB	B2.br	B	brB		
	B- (bra)	brB-	B3.br	B-	brB-		
7	CCC (bra)	brCCC	Caa.br	CCC	brCCC		
	CC (bra)	brCC	Ca.br	CC	brCC		
	C (bra)	brC	C.br	C	brC		
8	D (bra)	brD	D.br	D	brD		

Fonte: Núcleo de Investimentos

No mês de julho em função do acordo da Recuperação Judicial das Americanas S.A., a debenture até então existente foi extinguida dando lugar à uma nova Debenture: AMERC2 - AMERICANAS - EM RECUPERACAO JUDICIAL - 20290726 - 128% do DI, para a qual não foi contratada Agência de Rating.

Risco de Liquidez: o monitoramento do risco de liquidez é efetuado através do Estudo da ALM para planos de Benefício Definido e Contribuição Variável, e para o plano de Contribuição Definida, a liquidez é definida pelo estudo comparativo dos fluxos de entradas e saídas. Os estudos são atualizados anualmente e servem de parâmetro para as aplicações de médio e longo prazo, na compatibilização do fluxo de caixa do ativo com o do passivo.

A liquidez da FAPERS em 31/12/2024 estava assim distribuída:

Descrição	Categoria	Montante em 31/12/2024	Faixas de Vencimentos (dias)
TÍTULOS PÚBLICOS		367.711.165,62	
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	7.217.176,76	135
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	13.992.190,47	592
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	7.863.838,76	865
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	6.779.760,41	1.596
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	10.582.654,42	2.784
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	8.239.783,39	3.057
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	975.927,51	3.787
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	29.929.394,48	592
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	16.029.739,53	1.323
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	66.541.877,30	2.053
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	67.063.707,94	3.787
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	35.177.278,57	5.706
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	42.444.053,32	7.440
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	44.166.783,11	9.358
NOTA TESOIRO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	10.706.999,65	11.092
ATIVO FINANCEIRO DE CRÉDITO PRIVADO		49.827.524,60	
Instituições Financeiras		45.199.098,91	
LF/LFSN			
LETRA FINANCEIRA SENIOR - BCO BTG PACTUAL SA	Titulos para Negociação (a mercado)	7.000.200,60	1.787
LETRA FINANCEIRA SENIOR - BCO BTG PACTUAL SA	Titulos para Negociação (a mercado)	7.335.868,26	1.077
LETRA FINANCEIRA SUB NÍVEL II - SAFRA	Titulos para Negociação (a mercado)	6.629.477,06	2.421
LETRA FINANCEIRA SUB NÍVEL II - SAFRA	Titulos para Negociação (a mercado)	2.609.752,42	1.539
LETRA FINANCEIRA SUB NÍVEL II - SAFRA	Titulos para Negociação (a mercado)	6.662.707,86	1.331
LETRA FINANCEIRA SUB NÍVEL II - SAFRA	Mantidos até o Vencimento (na curva)	14.961.092,71	1.248
Companhias Abertas		4.628.426,69	
DEB.NÃO CONV.CIAS ABERTA - VALE	Titulos para Negociação (a mercado)	503.553,19	9.320
DEB.NÃO CONV.CIAS ABERTA - LOCALIZA RENT A CAR	Titulos para Negociação (a mercado)	3.737.700,83	2.265
DEB.NÃO CONV.CIAS ABERTA - AMERICANAS S.A - RJ	Titulos para Negociação (a mercado)	387.171,67	1.668

FUNDOS DE INVESTIMENTO		253.616.374,92	
Renda Fixa		152.360.908,02	
SULAM EXCLUSIVE FIRF	Titulos para Negociação (amercado)	8.207.213,45	0
SAFRA CAPITAL MARK P	Titulos para Negociação (amercado)	18.166.808,95	0
PORTO SEG FIRF REFDI	Titulos para Negociação (amercado)	17.464.645,87	0
GALAPAGO PINZON FIRF	Titulos para Negociação (amercado)	15.259.602,15	0
VINCI FIRF IMOB CPII	Titulos para Negociação (amercado)	10.808.492,60	1.814
SULA CIESG FIRFCPLP	Titulos para Negociação (amercado)	5.389.957,91	46
XP CORP LIGHT FIRFCP	Titulos para Negociação (amercado)	13.956.628,25	7
SULA EXCELLE FIRF CP	Titulos para Negociação (amercado)	25.450.303,36	1
SOMMA TORINO FIRF CP	Titulos para Negociação (amercado)	18.048.036,90	1
SAFRA EXTBCO FICRFCP	Titulos para Negociação (amercado)	19.609.218,58	0
FIDC		33.368.795,60	
ASA FIC FIDC 90 SR	Titulos para Negociação (amercado)	5.851.928,27	90
STARKE FIC FIDC	Titulos para Negociação (amercado)	27.516.867,33	30
Ações		43.128.445,06	
Vinci FAPERS FIA	Titulos para Negociação (amercado)	37.170.201,87	3
VOKIN GBVAC30 FICFIA	Titulos para Negociação (amercado)	5.958.243,19	3
Exterior		12.182.098,04	
SAFRA CONS AMER FIA	Titulos para Negociação (amercado)	8.649.359,60	4
WELLINGTON VENTURA DOL MASTER FIAIE	Titulos para Negociação (amercado)	3.532.738,44	6
Multimercado Estruturado		12.576.128,20	
SAFRA S&P REA RP FIM	Titulos para Negociação (amercado)	12.576.128,20	2
ATIVO FINANCEIRO DE RENDA VARIÁVEL		114.204,00	
Cia Aberta		114.204,00	
AÇÕES AMERICANAS S A - RJ	Titulos para Negociação (amercado)	114.204,00	2
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		7.555.494,53	N/D
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		7.275.310,70	Diversos

Fonte: Núcleo de Investimentos

Monitoramento da Política de Investimentos

A Política de Investimentos, elaborada com base na legislação, rege a alocação dos recursos dos planos administrados pela FUNDAÇÃO, este documento é elaborado anualmente pela Diretoria Executiva, analisada pelo Comitê de Investimentos e Riscos e é aprovada pelo Conselho Deliberativo, antes do exercício a que se refere. Na reunião do dia 09 de novembro de 2023 o Conselho Deliberativo aprovou a Política de Investimentos para o exercício de 2024-2028, registrado na ata nº 365 do referido órgão, cujos limites são:

Plano de Benefício Definido I (PBD-I)				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	94,50%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	2,00%	0,00%	10,00%
Estruturado	20%	1,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	2,00%	0,00%	10,00%
Operações com participantes	15%	0,50%	0,00%	5,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%

Plano Geral Saldado (PGS)				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	85,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	4,00%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	4,00%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	3,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	1,00%	0,00%	5,00%
Exterior	10%	3,00%	0,00%	10,00%

Plano de Benefícios II – (Plano Misto)				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	83,00%	40,00%	100,00%
Renda Variável	70%	4,00%	0,00%	15,00%
Estruturado	20%	4,00%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	3,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	1,00%	0,00%	5,00%
Exterior	10%	5,00%	0,00%	10,00%

Plano de Benefícios Prever				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	79,00%	30,00%	100,00%
Renda Variável	70%	5,00%	0,00%	15,00%
Estruturado	20%	4,00%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	4,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	1,00%	0,00%	5,00%
Exterior	10%	7,00%	0,00%	10,00%

Plano de Gestão Administrativa (PGA)				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	94,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	2,00%	0,00%	10,00%
Estruturado	20%	2,00%	0,00%	10,00%
Imobiliário	20%	2,00%	0,00%	10,00%
Operações com participantes	15%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	0,00%	0,00%	5,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

Os limites dos quadros acima são controlados pelo Núcleo de Investimentos e pelo Banco Custodiante Safra, por meio de seu Setor de Enquadramento. A Custódia emite mensalmente um relatório apontando a aderência dos investimentos das carteiras da FUNDAÇÃO aos limites estabelecidos. O referido relatório é analisado pelo Núcleo de Investimentos, pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Investimentos e Riscos, sendo também item constante na análise do Conselho Fiscal.

No dia 31/12/2024 as carteiras de investimentos estavam assim constituídas:

Descrição do Investimento	Limite Legal	PBD - I			PLANO MISTO			PGS		
		Res. 4994	Pol. Invest.	RS	%	Pol. Invest.	RS	%	Pol. Invest.	RS
Renda Fixa	Até 100%	100%	13.343.183,96	98,25%	100%	221.222.340,92	88,08%	100%	195.837.387,34	89,89%
Renda Variável	Até 70%	10%	14.105,00	0,10%	15%	17.885.393,82	7,12%	20%	8.786.249,85	4,03%
Investimentos Estruturados	20%	10%			15%	4.029.587,02	1,60%	15%	3.400.689,46	1,56%
Investimentos Imobiliários	20%	10%	223.136,46	1,64%	15%	1.581.901,43	0,63%	15%	4.937.357,01	2,27%
Operações com Participantes	15%	5%			5%	2.519.487,36	1,00%	5%	704.839,74	0,32%
Investimentos Exterior	10%	5%			10%	3.832.797,06	1,53%	10%	4.199.215,14	
Depósitos Judiciais						80.958,34	0,03%			
Total dos Investimentos			13.580.425,42	100,00%		251.152.465,95	100,00%		217.865.738,54	100,00%

Descrição do Investimento	Limite Legal		PREVER		PGA		CONSOLIDADO		
	Res. 4.994	Pol. Invest.	RS	%	Pol. Invest.	RS	%	RS	%
Renda Fixa	Até 100%	100%	170.607.054,64	84,75%	100%	2.258.426,89	99,70%	603.268.393,75	87,92%
Renda Variável	Até 70%	15%	16.550.036,99	8,22%	10%	6.863,40	0,30%	43.242.649,06	6,30%
Investimentos Estruturados	20%	15%	5.145.851,72	2,56%	10%			12.576.128,20	1,83%
Investimentos Imobiliários	20%	15%	813.099,63	0,40%	10%			7.555.494,53	1,10%
Operações com Participantes	15%	5%	4.050.983,60	2,01%	0%			7.275.310,70	1,06%
Investimentos Exterior	10%	10%	4.150.085,84	2,06%	5%			12.182.098,04	1,78%
Depósitos Judiciais								80.958,34	0,01%
Total dos Investimentos			201.317.112,42	100,00%		2.265.290,29	100,00%	686.181.032,62	100,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR:

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	I	-	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	-	Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	-	Demais Emissores	10%	10%

Fonte: Núcleo de Investimentos

MONITORAMENTO DA ALOCAÇÃO POR EMISSOR – POSIÇÃO 31/12/2024:

Plano	PBD-I		PLANO MISTO		PGS		PREVER		PGA		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Tesouro	4.544.285,80	33,46%	152.863.030,79	60,88%	147.515.548,43	67,71%	62.788.300,60	31,19%	0,00	0,00%	367.711.165,62	53,59%
Vinci	0,00	0,00%	21.192.942,61	8,44%	7.763.132,76	3,56%	19.022.619,10	9,45%	0,00	0,00%	47.978.694,47	6,99%
Safra	1.726.308,52	12,71%	21.378.437,51	8,51%	21.258.116,52	9,76%	45.132.108,47	22,42%	369.574,33	16,31%	89.864.545,35	13,10%
Sulamérica	1.491.488,82	10,98%	9.522.489,11	3,79%	9.962.765,95	4,57%	17.036.253,57	8,46%	1.034.477,27	45,67%	39.047.474,72	5,69%
Starke	1.006.591,18	7,41%	8.354.329,01	3,33%	8.844.725,84	4,06%	9.215.599,96	4,58%	95.621,34	4,22%	27.516.867,33	4,01%
Somma	933.868,59	6,88%	5.016.422,34	2,00%	1.845.796,16	0,85%	10.251.949,81	5,09%	0,00	0,00%	18.048.036,90	2,63%
Asa Invest.	0,00	0,00%	2.319.095,96	0,92%	0,00	0,00%	3.532.832,31	1,75%	0,00	0,00%	5.851.928,27	0,85%
Galápagos	1.264.425,47	9,31%	4.782.067,48	1,90%	1.807.483,87	0,83%	6.670.143,99	3,31%	735.481,34	32,47%	15.259.602,15	2,22%
Potio Seguro	755.021,53	5,56%	6.725.739,56	2,68%	3.195.322,41	1,47%	6.788.562,37	3,37%	0,00	0,00%	17.464.645,87	2,55%
BTG Pactual	0,00	0,00%	4.778.689,61	1,90%	4.778.689,61	2,19%	4.778.689,61	2,37%	0,00	0,00%	14.336.068,83	2,09%
XP Invest.	948.500,64	6,98%	5.546.408,97	2,21%	2.200.650,46	1,01%	5.261.068,18	2,61%	0,00	0,00%	13.956.628,25	2,03%
Imóveis	223.136,46	1,64%	1.581.901,43	0,63%	4.937.357,01	2,27%	813.099,63	0,40%	0,00	0,00%	7.555.494,53	1,10%
Op. Part.	0,00	0,00%	2.519.487,36	1,00%	704.839,74	0,32%	4.050.983,60	2,01%	0,00	0,00%	7.275.310,70	1,06%
Localiza	624.878,77	4,60%	1.042.516,61	0,42%	520.732,31	0,24%	1.549.573,13	0,77%	0,00	0,00%	3.737.700,82	0,54%
Americanas	61.919,64	0,46%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	409.320,02	0,20%	30.136,01	1,33%	501.375,67	0,07%
Vokin	0,00	0,00%	2.096.697,51	0,84%	1.023.117,09	0,47%	2.838.428,59	1,41%	0,00	0,00%	5.958.243,19	0,87%
Vale	0,00	0,00%	173.672,27	0,07%	329.880,90	0,13%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	503.553,17	0,07%
Wellington	0,00	0,00%	1.177.579,48	0,47%	1.177.579,48	0,54%	1.177.579,48	0,58%	0,00	0,00%	3.532.738,44	0,51%
Total	13.580.425,42	100,00%	251.071.507,61	100,00%	217.865.738,54	100,00%	201.317.112,42	100,00%	2.265.290,29	100,00%	686.100.074,28	100,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

A alocação na Sulamérica e na Galápagos, no plano PGA, é anterior à abertura dos demais níveis dos fundos que é realizada pelo banco custodiante depois do fechamento contábil do mês. No PGA, o valor alocado na Sulamérica e na Galápagos está em fundos, com diversos ativos de diversos emissores que depois da abertura dos demais níveis das carteiras, está de acordo com o enquadramento legal.

Despesas com Administração dos Investimentos

O quadro a seguir, demonstra os gastos com Custódia, Corretoras, Câmaras de Liquidação e Custódia e demais custos que envolvem diretamente a administração dos investimentos da FUNDAÇÃO.

DESPESAS COM CUSTODIANTE - POR PLANO	2023	2024	Δ %
PLANO DE BENEFÍCIOS I - PBD-I	4.663,77	4.631,28	-0,70%
PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO	83.272,54	84.323,51	1,26%
PLANO GERAL SALDADO - PGS	76.065,13	74.048,26	-2,65%
PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER	65.405,65	68.967,04	5,45%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	837,38	909,88	8,66%
CONSOLIDADO	230.244,47	232.879,97	1,14%

Fonte: Núcleo de Contabilidade



A close-up photograph of a person's hand clicking a computer mouse on a desk. The background is blurred, showing another person's arm and a watch. A green rectangular overlay is positioned on the right side of the image, containing the text 'GESTÃO CONTÁBIL' in white, bold, uppercase letters.

GESTÃO CONTÁBIL

INTRODUÇÃO

Gestão Contábil

A contabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar deve ser elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios e administrativo, e disponibilizar um conjunto de dados consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar cada uma das atividades realizadas.

Para tal, utiliza-se as Demonstrações Contábeis, que apresentam a estrutura monetária da Entidade, espelhando a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do gerenciamento dos recursos que são confiados à Administração.

As Demonstrações são divulgadas por ocasião do encerramento do exercício, e elaboradas de forma individual, isto é, por plano (PBD-I, Plano Misto, PGS, Prever e PGA) e também consolidadas, que é a soma de todos os planos trazendo, na essência, a combinação dos registros contábeis dos planos individuais, de acordo com a legislação e as práticas contábeis vigentes (descritas na Nota Explicativa de nº 3, do exercício de 2024).

As Demonstrações comparam o exercício atual com o exercício anterior, apresentando na coluna "Variação %" o acréscimo ou decréscimo ocorrido no ano atual em relação ao ano anterior. Os valores são expressos em milhares de reais (R\$ mil), por exemplo, onde consta R\$ 500 mil leia-se: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

As Notas Explicativas complementam as Demonstrações Contábeis, visando fornecer as informações necessárias para compreensão dos valores apontados.

Este capítulo apresenta as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas referentes ao exercício social de 2024, e seguirão a seguinte ordem:

- 1) Balanço Patrimonial: Demonstração que atesta, de forma consolidada, a situação patrimonial da entidade;
- 2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado - DMPS: Apresenta as modificações do Patrimônio Social dos planos de benefícios;
- 3) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL: Evidencia, de forma individual, as modificações do Ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) dos planos de benefícios;
- 4) Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL: Esta Demonstrac o equivale ao Balanço Patrimonial individualizado por plano de benefícios;
- 5) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT: Elucida, de forma individual, a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Funda o. Em suma, apresenta os valores das obrigações presentes e futuras do plano para com seus participantes;
- 6) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidado - DPGA: Apresenta o resultado da gestão administrativa da Funda o na administração dos planos de benefícios, por ocasião do encerramento do exercício, de forma consolidada. Demonstra as receitas e as despesas administrativas da Funda o, e o decorrente Fundo Administrativo Acumulado.

1) BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial em 31/12/2024

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Valores em RS Mil

ATIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	PASSIVO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO
	ATUAL	ANTERIOR		ATUAL	ANTERIOR
	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
DISPONÍVEL	224	27	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.366	1.538
REALIZAVEL	752.756	721.431	Gestão Previdencial	841	850
Gestão Previdencial	66.079	68.170	Gestão Administrativa	341	315
Gestão Administrativa	496	457	Investimentos	184	373
Investimentos	686.181	652.804	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	228	496
Títulos Públicos	367.711	408.388	Gestão Previdencial	228	496
Ativo Financeiro de Crédito Privado	49.828	50.435	PATRIMÔNIO SOCIAL	751.433	719.454
Ações	114	-	Patrimônio de Cobertura do Plano	748.184	715.940
Fundos de Investimentos	253.616	181.781	Provisões Matemáticas	805.293	765.522
Investimentos em Imóveis	7.556	7.280	Benefícios Concedidos	496.683	494.292
Operações com Participantes	7.275	4.726	Benefícios a Conceder	350.484	314.430
Depósitos Judiciais/Recurais	81	81	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(41.874)	(43.200)
Recursos a Receber - Precatórios	-	113	Equilíbrio Técnico	(57.109)	(49.582)
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	47	30	Resultados Realizados	(57.109)	(49.582)
Imobilizado	29	16	Superávit Técnico Acumulado	1.941	1.431
Intangível	18	14	(-) Déficit Técnico Acumulado	(59.050)	(51.013)
			Fundos	3.249	3.514
			Fundos Previdenciais	-	116
			Fundos Administrativos	2.521	2.810
			Fundos p/Garantia Operações c/participantes	728	588
TOTAL DO ATIVO	753.027	721.488	TOTAL DO PASSIVO	753.027	721.488

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacconi Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

2) DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS
 Consolidada - Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2024	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2023	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	719.454	673.715	6,79
1. Adições	91.088	101.625	-10,37
Contribuições Previdenciais	32.925	30.874	6,64
Atualização de Depósitos Judiciais/Recurrais	35	-	-
Reversão de Fundos Administrativos	1.008	-	-
Outras Adições Previdenciais	47	1.608	-97,08
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	52.362	65.448	-19,99
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	268	-	-
Receitas Administrativas	3.943	3.678	7,21
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	360	35	928,57
Constituição de Fundos p/Garantia das Operações com Participantes	140	(18)	877,78
2. Deduções	(59.109)	(55.886)	5,77
Benefícios	(48.212)	(47.068)	2,43
Resgates	(6.240)	(5.197)	20,07
Portabilidades	-	(33)	-100,00
Outras Deduções	(65)	(187)	-65,24
Despesas Administrativas	(3.584)	(3.401)	5,38
Reversão de Recursos para Planos de Benefícios - Gestão Administrativa	(1.008)	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	31.979	45.739	-30,08
Provisões Matemáticas	39.771	34.196	16,30
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(7.527)	11.157	-167,46
Fundos Previdenciais	(116)	92	-226,09
Fundos Administrativos	(289)	312	-192,63
Fundos para Garantia das operações com Participantes	140	(18)	877,78
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	751.433	719.454	4,44

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

3) DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DMAL)

DMAL do Plano de Benefício I – PBD-I - CNPB: 1981000747

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DMAL_PB
Plano de Benefício I - PBD-I
CNPB: 1981000747
CNPJ: 48.306.637/0001-37
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	ATUAL 31/12/2024	ANTERIOR 31/12/2023	(%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	14.385	14.402	-0,12
1. Adições	1.724	1.051	64,03
Contribuições	195	186	4,84
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.529	865	76,76
2. Deduções	(1.110)	(1.068)	3,93
Benefícios	(1.110)	(1.068)	3,93
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	614	(17)	3711,76
Provisões Matemáticas	104	(51)	303,92
Superávit Técnico do Exercício	510	34	1400,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	14.999	14.385	4,27
C) Fundos não Previdenciais	1.083	1.148	-5,66
Fundos Administrativos	1.079	1.144	-5,68
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	4	4	0,00

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacconi Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DMAL do Plano de Benefícios II – PLANO MISTO - CNPB: 200008038

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
 DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DMAL_PB
 Plano de Benefícios II - Plano Misto
 CNPB: 200008038
 CNPJ: 48.307.126/0001-30
 Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIÇÃO (%)
	ATUAL	ANTERIOR	
	31/12/2024	31/12/2023	
A) Ativo Líquido - início do exercício	239.806	222.301	7,87
1. Adições	27.431	33.330	-17,70
Contribuições	7.903	7.576	4,32
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	19.179	25.724	-25,44
Atualização de Depósitos Judiciais/Recurais	35	-	-
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	268	-	-
Outras Adições	46	30	53,33
2. Deduções	(16.057)	(15.825)	1,47
Benefícios	(12.416)	(12.316)	0,81
Resgates	(2.775)	(2.687)	3,28
Custeio Administrativo	(802)	(768)	4,43
Outras Deduções	(64)	(54)	18,52
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	11.374	17.505	-35,02
Provisões Matemáticas	15.968	14.773	8,09
Fundos Previdenciais	(116)	92	-226,09
Déficit Técnico do Exercício	(4.478)	2.640	269,62
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	251.180	239.806	4,74
C) Fundos não Previdenciais	1.106	782	41,43
Fundos Administrativos	678	399	69,92
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	428	383	11,75

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DMAL do Plano Geral Saldado – PGS - CNPB: 2008004783

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DMAL_PB
Plano Geral Saldado - PGS
CNPB: 2008004783
CNPJ: 48.307.421/0001-96
Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIÇÃO (%)
	ATUAL 31/12/2024	ANTERIOR 31/12/2023	
A) Ativo Líquido - início do exercício	278.908	273.525	1,97
1. Adições	31.824	36.408	-12,59
Contribuições	12.603	12.139	3,82
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	19.220	22.691	-15,30
Outras Adições	1	1.578	-99,94
2. Deduções	(31.549)	(31.025)	1,69
Benefícios	(31.032)	(30.394)	2,10
Custeio Administrativo	(516)	(504)	2,38
Outras Deduções	(1)	(127)	-99,21
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	275	5.383	-94,89
Provisões Matemáticas	3.834	(3.100)	223,68
Déficit Técnico do Exercício	(3.559)	8.483	141,95
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	279.183	278.908	0,10
C) Fundos não Previdenciais	452	363	24,52
Fundos Administrativos	249	212	17,45
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	203	151	34,44

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DMAL do Plano de Benefícios Prever - CNPB: 2016.0006-19

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DMAL_PB
Plano de Benefícios Prever
CNPB: 2016000619
CNPJ: 48.307.620/0001-02
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2024	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2023	VARIÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	182.957	160.383	14,08
1. Adições	27.826	29.124	-4,46
Contribuições	14.384	12.956	11,02
Reversão de Fundos Administrativos	1.008	-	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.434	16.168	-23,10
2. Deduções	(7.961)	(6.550)	21,54
Benefícios	(3.653)	(3.295)	10,86
Resgates	(3.465)	(2.510)	38,05
Portabilidade	-	(33)	-100,00
Custeio Administrativo	(842)	(711)	18,42
Outras Deduções	(1)	(1)	0,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	19.865	22.574	-12,00
Provisões Matemáticas	19.865	22.574	-12,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	202.822	182.957	10,86
C) Fundos não Previdenciais	608	1.105	-44,98
Fundos Administrativos	515	1.055	-51,18
Fundos para Garantia das Operações com Participantes	93	50	86,00

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

4) DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DAL)

DAL do Plano de Benefício I – PBD-I - CNPB: 1981000747

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DAL_PB
Plano de Benefício I - PBD-I
CNPB: 1981000747
CNPJ: 48.306.637/0001-37
Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIÇÃO (%)
	ATUAL	ANTERIOR	
	31/12/2024	31/12/2023	
1. Ativos	16.094	15.553	3,48
Disponível	1	2	-50,00
Recebíveis Previdencial	2.512	2.631	-4,52
Investimentos	13.581	12.920	5,12
Títulos Públicos	4.544	9.218	-50,71
Ativo Financeiros de Crédito Privados	1.117	1.132	-1,33
Ações	14	-	-
Fundos de Investimento	7.682	2.348	227,17
Investimentos em Imóveis	224	215	4,19
Recursos a Receber/Precatórios	-	7	-100,00
2. Obrigações	12	20	-40,00
Operacional	12	20	-40,00
3. Fundos não Previdenciais	1.083	1.148	-5,66
Fundos Administrativos	1.079	1.144	-5,68
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	4	4	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	14.999	14.385	4,27
Provisões Matemáticas	13.058	12.954	0,80
Superávit Técnico	1.941	1.431	35,64
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	1.941	1.431	35,64
b) (+/-) Ajuste de Precificação	529	572	-7,52
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	2.470	2.003	23,31

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacconi Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Míussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DAL do Plano de Benefícios II - Plano Misto - CNPB: 2000008038

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DAL_PB
Plano de Benefícios II - Plano Misto
CNPB: 2000008038
CNPJ: 48.307.126/0001-30
Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIÇÃO (%)
	ATUAL 31/12/2024	ANTERIOR 31/12/2023	
1. Ativos	252.668	241.329	4,70
Disponível	4	14	-71,43
Recebíveis Previdencial	1.512	1.469	2,93
Investimentos	251.152	239.846	4,71
Títulos Públicos	152.863	166.368	-8,12
Ativo Financeiros de Crédito Privados	11.179	10.436	7,12
Fundos de Investimentos	82.928	59.800	38,68
Investimentos em Imóveis	1.582	1.524	3,81
Operações com Participantes	2.519	1.637	53,88
Depósitos Judiciais/Recurais	81	81	0,00
2. Obrigações	382	741	-48,45
Operacional	382	472	-19,07
Contingencial	-	269	-100,00
3. Fundos não Previdenciais	1.106	782	41,43
Fundos Administrativos	678	399	69,92
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	428	383	11,75
5. Ativo Líquido (1-2-3)	251.180	239.806	4,74
Provisões Matemáticas	269.847	253.879	6,29
Déficit Técnico	(18.667)	(14.189)	31,56
Fundos Previdenciais	-	116	-100,00
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(18.667)	(14.189)	31,56
b) (+/-) Ajuste de Precificação	5.018	5.647	-11,15
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(13.649)	(8.542)	59,79

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DAL do Plano Geral Saldado – PGS - CNPB: 2008004783

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DAL_PB

Plano Geral Saldado - PGS

CNPB: 2008004783

CNPJ: 48.307.421/0001-96

Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIACÃO (%)
	ATUAL	ANTERIOR	
	31/12/2024	31/12/2023	
1. Ativos	280.240	279.999	0,09
Disponível	7	3	133,33
Recebíveis Previdencial	62.367	64.386	-3,14
Investimentos	217.866	215.610	1,05
Títulos Públicos	147.516	158.771	-7,09
Ativo Financeiros de Crédito Privados	12.711	11.385	11,65
Fundos de Investimentos	51.997	40.158	29,48
Investimentos em Imóveis	4.937	4.757	3,78
Operações com Participantes	705	432	63,19
Recursos a Receber/Precatórios	-	107	-100,00
2. Obrigações	605	728	-16,90
Operacional	377	501	-24,75
Contingencial	228	227	0,44
3. Fundos não Previdenciais	452	363	24,52
Fundos Administrativos	249	212	17,45
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	203	151	34,44
5. Ativo Líquido (1-2-3)	279.183	278.908	0,10
Provisões Matemáticas	319.566	315.732	1,21
Déficit Técnico	(40.383)	(36.824)	9,66
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(40.383)	(36.824)	9,66
b) (+/-) Ajuste de Precificação	10.781	11.493	-6,20
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(29.602)	(25.331)	16,86

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacconi Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DAL do Plano de Benefícios Prever - CNPB: 2016.0006-19

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - DAL_PB

Plano de Benefícios Prever

CNPB: 2016000619

CNPJ: 48.307.620/0001-02

Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2024	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2023	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	203.684	184.292	10,52
Disponível	157	3	5133,33
Recebíveis Previdencial	2.210	2.494	-11,39
Investimentos	201.317	181.795	10,74
Títulos Públicos	62.788	73.832	-14,96
Ativo Financeiros de Crédito Privados	24.797	27.449	-9,66
Ações	93	-	-
Fundos de Investimentos	108.775	77.074	41,13
Investimentos em Imóveis	813	783	3,83
Operações com Participantes	4.051	2.657	52,47
2. Obrigações	254	230	10,43
Operacional	254	230	10,43
3. Fundos não Previdenciais	608	1.105	-44,98
Fundos Administrativos	515	1.055	-51,18
Fundos p/Garantia Operações c/Participantes	93	50	86,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	202.822	182.957	10,86
Provisões Matemáticas	202.822	182.957	10,86

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacconi Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

5) DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (DPT)

DPT do Plano de Benefício I – PBD-I - CNPJ: 1981000747

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT_PB
Plano de Benefício I - PBD-I
CNPB: 1981000747
CNPJ: 48.306.637/0001-37
Valores em R\$ Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIACÃO (%)
	ATUAL	ANTERIOR	
	31/12/2024	31/12/2023	
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	15.015	14.409	4,21
1. Provisões Matemáticas	13.058	12.954	0,80
1.1. Benefícios Concedidos	13.058	12.954	0,80
Benefício Definido	13.058	12.954	0,80
2. Equilíbrio Técnico	1.941	1.431	35,64
2.1. Resultados Realizados	1.941	1.431	35,64
Superávit Técnico Acumulado	1.941	1.431	35,64
Reserva de Contingência	1.941	1.431	35,64
3. Fundos	4	4	0,00
3.2. Fundos p/ Garantia Operações com Participantes - Gestão Previdencial	4	4	0,00
4. Exigível Operacional	12	20	-40,00
4.1. Gestão Previdencial	12	14	-14,29
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	6	-100,00

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DPT do Plano de Benefícios II - Plano Misto - CNPJ: 2000008038

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT_PB
Plano de Benefícios II - Plano Misto
CNPB: 2000008038
CNPJ: 48.307.126/0001-30
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	ATUAL	ANTERIOR	(%)
	31/12/2024	31/12/2023	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	251.990	240.930	4,59
1. Provisões Matemáticas	269.847	253.879	6,29
1.1. Benefícios Concedidos	132.073	131.055	0,78
Contribuição Definida	2.640	2.788	-5,31
Benefício Definido	129.433	128.267	0,91
1.2. Benefício a Conceder	139.774	124.880	11,93
Contribuição Definida	139.774	124.880	11,93
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	59.705	52.958	12,74
Saldo de Contas - parcela participantes	80.069	71.922	11,33
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(2.000)	(2.056)	-2,72
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	(2.000)	(2.056)	-2,72
(-) Assistidos	(2.000)	(2.056)	-2,72
2. Equilíbrio Técnico	(18.667)	(14.189)	31,56
2.1. Resultados Realizados	(18.667)	(14.189)	31,56
(-) Déficit Técnico Acumulado	(18.667)	(14.189)	31,56
3. Fundos	428	499	-14,23
3.1. Fundos Previdenciais	-	116	-100,00
3.2. Fundos p/Garantia Operações c/Participantes - Gestão Previdencial	428	383	11,75
4. Exigível Operacional	382	472	-19,07
4.1. Gestão Previdencial	312	363	-14,05
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	70	109	-35,78
5. Exigível Contingencial	-	269	-100,00
5.1. Gestão Previdencial	-	269	-100,00

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DPT do Plano Geral Saldado – PGS - CNPJ: 2008004783

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT_PB
Plano Geral Saldado - PGS
CNPB: 2008004783
CNPJ: 48.307.421/0001-96
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIACÃO (%)
	ATUAL 31/12/2024	ANTERIOR 31/12/2023	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	279.991	279.787	0,07
1. Provisões Matemáticas	319.566	315.732	1,21
1.1. Benefícios Concedidos	330.652	328.991	0,50
Benefício Definido	330.652	328.991	0,50
1.2. Benefício a Conceder	28.788	27.885	3,24
Benefício Definido	28.788	27.885	3,24
1.3.(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(39.874)	(41.144)	-3,09
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	(39.874)	(41.144)	-3,09
(-) Assistidos	(39.874)	(41.144)	-3,09
2. Equilíbrio Técnico	(40.383)	(36.824)	9,66
2.1. Resultados Realizados	(40.383)	(36.824)	9,66
(-) Déficit Técnico Acumulado	(40.383)	(36.824)	9,66
3. Fundos	203	151	34,44
3.2. Fundos p/ Garantia Operações com Participantes- Gestão Previdencial	203	151	34,44
4. Exigível Operacional	377	501	-24,75
4.1. Gestão Previdencial	316	312	1,28
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	61	189	-67,72
5. Exigível Contingencial	228	227	0,44
5.1. Gestão Previdencial	228	227	0,44

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

DPT do Plano de Benefícios Prever - CNPB: 2016.0006-19

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - DPT_PB
Plano de Benefícios Prever
CNPB: 2016000619
CNPJ: 48.307.620/0001-02
Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	ATUAL	ANTERIOR	(%)
	31/12/2024	31/12/2023	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	203.169	183.237	10,88
1. Provisões Matemáticas	202.822	182.957	10,86
1.1. Benefícios Concedidos	20.900	21.292	-1,84
Contribuição Definida	20.900	21.292	-1,84
1.2. Benefício a Conceder	181.922	161.665	12,53
Contribuição Definida	181.922	161.665	12,53
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	48.253	39.694	21,56
Saldo de Contas - parcela participantes	133.669	121.971	9,59
3. Fundos	93	50	86,00
3.2. Fundos p/Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	93	50	86,00
4. Exigível Operacional	254	230	10,43
4.1. Gestão Previdencial	201	161	24,84
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	53	69	-23,19

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora
CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
Controller
CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

6) DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA) CONSOLIDADA

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA)

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA
 CNPJ: 87.752.200/0001-89
 CONSOLIDADA - Valores em RS Mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO	VARIAÇÃO
	ATUAL	ANTERIOR	(%)
	31/12/2024	31/12/2023	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.810	2.498	12,49
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.303	3.713	15,89
1.1. Receitas	4.303	3.713	15,89
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.160	1.983	8,93
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.755	1.663	5,53
Taxa de Administração de Empréstimos	10	6	66,67
Receitas Diretas	18	26	-30,77
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	360	35	928,57
2. Despesas Administrativas	(3.584)	(3.401)	5,38
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(3.584)	(3.401)	5,38
Pessoal e Encargos	(2.046)	(1.916)	6,78
Treinamentos/Congressos e Seminários	(11)	(19)	-42,11
Viagens e Estadias	(29)	(24)	20,83
Serviços de Terceiros	(1.214)	(1.155)	5,11
Despesas Gerais	(217)	(214)	1,40
Depreciações e Amortizações	(8)	(9)	-11,11
Tributos	(59)	(60)	-1,67
Outras Despesas	-	(4)	-100,00
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(1.008)	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-4-5)	(289)	312	-192,63
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(289)	312	-192,63
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	2.521	2.810	-10,28

Ricardo Altair Schwarz
 Diretor Superintendente e de Contabilidade
 CPF 241.911.910-04

Sabrina Giacomoni Comelli
 Contadora
 CPF 641.913.030-15 CRC-RS 058855/0-6

Neiva Minussi Bidinotto
 Controller
 CPF 424.032.780-68 CRC/RS 049965/0-9

NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras, contendo informações que visam esclarecer os critérios contábeis utilizados pela Entidade, bem como os registros realizados evidenciados nas Demonstrações.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul – FAPERS, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, com sede na Rua Marcílio Dias nº 1073, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, constituída pelo Patrocinador Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com autorização de funcionamento concedida em 24 de março de 1981, através da Portaria MPAS nº 2.463, e início efetivo de suas atividades em maio de 1981.

A FAPERS tem como missão administrar os planos de previdência complementar, agregando valor à política de gestão de pessoas dos patrocinadores, contribuindo para a segurança e a qualidade de vida dos participantes.

Os recursos de que a Entidade dispõe para seu funcionamento são provenientes das contribuições dos patrocinadores e de seus participantes, e pelos rendimentos obtidos

nas aplicações desses recursos.

Os recursos dos planos de benefícios e da gestão administrativa são aplicados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, com segregação real e individualizada dos investimentos, conforme documentação do custodiante Banco Safra S/A.

A Fundação é regulamentada pela Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, e pela Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 para fins de paridade contributiva, bem como pelas resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelas normas do órgão fiscalizador PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Com relação à gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas, segue também as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

NOTA 2 – PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Fundação administra quatro planos de benefícios, tendo como Patrocinadores a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, e a própria Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, patrocinando os seus empregados.

A FAPERS, quando de sua constituição, implantou o Plano de Benefício I - PBD-I.

Em fevereiro de 2001, por ocasião da reforma de seu Estatuto, instituiu um novo plano de benefícios, inicialmente chamado de Plano Previdenciário Misto, que em 06 de abril de 2006, passou a denominar-se Plano de Benefícios II – Plano Misto.

Em dezembro de 2008, foi autorizada a aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado - PGS, originado da cisão do Plano Misto e da opção dos participantes do PBD-I, vinculados a FAPERS em 31 de dezembro de 2000.

Em junho de 2016, a Fundação implantou o Plano de Benefícios Prever, a partir da aprovação do processo de migração voluntária de participantes e assistidos do Plano Misto.

O Prever é o plano de benefícios da FAPERS que está aberto para o ingresso de novos participantes, sendo que os demais estão fechados para novas adesões.

A identificação dos planos de benefícios está demonstrada no quadro de nº 01:

Quadro 01 – Identificação dos planos de benefícios

PLANO	CNPB	CNPJ	MODALIDADE
Plano de Benefício I - PBD-I	1981000747	48.306.637/0001-37	Benefício Definido - BD
Plano de Benefícios II - Plano Misto	2000008038	48.307.126/0001-30	Contribuição Variável - CV
Plano Geral Saldado - PGS	2008004783	48.307.421/0001-96	Benefício Definido - BD
Plano de Benefícios Prever	2016000619	48.307.620/0001-02	Contribuição Definida - CD

Fonte: Site da FAPERS

A composição populacional dos planos de benefícios, em 31 de dezembro de 2024, está descrita no quadro de nº 02, totalizando 2.768 participantes.

Quadro 02 – População dos planos de benefícios

Descrição	PBD-I		Plano Misto		PGS		Prever		Total
	Quantidade	Idade média	Quantidade	Idade média	Quantidade	Idade média	Quantidade	Idade média	Quantidade
Participantes	-	-	529	53,59	62	61,11	967	47,21	1.558
Assistidos	13	78,92	439	70,80	504	71,77	78	66,73	1.034
Pensionistas	1	81,00	73	65,54	93	71,69	9	46,88	176
Total	14		1.041		659		1.054		2.768

Fonte: Site da FAPERS

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis, bem como as Notas Explicativas, foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil, em atendimento às exigências do CNPC e da PREVIC, e, quando aplicável, às normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, sendo apresentadas em milhares de reais e compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada – DPGA, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios (facultativa) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT. Foram consideradas as seguintes normas do âmbito da Previdência Complementar Fechada:

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n  1.272, de 22 de janeiro

de 2010, que regulamenta o segmento de EFPC e aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001;

Resolução CNPC n  43, de 06 de agosto de 2021;

Resolução CNPC n  48, de 08 de dezembro de 2021;

Resolução CMN n  4994, de 24 de març o de 2022;

Resolução PREVIC de n  23, de 14 de agosto de 2023;

Resolução PREVIC de n  25, de 15 de outubro de 2024.

A FAPERS declara que todas as informações relevantes, e somente as relevantes, estão sendo divulgadas nas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

A autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações contábeis pela Diretoria da FAPERS ocorreu em 28/02/2025.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela FAPERS, com base na legislação vigente citada na Nota 3 e em conformidade com a Política Contábil da Fundação, aprovada pelo Conselho Deliberativo em 17 de novembro de 2022 conforme Deliberação n  017/2022, foram as seguintes:

- Os Balancetes são emitidos por plano de benefícios, com a finalidade de dar maior transparência na apuração dos resultados dos mesmos, além de manter a independência do patrimônio das diferentes gestões e planos administrados pela Entidade;
- Os resultados são apurados pelo regime de competência, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada gestão e plano;
- O Realizável da Gestão Previdencial representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio vigente no exercício e as escrituras referentes às Contribuições Contratadas junto ao Patrocinador ASCAR;
- O Realizável da Gestão Administrativa demonstra as Contribuições para o Custeio Previdencial e dos Investimentos a receber dos planos de benefícios, bem como as Despesas Antecipadas Realizadas;
- Os Investimentos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, e os montantes classificados na categoria de títulos para negociação são ajustados pelo valor de mercado, sendo de responsabilidade da Entidade a apuração deste valor, em consonância com as normas determinadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (Nota 5);
- Quando aplicável, as ações adquiridas são registradas pelo custo de aquisição, reconhecidos os custos de transação, como corretagens e outras taxas incidentes, e avaliadas pelo valor de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, já as ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores, ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o que for menor, sendo as vendas de ações no mercado a vista registradas pelo valor líquido;
- Os montantes relativos aos Fundos de Investimentos são representados pelo valor de suas cotas, na data da última cotação de cada mês de competência;
- Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas conforme determinado na legislação vigente (Nota 5.4);
- As Operações com Participantes correspondentes à empréstimos simples, em seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência; (Nota 5.5);
- Foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa – PCLD para Contribuições e Empréstimos dos planos de benefícios, seguindo os critérios definidos na legislação específica, conforme demonstrado no quadro de nº 03;

Quadro 03 - Prazos e percentuais aplicados na Constituição de PCLD

Atraso entre	% aplicado s/os valores dos créditos vencidos e vincendos
31 e 60 dias	1%
61 e 90 dias	5%
91 e 120 dias	10%
121 e 180 dias	25%
181 e 240 dias	50%
241 e 360 dias	75%
Superior a 360 dias	100%

• Os bens que constituem o Imobilizado e o Intangível são registrados pelo custo de aquisição e depreciados ou amortizados mensalmente, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme determina a Seção V da Resolução PREVIC de nº 23, de 14 de agosto de 2023. O quadro de nº 04, demonstra os valores referentes ao Ativo Imobilizado e Intangível da FAPERS, em 31 de dezembro de 2023, em comparação a 31 de dezembro de 2022.

Quadro 04 - Ativo Imobilizado e Intangível R\$ Mil

Descrição	Taxas de Depreciação / Amortização	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor residual
Total				47			30
Imobilizado		232	-203	29	233	-217	16
Móveis e Utensílios	10%a.a.	61	-58	3	62	-59	3
Máquinas e Equipamentos	10%a.a.	57	-47	10	49	-48	1
Computadores e Periféricos	20%a.a.	114	-98	16	122	-110	12
Intangível		101	-83	18	97	-83	14
Softwares	20%a.a.	89	-83	6	85	-83	2
Direito de Uso de Telefone		8	0	8	8	0	8
Marcas e Patentes		4	0	4	4	0	4

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 5 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Os investimentos são realizados conforme os objetivos definidos no planejamento estratégico da FAPERS, entre eles de garantir a rentabilidade dos investimentos, compatível com a meta dos planos de benefícios e da gestão administrativa. Os investimentos seguem os respectivos orçamentos de riscos, obedecendo os limites dispostos na legislação vigente e na Política de Investimentos.

O quadro de nº 05 apresenta a composição dos Investimentos de forma consolidada, em consonância com os saldos do Balanço Patrimonial de 2024, e em comparação a 2023.

Quadro 05 - Posição Consolidada dos Investimentos

R\$ Mil

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Variação %
Investimentos	686.181	652.804	5%
Títulos Públicos	367.711	408.388	-10%
Títulos Públicos Federais	367.711	408.388	-10%
Ativo Financeiro de Crédito Privado	49.828	50.435	1%
Instituições Financeiras	45.199	45.557	-1%
Debêntures Companhias Abertas	4.629	4.878	-5%
Renda Variável	114	0	-
Ações	114	0	-
Fundos de Investimentos	253.616	181.781	40%
Renda fixa	152.361	91.785	66%
FIDC	33.369	3.250	927%
Ações	43.128	48.663	11%
Multimercado	0	30.045	-100%
Multimercado Estruturado	12.576	8.038	56%
Exterior	12.182	0	-
Investimentos em Imóveis	7.556	7.280	4%
Aluguéis e Renda	7.556	7.280	4%
Operações com Participantes	7.275	4.726	54%
Depósitos Judiciais/Recursais	81	81	0%
Recursos a Receber - Precatórios	0	113	-100%

Fonte: Núcleos de Contabilidade e de Investimentos

O quadro de nº 06 demonstra a composição dos Investimentos dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA, em conformidade com os saldos das Demonstrações do Ativo Líquido do exercício de 2024.

Quadro 06 - Posição dos Investimentos por plano de benefícios

R\$ Mil

Descrição	Saldos em 31/12/2024				
	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA
Investimentos	13.581	251.152	217.866	201.317	2.265
Títulos Públicos	4.544	152.863	147.516	62.788	0
Títulos Públicos Federais	4.544	152.863	147.516	62.788	0
Ativo Financeiro de Crédito Privado	1.117	11.179	12.711	24.797	24
Instituições Financeiras	444	9.963	11.860	22.931	0
Debêntures Companhias Abertas	673	1.216	851	1.866	24
Renda Variável	14	0	0	93	7
Ações	14	0	0	93	7
Fundos de Investimentos	7.682	82.928	51.997	108.775	2.234
Renda fixa	6.675	46.507	26.766	70.274	2.139
FIDC	1.007	10.673	8.845	12.748	95
Ações	0	17.885	8.786	16.457	0
Multimercado Estruturado	0	4.030	3.401	5.146	0
Exterior	0	3.833	4.199	4.150	0
Investimentos em Imóveis	224	1.582	4.937	813	0
Aluguéis e Renda	224	1.582	4.937	813	0
Operações com Participantes	0	2.519	705	4.051	0
Depósitos Judiciais/Recursais	0	81	0	0	0

Fonte: Núcleos de Contabilidade e de Investimentos

Os Núcleos da FAPERS mantêm o permanente acompanhamento de novos regramentos emitidos pelos Órgãos Reguladores.

5.1 – CRITÉRIOS PARA REGISTRO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento à Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

- Títulos para Negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado; e
- Títulos Mantidos até o Vencimento - quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os referidos títulos até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

O quadro de nº 07 demonstra a classificação dos títulos dos planos de benefícios da FAPERS, em 31 de dezembro de 2024.



Quadro 07 - Classificação dos Investimentos

R\$ Mil

Descrição	Categoria	Natureza	Custo de Aquisição	Montante em 31/12/2024	Faixas de Vencimentos (dias)
TÍTULOS PÚBLICOS			243.947	367.711	
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	i	6.495	7.217	135
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	i	13.998	13.992	592
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	i	7.998	7.864	865
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	i	7.001	6.780	1.596
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	i	11.195	10.583	2.784
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	i	8.997	8.240	3.057
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Titulos para Negociação (a mercado)	i	998	976	3.787
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	20.541	29.929	592
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	11.359	16.030	1.323
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	37.611	66.542	2.053
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	40.091	67.064	3.787
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	20.106	35.177	5.706
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	25.836	42.444	7.440
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	25.156	44.167	9.358
NOTA TESOURO NACIONAL SERIE B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	6.565	10.706	11.092
ATIVO FINANCEIRO DE CRÉDITO PRIVADO			41.059	49.828	
Instituições Financeiras			37.100	45.199	
LF/LFSN					
LETRA FINANCEIRA SENIOR - BCO BTG PACTUAL SA	Titulos para Negociação (a mercado)	i	7.500	7.000	1.787
LETRA FINANCEIRA SENIOR - BCO BTG PACTUAL SA	Titulos para Negociação (a mercado)	i	7.500	7.336	1.077
LETRA FINANCEIRA SUB NÍVEL II - SAFRA	Titulos para Negociação (a mercado)	i	5.000	6.629	2.421
LETRA FINANCEIRA SUB NÍVEL II - SAFRA	Titulos para Negociação (a mercado)	i	2.000	2.610	1.539
LETRA FINANCEIRA SUB NÍVEL II - SAFRA	Titulos para Negociação (a mercado)	i	5.000	6.663	1.331
LETRA FINANCEIRA SUB NÍVEL II - SAFRA	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	10.100	14.961	1.248
Companhias Abertas			3.959	4.629	
DEB.NÃO CONV.CIAS ABERTA - VALE	Titulos para Negociação (a mercado)	i	0	504	9.320
DEB.NÃO CONV.CIAS ABERTA - LOCALIZARENT A CAR	Titulos para Negociação (a mercado)	i	3.585	3.738	2.265
DEB.NÃO CONV.CIAS ABERTA - AMERICANAS S.A- RJ	Titulos para Negociação (a mercado)	i	374	387	1.668

Fonte: Núcleo de Investimentos

Continuação do Quadro 07 - Classificação dos Investimentos

R\$ Mil

Descrição	Categoria	Natureza	Montante em 31/12/2024
FUNDOS DE INVESTIMENTO			253.616
Renda Fixa			152.361
SULAM EXCLUSIVE FIRF	Titulos para Negociação (a mercado)	i	8.207
SAFRA CAPITAL MARK P	Titulos para Negociação (a mercado)	i	18.167
PORTO SEG FIRF REFDI	Titulos para Negociação (a mercado)	i	17.465
GALAPAGO PINZON FIRF	Titulos para Negociação (a mercado)	i	15.260
VINCI FIRF IMOB CPII	Titulos para Negociação (a mercado)	i	10.808
SULA CI ESG FIRFCPLP	Titulos para Negociação (a mercado)	i	5.390
XP CORP LIGHT FIRFCP	Titulos para Negociação (a mercado)	i	13.957
SULA EXCELLE FIRF CP	Titulos para Negociação (a mercado)	i	25.450
SOMMA TORINO FIRF CP	Titulos para Negociação (a mercado)	i	18.048
SAFRA EXTBCO FICRCP	Titulos para Negociação (a mercado)	i	19.609
FIDC			33.369
ASA FIC FIDC 90 SR	Titulos para Negociação (a mercado)	i	5.852
STARKE FIC FIDC	Titulos para Negociação (a mercado)	i	27.517
Ações			43.128
Vinci FAPERS FIA	Titulos para Negociação (a mercado)	i	37.170
VOKIN GBVAC30 FICFIA	Titulos para Negociação (a mercado)	i	5.958
Exterior			12.182
SAFRA CONS AMER FIA	Titulos para Negociação (a mercado)	i	8.649
WELLINGTON VENTURA DOL MASTER FIAIE	Titulos para Negociação (a mercado)	i	3.533
Multimercado Estruturado			12.576
SAFRA S&P REA RP FIM	Titulos para Negociação (a mercado)	i	12.576
ATIVO FINANCEIRO DE RENDA VARIÁVEL			114
Cia Aberta			114
AÇÕES AMERICANAS S.A - RJ	Titulos para Negociação (a mercado)	i	114
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			7.556
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			7.275

Fonte: Núcleo de Investimentos

5.2 – PROVISÕES PARA PERDA DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Decretada em 12 de novembro de 2004 a intervenção pelo BACEN no Banco Santos S/A., emissor de Certificados de Depósitos Bancários – CDB’s nos quais a FAPERS possuía aplicações na época e, devido a posterior sentença da falência, a Fundação registrou a provisão para perda destes CDB’s.

sendo o último realizado em 20 de abril de 2023. Não houve pagamento de parcelas no exercício de 2024, e a Fundação mantém o registro do valor total do ativo CDB’s em provisão para perda, de R\$ 107 Mil, em 31 de dezembro de 2024, conforme demonstra-se no quadro de nº 08.

Desde então, foram deferidos pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Estado de São Paulo, os pagamentos de 8 parcelas aos credores da Massa Falida Banco Santos,

Quadro 08 - Provisão para Perda CDB Massa Falida Banco Santos

R\$ Mil

	PBD-I	Plano Misto	PGS	PREVER	Consolidado
Saldos em 31/12/2023					
CDB - Valor a Receber	3	22	70	12	107
(-) CDB - Provisão Para Perda	(3)	(22)	(70)	(12)	(107)
Saldos em 31/12/2024					
CDB - Valor a Receber	3	22	70	12	107
(-) CDB - Provisão Para Perda	(3)	(22)	(70)	(12)	(107)

Fonte: Núcleos de Contabilidade e de Investimentos

5.3 – INVESTIMENTOS AMERICANAS S/A

“A crise do conglomerado Americanas veio à tona no dia 11 de janeiro de 2023, com a divulgação de um rombo bilionário que resultou num pedido, aceito, de recuperação judicial no valor de R\$ 43 bilhões. Com o objetivo de trazer clareza e transparência, a FAPERS informou aos seus participantes e assistidos, em 24 de janeiro de 2023, que fez aquisição de debêntures da empresa B2W Digital em maio/2021, a qual foi incorporada posteriormente por sua controladora Americanas S/A, atendendo a estratégia de diversificação do portfólio de ativos, com investimento em papéis de empresas privadas com rating máximo (AAA). Na oportunidade, foram investidos R\$ 5 milhões distribuídos nos planos PGA (6,1%), PBD-I (12,3%) e Prever (81,6%), com remuneração de IPCA + 6,957% a.a. e pagamentos de juros semestrais. Em termos de renda variável a exposição da Fundação estava restrita a valores reduzidos em um dos fundos que

compõe o Fundo Exclusivo da FAPERS. Com a decretação da recuperação judicial pela justiça federal, os valores que constam nos balancetes foram reduzidos, valendo apenas 10,6% do valor de face. Esse valor em 31 de dezembro de 2023, conforme posição do banco custodiante perfaz um montante de R\$ 530 mil. Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, há a possibilidade de recuperar uma parte maior do valor aplicado, sendo que para isso a Fapers terá que receber ações da Companhia, e também debentures que vão ser lançadas para este fim. A Diretoria da Fapers está em contato com a Abrapp e Previc visando assegurar a legalidade de sua opção e segue acompanhando atentamente a apuração dos fatos e avaliará oportunamente as medidas administrativas e judiciais eventualmente cabíveis.” - Fonte Núcleo de Investimentos da FAPERS.

5.4 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os Investimentos Imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou de construção e ajustados por reavaliações periódicas, sendo as depreciações calculadas pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de reavaliações, quando a reavaliação não for anual.

Até 31 de dezembro de 2020, as reavaliações dos Imóveis da FAPERS foram realizadas a cada três anos, em atendimento a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. A Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, que revogou a anterior, determinou que a partir do exercício de 2021 os imóveis deverão ser reavaliados a cada

ano e, conseqüentemente, não havendo o impacto da depreciação. A Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, revogou a referida Instrução PREVIC nº 31, mas manteve a obrigatoriedade de reavaliação anual, conforme o parágrafo III do Artigo 197, que cita: “contabilizar o resultado da mensuração dos imóveis pelo valor justo, positivo ou negativo, de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou “Deduções/Variações Negativas”, com base em laudo técnico de avaliação, emitido anualmente”.

O quadro de nº 09 demonstra as reavaliações dos investimentos imobiliários da FAPERS, registradas em dezembro de 2024.

Quadro 09 – Reavaliações dos Investimentos Imobiliários

R\$ Mil

Imóvel	Classificação	Conta Contábil relacionada	Avaliador responsável	Número e data do laudo	R\$ até a data da reavaliação	R\$ da reavaliação	Resultado da reavaliação
Shopping Lindóia	Renda de Participações	1.02.03.07.04.04	Gandolfi Engenharia de Avaliações S/S	GE nº 1253/24 em 22/10/2024	5.520	5.540	20
Casa Marcilio Dias	Renda de Uso Próprio	1.02.03.07.04.01	Gandolfi Engenharia de Avaliações S/S	GE nº 1254/24 em 22/10/2024	1.750	1.855	105

Fonte: Núcleos de Contabilidade e de Investimentos

5.5 – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

A concessão de empréstimo pessoal é disponibilizada aos participantes dos Planos de Benefícios da Entidade, cujas regras e critérios estão descritas em regulamento próprio.

Os Empréstimos, que compõe a carteira de investimentos da FAPERS no segmento de Operações com Participantes, correspondem a empréstimos simples, e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência, sendo que os

procedimentos e os limites estabelecidos para gestão dos mesmos encontram-se descritos nas políticas de investimentos de cada plano de benefícios.

No quadro de nº 10 apresenta-se a comparação dos valores consolidados referentes a Operações com Participantes em 31 de dezembro de 2024, em relação aos mesmos em 31 de dezembro de 2023.

Quadro 10 – Posição Consolidada das Operações com Participantes

R\$ Mil

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	%
Principal de Empréstimos	7.066	4.567	54,72%
Empréstimos a Receber	2.637	2.254	16,99%
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.428)	(2.095)	15,89%
Total	7.275	4.726	53,94%

Fonte: Núcleos de Contabilidade

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD - das Operações com Participantes, referentes aos empréstimos dos planos de benefícios, segue os critérios definidos no Artigo 199 da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, apresentados no quadro nº 03 da Nota 4.

O quadro de nº 11 demonstra os valores referentes às Operações com Participantes por plano de benefícios, em 31 de dezembro de 2024.

	PBD-I	Plano Misto	PGS	PREVER	Consolidado
Saldo Devedor de Empréstimos	-	2.445	705	3.916	7.066
Consignações	-	81	-	136	217
Inadimplentes	-	295	-	2	297
Confissão de Dívida	-	2.123	-	-	2.123
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	(2.425)	-	(3)	(2.428)
Saldo em 31/12/2024	-	2.519	705	4.051	7.275

Fonte: Núcleos de Contabilidade

No Plano Misto, verifica-se o valor de R\$ 2.123 mil referente ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças, firmado em 27 de fevereiro de 2008, no valor principal de R\$ 50 mil, acrescido de juros e

correção monetária mensal pelo INPC, sendo o montante atualizado totalmente provisionado para crédito de liquidação duvidosa.

5.6 – DEPÓSITOS JUDICIAIS DOS INVESTIMENTOS

Em 2024 não houve alteração contabilizada referente ao depósito judicial dos investimentos existente no Plano Misto, originário de um empréstimo, permanecendo o saldo contábil

de R\$ 81 mil na conta contábil 1.02.03.09.01.01, em 31 de dezembro de 2024.

5.7 – RECURSOS A RECEBER/PRECATÓRIOS

Em 1986, a FAPERS aderiu à uma ação ordinária ajuizada pela Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES e contra o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

A referida ação pleiteava a atualização dos investimentos compulsórios aplicados nas OFNDs – Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento, títulos adquiridos por força do Decreto-Lei nº 2.228, de 23/07/1986 e da Resolução nº 1, de 09/04/1987, pelo IPC – Índice de Preços ao Consumidor, ao invés do BTN – Bônus do Tesouro Nacional, de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Reunidas em Assembleia Geral Extraordinária, em 23 de novembro de 2021, as EFPCs aprovaram o prosseguimento da negociação de acordo com a Procuradoria Regional da União, visando a resolução do litígio judicial, acatando as premissas básicas para a celebração do acordo pelas entidades, incluindo-se a FAPERS, conforme a deliberação registrada e o Termo de Adesão à Proposta de Acordo OFNDs.

O acordo judicial foi assinado e homologado, sendo os precatórios provenientes emitidos em 01 de abril de 2022.

Conforme teor do Ofício Circular nº 19/2022/PREVIC de 17/10/2022, a FAPERS foi autorizada a realizar a efetivação dos registros contábeis do precatório emitido em seu favor, no valor de

face de R\$ 103 mil, o qual foi estabelecido como valor justo e contabilizado em 30 de setembro de 2022, tendo como base um parecer emitido por consultor externo contratado pela FAPERS, datado de 19 de outubro de 2022. O Relatório Circunstanciado nº 003/2022, emitido pelo Núcleo de Contabilidade da FAPERS, em 19 de outubro de 2022, apresenta o detalhamento do referido processo, bem como os documentos que fundamentaram os referidos registros.

A FAPERS manteve a correção mensal dos

valores a receber devidamente corrigidos pelo IPCA- E - Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial, conforme determinado no precatório dos planos de benefícios PBD-I e PGS, até a efetivação do recebimento dos referidos valores, realizado em 26 de março de 2024.

O quadro nº 12 demonstra a movimentação dos precatórios citados.

Quadro 12 – Precatórios a Receber

R\$ Mil

Plano de Benefícios	Segregação Real %	Precatório OFND Data Base 01/12/2021	Atualização IPCA-E Dez/21 a dez/22	Atualização IPCA-E Jan/23 a dez/23	Saldo Precatório OFND em 31/12/2023	Atualização IPCA-E Jan/24 a mar/24	Resgate Precatório em 26/03/2024	Saldo Precatório OFND em 31/12/2024
PBD-I	5,76%	6	-	1	7	-	(7)	-
PGS	94,24%	97	5	4	106	4	(110)	-
Total	100%	103	5	5	113	4	(117)	-

Fonte: Núcleos de Contabilidade

6 – OPERAÇÕES CONTRATADAS

Em 24 de abril de 2013, escrituras de Confissão de Dívidas foram pactuadas e assinadas entre a Fundação e o Patrocinador ASCAR e o BANRISUL como interveniente.

O montante das Operações Contratadas entre FAPERS e ASCAR foi segregado em dois contratos e registrado no Ativo de cada plano de benefícios, como recursos a receber: um contendo a dívida financeira (Contribuições em Atraso Contratadas) e outro com a dívida atuarial (Déficit Técnico Contratado), em função da origem das dívidas.

Em 18 de novembro de 2021, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou a

repactuação dos encargos das escrituras públicas de confissão de dívida do PBD-I e das dívidas financeira e atuarial do PGS, através da deliberação nº 014/2021 referente à Ata nº 347/2021. Em 29 de novembro de 2021 a Diretoria Executiva da FAPERS firmou as Escrituras Públicas de Retificação e Ratificação das dívidas dos referidos planos junto ao Patrocinador ASCAR.

No quadro de nº 13 apresenta-se o resumo das Operações Contratadas do Patrocinador Ascar, conforme Balancete Consolidado da Fundação, em 31 de dezembro de 2024, em comparação a 31 de dezembro do 2023.

Quadro 13 – Consolidado Operações Contratadas

R\$ Mil

Grupo de Conta Contábil 1.02.01.01.04 do Ativo / Gestão Previdencial	31/12/2024	31/12/2023	%
Total Operações Contratadas	63.506	65.618	-3,22%
Contribuições em atraso contratadas	22.357	23.142	-3,39%
Escrituras rf 22807 e 38894- PBD-I	1.432	1.486	-3,63%
Escrituras rf 22808 e 38895 - PGS	20.925	21.656	-3,38%
Déficit técnico contratado	41.149	42.476	-3,12%
Escrituras rf 22806 e 38892 - PGS	41.149	42.476	-3,12%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

O montante das dívidas escrituradas que competem aos assistidos é descontado mensalmente em folha de benefícios, como contribuições extraordinárias, e o saldo acumulado por plano de benefícios é registrado em Provisões Matemáticas a Constituir.

O quadro de nº 14 apresenta um resumo dos Déficits Técnicos Contratados junto aos assistidos, valores de 31 de dezembro de 2024, comparados aos de 31 de dezembro do 2023, conforme Balancete Consolidado da FAPERS.

Quadro 14 – Consolidado Déficits Técnicos Contratados

R\$ Mil

Grupo Conta Contábil 2.03.01.01.03 do Passivo / Provisões Matemáticas	31/12/2024	31/12/2023	%
Total Déficits Técnicos contratados	41.874	43.200	-3,07%
Déficit Equacionado Assistidos Plano Misto	2.000	2.056	-2,72%
Déficit Equacionado Assistidos PGS	39.874	41.144	-3,09%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

6.1 – DÍVIDA FINANCEIRA - CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO CONTRATADAS

6.1.1. - PLANO DE BENEFÍCIO I – PBD-I

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do PBD-I de n.º 22.807, registrada no Livro n.º 125 e folhas n.º 83 e 84 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a Fundação passou a ser de R\$ 1.253 mil, na data base de 31 de janeiro de 2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura. Em 29 de novembro de 2021, FAPERS e ASCAR firmaram a Escritura Pública de Retificação e Ratificação da dívida de n.º 38.894 do PBD-I, registrada no Livro n.º 228 e folhas n.º 005 e 006 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, pactuando que

para o cálculo do valor das prestações será tomado por base o sistema Tabela Price, e a taxa de juros a ser calculada sobre o saldo das parcelas vincendas, contadas a partir da parcela de competência de 30 de novembro de 2021, serão de 3,74% a.a.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, sendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034, e devidamente corrigidas pelo INPC + 3,74% de juros ao ano, a partir de novembro de 2021.

Em 2024, as parcelas contratadas foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R\$ 177 mil. O valor atualizado da referida dívida, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 1.432 mil, registrados na conta contábil de n.º 1.02.01.01.04.01.01.01, conforme verifica-se no quadro de nº 15.

Quadro 15 - Contribuições em atraso contratadas Escritura nº 22807 e 38894 - Patrocinador ASCAR e PBD-I

Conta Contábil 1.02.01.01.04.01.01.01	31/12/2024	31/12/2023	%
Total em R\$ Mil	1.432	1.486	-3,63%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

6.1.2 - PLANO GERAL SALDADO – PGS

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado de n.º 22.808, registrada no Livro n.º 125 e folhas n.º 85 e 86 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a Fundação passou a ser de R\$ 18.537 mil, na data base de 31 de janeiro de 2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura. Em 29 de novembro de 2021, FAPERS e ASCAR firmaram a Escritura Pública de Retificação e Ratificação da dívida de n.º 38.895 do PGS, registrada no Livro n.º 228 e folhas n.º 007 e 008 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, pactuando que para o cálculo do valor das prestações será tomado por base o sistema Tabela Price, e a taxa de juros a ser calculada sobre o saldo das parcelas vincendas, contadas a partir da parcela de competência de 30 de novembro de

2021, serão de 5,08%a.a.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034, e devidamente corrigidas pelo INPC + 5,08% de juros ao ano, a partir de novembro de 2021.

Em 2024, as parcelas contratadas foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R\$ 2.791 mil.

O valor atualizado da dívida, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 20.925 mil, registrados na conta contábil de n.º 1.02.01.01.04.01.01.02, como demonstra-se no quadro n.º 16.

Quadro 16 - Contribuições em atraso contratadas Escritura n.º 22808 e 38895 - Patrocinador ASCAR e PGS

Conta Contábil 1.02.01.01.04.01.01.02	31/12/2024	31/12/2023	%
Total em R\$ Mil	20.925	21.656	-3,38%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

6.2 - DÍVIDA ATUARIAL - DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO

6.2.1 – PLANO GERAL SALDADO – PGS

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida e outras avenças do Plano Geral Saldado, de n.º 22.806, registrada no Livro n.º 125 e folhas n.º 81 e 82 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, data base de 31 de janeiro de 2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, a dívida atuarial total com a Fundação era de R\$ 70.732 mil, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com a Lei Complementar n.º 108/2001, entre Patrocinador ASCAR, participantes e assistidos, conforme Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23 de julho de 2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02 de outubro de 2012. Em 29 de novembro de 2021, FAPERS e ASCAR firmaram a Escritura Pública de Retificação e Ratificação da dívida de n.º 38.892 do PGS, registrada no Livro n.º 228 e folhas n.º 002 e 003 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, pactuando que para o cálculo do valor das prestações será tomado por base o sistema Tabela Price, e a

taxa de juros a ser calculada sobre o saldo das parcelas vincendas, contadas a partir da parcela de competência de 30 de novembro de 2021, serão de 5,08%a.a.

O montante principal de R\$ 35.366 mil que compete ao Patrocinador ASCAR foi registrado em 24 de abril de 2013. A dívida do Patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034, e devidamente corrigidas pelo INPC + 5,08% de juros ao ano, a partir de novembro de 2021.

O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 41.149 mil, registrados na conta contábil de n.º 1.02.01.01.04.03.02.01.01, conforme demonstrado no quadro n.º 17, sendo as parcelas contratadas para este ano recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R\$ 5.371 mil.

Quadro 17 - Déficit Técnico contratado Escritura n.º 22806 e 38892- Patrocinador ASCAR e PGS

Conta Contábil 1.02.01.01.04.03.02.01.01	31/12/2024	31/12/2023	%
Total em R\$ Mil	41.149	42.476	-3,12%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

Os outros R\$ 35.366 mil citados na escritura como dívida dos participantes, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, foram pactuados como segue:

- Participantes Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R\$ 2.518 mil;
- Participantes Elegíveis – São os participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para

o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo, sendo que pagarão contribuições no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual, a partir da inclusão dos mesmos em benefício, quando passarão à assistidos; e

- Assistidos – Pagarão contribuições extraordinárias mensalmente descontadas em folha de benefícios, no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual. Em 2024, as parcelas foram devidamente descontadas nas

folhas de benefícios do corrente ano, sendo dos assistidos da ASCAR o total de R\$ 5.978 mil, e dos assistidos da FAPERS valor total de R\$ 5 mil.

No encerramento do ano de 2021, o PGS apresentou um déficit excedente ao limite tolerável pela legislação no total de R\$ 1.033 mil, sendo que o mínimo que pode ser objeto de equacionamento é o correspondente a 1% do total das Provisões Matemáticas do plano (R\$ 302.805 mil em 31 de dezembro de 2021).

Atendendo à legislação, foi elaborado o Plano de Equacionamento do Déficit pela empresa Método Atuarial Ltda., analisado e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, e que apontou a necessidade de fazer o equacionamento no valor de R\$ 3.028 mil, sendo que 50% de responsabilidade dos Patrocinadores ASCAR e FAPERS, e os restantes 50% são de responsabilidade dos Participantes, Assistidos e Pensionistas.

Os patrocinadores integralizaram o valor total em parcela única, no dia 25 de abril de 2023, sendo R\$ 1.571 mil do Patrocinador ASCAR e R\$ 4 mil do Patrocinador FAPERS.

A cobertura dos assistidos e pensionistas se dará mediante cobrança de Contribuição Extraordinária II, na alíquota definida de 0,63% do benefício mensal, inclusive no abono anual, e a dos participantes foi integralizada via redução do valor do benefício saldado, sendo 0,50% do valor do benefício saldado. A contribuição extraordinária II foi implementada na folha de benefícios de maio de 2023 e se estenderá ao longo dos próximos 15 anos (180 meses).

Os saldos referentes às dívidas dos assistidos são reconhecidos na conta contábil de nº 2.03.01.01.03.02.03.01, e o valor total atualizado, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 39.874 mil.

Quadro 18 – Total Déficit Técnico contratado do PGS - Assistidos ASCAR e FAPERS

Conta Contábil 2.03.01.01.03.02.03.01	31/12/2024	31/12/2023	%
Total em R\$ Mil	39.874	41.144	-3,09%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

6.2.2 – PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

No dia 28 de junho de 2013 foi firmada entre Patrocinador ASCAR e FAPERS a Escritura Pública de Confissão de Dívida Do Plano Misto de n.º 23.091, registrada no Livro n.º 127 e folhas n.º 07 e 08 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, referente ao equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto.

Por determinação da Lei Complementar n.º 108/2001 e do Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23 de julho de 2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02 de outubro de 2012, a dívida do Plano Misto será suportada paritariamente (50/50) entre patrocinadores e participantes e assistidos.

Para os registros contábeis da dívida do Plano Misto consideramos como fato gerador, além da Escritura e do Termo acima citados, a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto emitida pela empresa Equipe Atuarial Ltda, em 05 de julho de 2013.

A dívida do Patrocinador ASCAR junto ao Plano Misto, foi quitada em 02 de junho de 2020.

Referente à dívida dos participantes junto ao Plano Misto, valor original de R\$ 3.787 mil, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial de 05 de julho de 2013, a parte que compete aos participantes foi equalizada por meio de redução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, e o equacionamento dos assistidos se dará por contribuições extraordinárias futuras, que deverá ser saldada no prazo de 21 anos, descontadas em folha de benefícios desde agosto de 2013, tanto para participantes da ASCAR quanto da FAPERS.

Em 2024 as parcelas citadas foram devidamente descontadas nas folhas de benefícios do corrente ano, sendo da ASCAR o total de R\$ 297 mil, e da FAPERS valor total inferior a R\$ 1 mil.

Os saldos referentes às dívidas dos assistidos são reconhecidos na conta contábil de nº 2.03.01.01.03.02.03.01, e o valor atualizado, em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 2.000 mil.

Quadro 19 - Total Déficit Técnico contratado do Plano Misto - Assistidos ASCAR e FAPERS

Conta Contábil 2.03.01.01.03.02.03.01	31/12/2024	31/12/2023	%
Total em R\$ Mil	2.000	2.056	-2,72%

Fonte: Núcleo de Contabilidade e Controladoria

NOTA 7 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Plano de Gestão Administrativa - PGA está relacionado à atividade de registro e aos controles inerentes à administração dos planos de benefícios, e possui regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, com a definição de todos os requisitos necessários para a operacionalização da referida gestão.

7.1 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Custeio Administrativo são os recursos destinados à cobertura das despesas realizadas com a administração da Entidade, conforme disposto na Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021.

As principais Fontes de Custeio Administrativo existentes, em consonância com o Artigo 6º do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, são as seguintes:

- Contribuições dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;
- Contribuições dos patrocinadores definidas no plano de custeio anual;

- Resultado dos investimentos e a taxa de administração de empréstimos aos participantes;
- Fundo administrativo; e
- Receitas Administrativas.

As fontes de custeio são definidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e descritas no Anexo I do Regulamento do PGA, disponível no site <https://fapers.org.br> em Planos, Plano de Gestão Administrativa, Regulamento 2024.

Para o Plano de Custeio Administrativo de 2024, referente às contribuições previdenciais dos patrocinadores, participantes e assistidos, foram mantidas as alíquotas de 2023, sendo que para o PBD-I, não houve contribuição para a cobertura do custeio administrativo, devido ao montante acumulado de participação do referido plano junto ao Fundo Administrativo.

No quadro de nº 20 verifica-se um resumos percentuais de contribuições, de patrocinadores e participantes, destinadas à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios, no exercício de 2024.

Quadro 20 - Custeio Administrativo dos Planos de benefícios

Descrição	PBD-I		Plano Misto		PGS		Prever	
	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante
	% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado	
Participantes	-	-	5,99	5,99	0,83	0,83	5,00	5,00
Assistidos e Pensionistas	-	-	1,66	1,66	0,83	0,83	1,05	1,05

Fonte: Plano de Custeio Administrativo

No quadro de nº 21 demonstram-se os valores das fontes de custeio, destinadas à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios, no exercício de 2024.

Quadro 21 - Fontes de Custeio Administrativo dos Planos de benefícios R\$ Mil

Descrição	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA
Contribuição Patrocinadores e Participantes	-	802	516	754	2.072
Contribuições sem direito a resgate	-	-	-	88	88
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	662	611	482	1.755
Taxa de Administração de Empréstimos	-	2	8	-	10
Receitas Diretas	-	7	6	5	18
Outras Receitas	-	-	-	-	0
Total Receitas	0	1.473	1.141	1.329	3.943

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No exercício de 2024, realizou-se a transferência de R\$ 88 mil do Plano de Benefícios Prever ao Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa, decorrentes das parcelas da Conta Individual Vinculada – CIV sem direito a resgate, conforme determina o Artigo de nº 68 do Regulamento do Plano de Benefícios Prever.

Na conta contábil Receitas Diretas do Plano de Gestão Administrativa, registrou-se o total de R\$ 18 mil, oriundos de contratos de parcerias e patrocínios firmados entre a Entidade e empresas da área de gestão de recursos de títulos e valores mobiliários.

De acordo com os artigos 5º e 10 da Resolução CNPC nº 48/2021, cabe ao Conselho Deliberativo da EFPC estabelecer

o limite anual de recursos destinados pelos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa, sendo um entre os seguintes: Taxa de Administração (percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios previdenciais no último dia do exercício de referência) ou Taxa de Carregamento (percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir). Para o ano de 2024, o Conselho Deliberativo da FAPERS manteve como limite a Taxa de Administração de 1%.

7.2 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas Administrativas são os gastos realizados pela Entidade na administração de seus planos de benefícios, por meio do PGA. A previsão de realização de despesas administrativas é apresentada anualmente pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo, por meio do Orçamento, documento onde demonstra-se a expectativa de gastos para o exercício vindouro, baseada nas despesas realizadas no ano anterior e nas mesmas já conhecidas para o período foco da análise. Após aprovado, o orçamento é colocado em prática, e as situações de desalinho devem ser justificadas e apresentadas ao Conselho Deliberativo.

Em 2024 realizou-se o total de R\$ 3.584 mil de despesas administrativas, sendo 5,08% inferior ao valor total orçado para o exercício, de R\$ 3.777 mil, e 5,38% superior às despesas administrativas realizadas em 2023 de R\$ 3.401 mil, representando um acréscimo de R\$ 183 mil.

O quadro de nº 22 demonstra a estrutura principal das despesas administrativas realizadas no exercício de 2024, em comparação as mesmas de 2023.

Conta Contábil		2024	2023	%
4.02.01	Despesas Administração dos Planos Previdenciais	3.584	3.401	5,38%
4.02.01.01	Pessoal e Encargos	2.046	1.916	6,78%
4.02.01.02	Treinamentos, Congressos e Seminários	11	19	-42,11%
4.02.01.03	Viagens e Estádias	29	24	20,83%
4.02.01.04	Serviços de Terceiros	1.214	1.155	5,11%
4.02.01.04.01	Serviços Atuariais	133	128	3,91%
4.02.01.04.03	Serviços Jurídicos	203	195	4,10%
4.02.01.04.04	Recursos Humanos	17	13	30,77%
4.02.01.04.05	Tecnologia da Informação	418	386	8,29%
4.02.01.04.06	Gestão/Planejamento Estratégico	91	94	-3,19%
4.02.01.04.07	Auditoria Contábil	38	39	-2,56%
4.02.01.04.09	Serviços e Consultorias de Investimentos	233	227	2,64%
4.02.01.04.10	Serviços de Conservação e manutenção	81	73	10,96%
4.2.01.05	Despesas Gerais	217	214	1,40%
4.2.01.06	Depreciações e Amortizações	8	9	-11,11%
4.2.01.07	Tributos	59	60	-1,67%
4.2.01.98	Outras Despesas	-	4	-100,00%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Na conta contábil Outras Despesas (4.02.01.98), em 25 de abril de 2023, registrou-se o total de R\$ 4 mil, referente à parcela do Patrocinador FAPERS do equacionamento do déficit do PGS.

7.2.1 – RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os critérios de rateio das despesas administrativas do PGA entre os planos de benefícios são descritos no Plano de Custeio Administrativo Anual, devidamente avaliado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

O valor total das despesas administrativas comuns é rateado por plano de benefícios, objetivando apurar o custo administrativo de cada um deles. O critério adotado em 2024 para o referido rateio foi a proporcionalidade do patrimônio dos investimentos de cada

plano de benefícios, resultando nos seguintes percentuais:

- **PBD-I: 2,03%;**
- **Plano Misto: 36,96%;**
- **PGS: 34,11%; e**
- **Prever: 26,90%.**

O quadro de nº 23 demonstra as despesas administrativas realizadas em 2024 por plano de benefícios, em comparação às mesmas de 2023.

Quadro 23 - Despesas Administrativas realizadas por plano de benefícios

R\$ Mil

Plano de Benefícios	2024	2023	%
PBD-I	72	74	-2,70%
Plano Misto	1.327	1.255	5,74%
PGS	1.227	1.202	2,08%
Prever	958	870	10,11%
Total	3.584	3.401	5,38%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 8 – TÁBUA DE MORTALIDADE, TAXA DE JUROS ATUARIAL E DURAÇÃO DO PASSIVO (DURATION)

Anualmente, os atuários responsáveis contratados pela FAPERS emitem o Estudo Técnico de Adequação Atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, com o objetivo de Anualmente, os atuários responsáveis contratados pela FAPERS emitem o Estudo Técnico de Adequação Atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, com o objetivo de atender às determinações do Capítulo III da Resolução

PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, e de avaliar a adequação e a aderência das taxas de juros e da tábua de mortalidade, inclusive das hipóteses de rentabilidade dos investimentos aos planos de custeio e aos fluxos futuros de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios dos planos de benefícios, junto à consultoria dos investimentos.

Os referidos estudos são apreciados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, o qual delibera pela aplicabilidade, ou não, das premissas indicadas pelos atuários.

Vale lembrar que o Plano de Benefícios Prever, por tratar-se de um plano de contribuição definida, não contempla premissas atuariais.

8.1 – TÁBUA DE MORTALIDADE

Tábua de Mortalidade é uma tabela atuarial utilizada para calcular as probabilidades de vida e morte de uma população.

A FAPERS utiliza a Tábua de mortalidade geral AT-2000 segregada por sexo para administração dos Planos Misto e PGS, e a Tábua AT-2000 segregada por sexo sendo a feminina desagradada em dez por cento para o PBD-I, conforme descrito nos Pareceres Atuariais de nº 001/2025, 002/2025 e 003/2025 emitidos pela Método Atuarial Ltda, em 21 de fevereiro de 2025.

8.2 – TAXA DE JUROS ATUARIAL

A taxa de juros atuarial representa a taxa de juros utilizada como premissa atuarial para apuração das Reservas Matemáticas dos Planos de benefícios.

A Deliberação de nº 017/2023, assinada pelo

Conselho Deliberativo da FAPERS, em 12 de dezembro de 2023, autorizou as taxas de juros de 3,19% no PBD-I, de 4,95% no Plano Misto e de 5,04% no PGS, aplicáveis de dezembro de 2023 a novembro de 2024, referentes aos Pareceres Atuariais de nº 001/2024, 002/2024 e 003/2024 emitidos pela Método Atuarial Ltda, em 21 de fevereiro de 2024.

A partir de dezembro de 2024, com base no Parecer de nº 010/2024 emitido pela Método Atuarial Ltda, em 01 de outubro de 2024, referente ao Estudo Técnico de Adequação Atuarial, devidamente analisado pelo Conselho Deliberativo da FAPERS, em 17 de dezembro de 2024, conforme Deliberação de nº 013/2024, as taxas de juros aplicadas foram de 3,24% no PBD-I, de 5,03% no Plano Misto e de 5,08% no PGS. Observa-se no quadro de nº 24 as taxas de juros atuariais praticadas de dezembro de 2023 a novembro de 2024, bem como às mesmas a partir de dezembro de 2024.

Quadro 24 - Taxas de juros dos planos de benefícios

Deliberação CD nº	Aplicabilidade	PBD-I	Plano Misto	PGS
017/2023	De dezembro/2023 a novembro de 2024	3,19%	4,95%	5,04%
013/2024	De dezembro/2024 a novembro de 2025	3,24%	5,03%	5,08%

Fonte: Controladoria

Os Pareceres Atuariais de nº 001/2025, 002/2025 e 003/2025 emitidos pela Método Atuarial Ltda, em 21 de fevereiro de 2025, descrevem os impactos no Passivo dos planos na adoção das novas taxas de juros atuariais, em dezembro de 2024, que reduziram as Provisões Matemáticas do PBD-I em R\$ 47 mil, do Plano Misto em R\$ 626 mil e do PGS em R\$ 870 mil.

8.3 – DURAÇÃO DO PASSIVO (DURATION)

Duração do passivo (Duration) é o horizonte de tempo previsto aos fluxos de caixa de cada plano de benefícios.

De acordo com o Capítulo III do Artigo 49 da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, “Para fins de cálculo do Limite de Reserva de Contingência, do Limite de Déficit Técnico Acumulado e do prazo para amortização do valor a ser equacionado, a duração do passivo deve ser apurada em anos no sistema de

Duração do Passivo e Ajuste de Precificação (DPAP da PREVIC) considerando a formulação constante no Anexo I desta Resolução”.

Para o cálculo da duration dos planos, a Método Atuarial Ltda considerou como data base o mês de dezembro de 2024, bem como as determinações da Portaria DIFIS/PREVIC de nº 308, emitida em 25 de abril de 2024.

Em 21 de fevereiro de 2025, os referidos atuários emitiram os Pareceres de Avaliações Atuariais de 31 de dezembro de 2024 dos planos de benefícios, apresentando os seguintes resultados de duration:

- PBD-I de 8,47 anos, Parecer Atuarial nº 001/2025;
- Plano Misto de 8,60 anos, Parecer Atuarial nº 002/2025; e
- PGS de 9,92 anos, Parecer Atuarial nº 003/2025.

NOTA 9 – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

O Ajuste de Precificação, disposto na Subseção IV do Capítulo III da Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação, positivo ou negativo, de cada plano de benefícios, é indicado nas Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de

Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado, conforme determinação da legislação vigente, mas ressalta-se que os ajustes de precificação não são objeto de registro contábil.

Nos quadros de nº 25 a nº 27 demonstram-se os títulos públicos federais utilizados para o cálculo do ajuste de precificação, em 31 de dezembro de 2024, para cada plano de benefícios e por faixa de vencimento, enviados a PREVIC através do sistema Venturo, conforme disposto na Portaria DIFIS/PREVIC de nº 308, emitida em 25 de abril de 2024.

Quadro 25 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais do PBD-I R\$ Mil

Ativo	Ano de Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2030	293	691	1.308	1.493	184
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2035	360	1.270	1.623	1.968	345
Total PBD-I		653	1.961	2.932	3.461	529

Fonte: Núcleo de Investimentos

Quadro 26 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais do Plano Misto R\$ Mil

Ativo	Ano de Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2030	6693	16.896	29.898	31.413	1.515
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2035	4888	13.396	21.810	23.289	1.479
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2040	2438	5.997	11.141	12.056	915
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2045	872	2.104	3.938	4.330	392
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2050	1400	3.584	6.426	7.143	716
Total Plano Misto		16.291	41.977	73.213	78.231	5.018

Fonte: Núcleo de Investimentos

Quadro 27 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais do PGS R\$ Mil

Ativo	Ano de Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2026	2.509	7.703	11.262	11.405	143
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2028	1.807	5.780	8.153	8.343	190
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2030	6.284	14.681	27.849	29.427	1.578
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2035	8.138	19.708	35.742	38.629	2.887
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2040	4.995	13.364	22.928	24.579	1.651
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2045	3.394	9.698	15.357	16.753	1.396
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2050	3.200	8.399	14.706	16.219	1.513
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2055	1.955	4.990	8.453	9.877	1.424
Total PGS		32.282	84.323	144.449	155.230	10.781

Fonte: Núcleo de Investimentos

Para o Plano Prever não há registro de ajuste de precificação, por tratar-se de plano de benefícios de contribuição definida.

NOTA 10 – APURAÇÃO DE RESULTADOS – SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO E EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

O resultado técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico, ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso, avaliados a partir de limites e critérios diferenciados estabelecidos pela legislação, em função da duration do passivo atuarial.

No caso de superávit o ajuste positivo não poderá ser adicionado para fins de destinação/ utilização, o mesmo é informado apenas para comparação.

Os quadros do nº 28 ao nº 30 demonstram o superávit/déficit Técnico e o equilíbrio técnico ajustado dos planos de benefícios referentes ao exercício de 2024.

Quadro 28 - Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado do PBD-I

R\$ Mil

Exercício	31/12/2024	31/12/2023	%
A) Equilíbrio Técnico - Superávit	1.941	1.431	35,64%
B)(+/-) Ajuste de Precificação	529	572	-7,52%
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	2.470	2.003	23,31%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O PBD-I apresentou Superávit total de R\$ 1.941 mil, em 31 de dezembro de 2024, e encerrou o exercício de 2024 com equilíbrio técnico ajustado positivo de R\$ 2.470 mil.

Quadro 29 - Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano Misto

R\$ Mil

Exercício	31/12/2024	31/12/2023	%
A) Equilíbrio Técnico - Déficit	(18.667)	(14.189)	31,56%
B)(+/-) Ajuste de Precificação	5.018	5.647	-11,15%
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	(13.649)	(8.542)	59,79%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O Plano Misto, em 31 de dezembro de 2024, apresentou Déficit de R\$ 18.667 mil, e encerrou o exercício de 2024 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 13.649 mil.

Quadro 30 - Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado do PGS

R\$ Mil

Exercício	31/12/2024	31/12/2023	%
A) Equilíbrio Técnico - Déficit	(40.383)	(36.824)	9,66%
B)(+/-) Ajuste de Precificação	10.781	11.493	-6,20%
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	(29.602)	(25.331)	16,86%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 2024, o PGS apresentou saldo final deficitário, de R\$ 40.383 mil, e encerrou o exercício de 2024 com equilíbrio técnico ajustado negativo de R\$ 29.602 mil.

A ocorrência de déficits atuariais em planos de benefício do tipo BD (Benefício Definido) não é fato anormal no segmento da previdência complementar do país. As provisões matemáticas aumentam em função de premissas atuariais (tábua de mortalidade, inflação, longevidade, idade e sexo dos beneficiários dos assistidos, etc.), enquanto a rentabilidade dos ativos pode não alcançar a meta atuarial. Quando o déficit ultrapassa determinado limite estabelecido pela legislação, a entidade é obrigada a fazer o equacionamento, como uma medida necessária e preventiva para atender a todos assistidos e pensionistas no futuro.

O Balanço de 2022 da FAPERS, ainda como reflexo da pandemia nos mercados financeiros do Brasil e mundiais, apontou a necessidade de equacionar déficit no PGS de R\$ 11.925 mil, e no Plano Misto de R\$ 5.153 mil, a partir de 2024.

No entanto, tendo em vista a Resolução nº 58 do CNPC, emitida no dia 14 de novembro de 2023, esse equacionamento pode ser postergado para 2025, justamente devido à crise da economia, alta volatilidade e baixa rentabilidade das diferentes classes de ativos em 2022.

A faculdade dessa prorrogação exigiu a realização de estudos técnicos pela consultoria atuarial independente contratada, que demonstrasse os efeitos da medida nos

resultados dos planos de benefícios, bem como na sua solvência e liquidez. Posteriormente o tema foi apreciado pelo Conselho Deliberativo da FAPERS em reunião extraordinária no dia 01 de dezembro de 2023, e que deliberou por unanimidade pela postergação do equacionamento de déficit relativo ao exercício de 2022.

Essa medida buscou beneficiar os assistidos e pensionistas do PGS e aqueles com benefícios vitalícios do Plano Misto, bem como ao Patrocinador ASCAR, enquanto almeja-se que os cenários econômicos proporcionem melhores expectativas de rentabilidade para os próximos períodos.

O Balanço de 2023 da FAPERS, considerando que no decorrer do exercício de 2024 ainda não houve retomada dos resultados nos mercados financeiros do Brasil e mundiais, apontou a necessidade de equacionar déficit no PGS de R\$ 5.696 mil, e no Plano Misto de R\$ 2.392 mil, a partir de 2025, que está em tratativas junto ao Patrocinador ASCAR, conforme carta DIR/056, de 10 de outubro de 2024, contendo as Notas Técnicas Atuariais e os Planos de Equacionamento dos referidos planos de benefícios.

No Balanço de 2024, observa-se a necessidade de equacionamento dos Déficitos Técnicos do Plano Misto e PGS, referentes ao exercício de 2024, conforme os Pareceres Atuariais de nº 002/2025 e nº 003/2025, da Método Atuarial Sociedade Simples Ltda, emitidos em 21 de fevereiro de 2025, de R\$ 7.787 Mil e de R\$ 10.674 Mil, respectivamente.

NOTA 11 – CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS

Fundos são os valores do Patrimônio Social do plano de benefícios que possuem destinação específica, sendo classificados em: Fundos Previdenciais, Fundos Administrativos e Fundos para Garantias das Operações com Participantes.

11.1 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – CONTA DE OSCILAÇÃO DE RISCO - COR

Dos planos de benefícios administrados pela FAPERS, o Plano Misto é o único que possui Fundo Dos planos de benefícios administrados pela FAPERS, o Plano Misto é o único que possui Fundo Previdencial, chamado de Conta de Oscilação de Riscos - COR.

No Regulamento do Plano de Benefícios II – PLANO MISTO vigente, consta no item VIII do Capítulo III: “Conta de Oscilação de

Riscos (COR): É a conta onde são creditadas as parcelas da CIV, não reversíveis aos Participantes, nos casos de desligamento do Plano, mediante opção pelo Instituto do Resgate ou Portabilidade, e dos saldos remanescentes dos Participantes e Assistidos falecidos que não possuem Beneficiários. A conta suprirá eventual insuficiência do Plano.”.

Em 31 de dezembro de 2024, em atendimento à deliberação n.º 016/2024 referente à Ata n.º 374/2024 de 17 de dezembro de 2024 do Conselho Deliberativo, realizou-se a reversão do saldo acumulado total de R\$ 197 mil do referido Fundo Previdencial do Plano Misto.

No quadro de n.º 31 demonstra-se a movimentação do Fundo Previdencial realizados em 2024, em comparação aos valores de 2023.

Quadro 31 - Fundo Previdencial - Conta de Oscilação de Risco - COR

R\$ Mil

Plano Misto - conta contábil 2.03.02.01.	2024	2023	%
Saldo Inicial	116	24	383,33%
Constituição	67	86	-22,09%
Correção	14	6	133,33%
Reversão	-197	0	-
Saldo final	0	116	-100,00%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.2 – FUNDOS ADMINISTRATIVOS

O Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA vigente para o exercício de 2023, cita no item VIII do Capítulo II: “Fundo Administrativo: patrimônio constituído por sobras oriundas da diferença positiva entre as contribuições administrativas e as despesas administrativas acrescido do respectivo rendimento auferido na carteira de investimentos, o qual objetiva a cobertura das

despesas administrativas a serem realizadas pela Fundação na administração dos Planos de Benefícios, na forma dos seus regulamentos;”.

Os percentuais de rateio do Fundo Administrativo entre os Planos de Benefícios, para o exercício de 2024, definidos pelo critério de participação no Patrimônio dos Investimentos, descritos no Plano de Custeio Administrativo 2024, estão demonstrados no quadro de n.º 32.

Quadro 32 - Participação dos Planos de Benefícios no saldo do Fundo Administrativo Acumulado

Período	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Total
De janeiro a dezembro de 2024	2,03%	36,96%	34,11%	26,90%	100%

Fonte: Anexo I do Regulamento do PGA

No quadro de nº 33 verificam-se os valores de constituição e de reversão do Fundo Administrativo do PGA, bem como o saldo acumulado representado em cada plano de benefícios, em 31 de dezembro de 2024.

Quadro 33 - Resumo do Fundo Administrativo Acumulado

R\$ Mil

Conta Contábil 2.03.02.02.	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA
Saldo em 31/12/2023	1.144	399	212	1.055	2.810
Reversão para planos beneficios	0	0	0	-1.008	-1.008
Constituição Fundo. Adm. PGA	0	290	90	468	848
Reversão Fundo. Adm. PGA	-65	-11	-53	0	-129
Saldo em 31/12/2024	1.079	678	249	515	2.521

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Mensalmente efetua-se o registro de ajuste contábil do Fundo Administrativo no balancete auxiliar Plano de Ajuste, em atendimento ao Artigo 188 da Resolução PREVIC nº 23 de 14/08/2023, a fim de eliminar o efeito de

duplicidade de registro decorrente do processo de consolidação dos balancetes contábeis, visto que o Fundo Administrativo é registrado tanto no Plano de Gestão Administrativa quanto nos Planos de Benefícios.

11.3 – FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - FUNDO DE RESERVA PARA COBERTURA DE MORTE/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Fundos para Garantia das Operações com Participantes correspondem aos fundos de reservas formados com destinação específica, relativos aos empréstimos concedidos aos participantes da Entidade, conforme versão nº 07 do Regulamento para a Concessão de Empréstimo Pessoal, em vigor desde 01 de junho de 2022.

O conceito de Fundo de Reserva para Cobertura

de Morte/Aposentadoria por Invalidez consta no Capítulo VIII, Artigo nº 19 e inciso III do atual Regulamento de Empréstimos, como segue:” corresponde ao custo de formação de um fundo de reserva para liquidar saldo devedor do mutuário que vier a falecer ou aposentar-se por invalidez, sendo constituído por percentual definido pela Fundação por meio de Resolução Executiva, incidente sobre o valor do Empréstimo, aprovado pelo Conselho Deliberativo.”.

No quadro de nº 34 demonstra-se o saldo acumulado do referido Fundo, em 31 de dezembro de 2024, consolidado e por plano de benefícios.

Quadro 34 - Fundo de Reserva para Cobertura de Morte/Aposentadoria por Invalidez

R\$ Mil

Conta Contábil 2.03.02.03.01	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Consolidado
Saldo em 31/12/2023	4	383	151	50	588
Constituição	0	45	52	43	140
Reversão	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2024	4	428	203	93	728

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 12 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade. O pronunciamento técnico do CPC nº 25, de 26 de setembro de 2009, define três tipos de graus de risco, de acordo com a probabilidade de perda dos processos, como segue:

- **Remota:** Eventos julgados pela assessoria jurídica como Decisão Desfavorável, não havendo obrigatoriedade de reconhecimento contábil e de registro em notas explicativas;
- **Possível:** Eventos julgados pela assessoria jurídica como perda Possível, não há obrigatoriedade de registro contábil, mas deverão ser citados em Notas Explicativas;
- **Provável:** Eventos julgados pela assessoria

jurídica como perda Provável, sendo obrigatório o registro de provisão contábil, em Exigível Contingencial da Gestão Previdencial, e a menção em Notas Explicativas.

12.1 - PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

Os eventos julgados como probabilidade de perda possível, posicionados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, estão dispostos no quadro de nº 35, onde percebe-se a exclusão de um processo Civil no PGA.

Quadro 35 - Resumo dos processos com probabilidade de perda grau de risco Possível

Planos	Em 31/12/2024			Em 31/12/2023		
	Quantidade	Tipo	R\$ Mil	Quantidade	Tipo	R\$ Mil
Plano Misto	2	Previdenciário	79	2	Previdenciário	79
	1	Empréstimos	1	1	Empréstimos	1
PGS	2	Previdenciário	79	2	Previdenciário	79
	1	Empréstimos	1	1	Empréstimos	1
PGA	1	Cível	10	2	Cível	1616
	1	Administrativo	1027	1	Administrativo	1027
Total	8		1197	9		2803

Fonte: Assessoria Jurídica e Núcleo de Contabilidade

Percebe-se, em 2024, que houve a conclusão e baixa definitiva de um processo judicial de origem cível do PGA, decorrente de alvará de

autorização do Poder Judiciário.

12.2 – PROBABILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

Em 2024, houve a reversão de um processo judicial de origem previdencial julgado como perda provável no Plano Misto, decorrente de alvará de autorização do Poder Judiciário.

No PGS permanece o provisionamento de um processo no Exigível Contingencial da Gestão Previdencial (Conta contábil 2.02), como demonstra-se no quadro de nº 36, que compara os exercícios 2024 e 2023.

Quadro 36 - Resumo dos processos judiciais reconhecidos contabilmente como perda grau de risco provável

Planos	Em 31/12/2024			Em 31/12/2023		
	Quantidade	Tipo	R\$ Mil	Quantidade	Tipo	R\$ Mil
Plano Misto	-	Previdenciário	0	1	Previdenciário	268
PGS	1	Previdenciário	228	1	Previdenciário	228
Total	1		228	2		496

Fonte: Assessoria Jurídica e Núcleo de Contabilidade

NOTA 13 – DEPÓSITOS JUDICIAIS - GESTÃO PREVIDENCIAL

O quadro de nº 37 apresenta os saldos existentes de depósitos judiciais de origem Previdencial, realizados pela Fundação, até 31 de dezembro de 2024, em comparação aos

mesmos de 31 de dezembro de 2023.

Observa-se que, em 2024, realizou-se o resgate de dois depósitos judiciais no Plano Misto, decorrentes de alvarás de autorização do Poder Judiciário.

Quadro 37 - Resumo Depósitos Judiciais Gestão Previdencial

Processo Gestão Previdencial	Conta Contábil 1.02.01.05.01.01	Plano Misto		PGS		Prever		Consolidado R\$ Mil
		Quantidade	R\$ Mil	Quantidade	R\$ Mil	Quantidade	R\$ Mil	
2023		2	303	1	3	-	-	306
2024		0	0	1	3	-	-	3

Fonte: Assessoria Jurídica e Núcleo de Contabilidade

NOTA 14 – TRIBUTAÇÃO

14.1 – IRPJ E CSLL

A FAPERS dispõe de isenção tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme artigo 5º da Lei nº 11053/2004, artigo 5º da Lei nº 10426/2002, e artigos 10 e 17 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 588/2005.

14.2 – PIS E COFINS

Referente à exigência legal de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime cumulativo sobre as receitas administrativas do Plano de Gestão Administrativa – PGA (conforme determina art.69, § 1º, da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001), a Fundação ingressou, em 01 de fevereiro de 2007, com um mandado de Segurança de nº 2007.71.00.00058-8-RS, com efeito de suspender a exigibilidade do PIS e COFINS, e em 18 de maio de 2010, obteve ganho da causa, ficando a partir desta data, isenta da

obrigatoriedade de recolhimento de PIS e de COFINS.

Em 14 de janeiro de 2016, a Fundação recebeu uma manifestação de inconformidade da Delegacia da Receita Federal, via processo administrativo, referente à compensação de créditos de PIS e COFINS efetuada nos anos de 2010 e 2011, decorrentes do ganho de causa de isenção da obrigatoriedade de recolhimento dos mesmos, no processo supracitado.

Desde 31 de dezembro de 2017, e sem alteração no decorrer até 31 de dezembro de 2024, de acordo com a assessoria jurídica da FAPERS, este processo administrativo é considerado com probabilidade de perda possível.

14.3 – TAFIC

A Entidade é sujeita à tributação da Taxa de Fiscalização e Controle de Previdência Complementar (TAFIC), principal receita da PREVIC, calculada de forma quadrimestral com base nos Recursos Garantidores do Planos de Benefícios, conforme artigo nº 12 da Lei 12154/2009.

NOTA 15 – PARTES RELACIONADAS

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC, por meio da Resolução CFC nº 1.297, de 17 de setembro de 2010, aprovou a NBCT 17 (renumerada para NBC TG05 (R3), com base no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) (IAS 24 do IASB), que trata da divulgação sobre partes relacionadas. O objetivo principal da norma é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para chamar a atenção dos usuários para a possibilidade do Balanço Patrimonial e das Demonstrações dos Resultados estarem afetados pela existência de partes relacionadas e por transações e saldos, incluindo compromissos, com as referidas partes relacionadas.

As EFPCs têm como objetivos principais a instituição e a administração de planos de benefícios complementares da Previdência Social, e para tanto, realizam as seguintes transações recorrentes com as partes relacionadas:

- Recebimentos de contribuições previdenciárias e administrativas, vertidas pelos patrocinadores, participantes e assistidos;
- Pagamento de benefícios aos assistidos, em conformidade com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios;
- Concessão de empréstimos aos participantes e assistidos, mediante regulamentos próprios; e
- Pagamentos de remunerações aos empregados, Diretoria Executiva, membros dos Conselhos Estatutários e membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho Deliberativo.

Além das operações recorrentes, as entidades realizam outras transações consideradas não recorrentes, tais como operações de contrações de dívidas e de locação de imóveis com patrocinadores.

Considera-se que uma entidade está relacionada com a Fundação se:

- For patrocinador ou instituidor de um dos planos administrados pela Fundação;
- Fizer parte do sistema como controlada e/ou coligada, em empreendimentos controlados em conjunto, operações em conjunto e entidades estruturadas;
- Exercer influência relevante sobre a Fundação ou sofrer influência significativa dos Patrocinadores; e
- For entidade controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto ou significativamente influenciada, por uma das pessoas consideradas influentes nas decisões da Fundação.

Tendo como base o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) do CFC acima citado, na FAPERS podemos considerar como partes relacionadas:

- Pessoa que possa influenciar de forma relevante as decisões na Entidade, tomadas em conjunto ou individualmente;
- Pessoa que exerça cargo de dirigente, membro de conselhos e/ou comitês de assessoramento do Conselho Deliberativo da Fundação ou em um dos patrocinadores dos planos administrados pela Entidade; e
- Pessoa que seja, em relação a quaisquer pessoas mencionadas nos itens anteriores, cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, em linha reta ou colateral.

As transações recorrentes com as partes relacionadas realizadas pela FAPERS, geradas a partir de Convênios de Adesões assinados entre as partes, foram registradas nas demonstrações contábeis, tais como:

- Recebimentos de contribuições previdenciárias e administrativas, vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios,

pelos patrocinadores ASCAR e FAPERS;

- Recebimentos de contribuições previdenciárias e administrativas, vertidas em conformidade com os regulamentos dos planos de benefícios, por participantes, assistidos e autopatrocinados;

- Concessões de empréstimos aos participantes nas condições impostas pelo regulamento próprio;

- Concessões de benefícios de prestação única, continuada, pensões e pecúlios de acordo com os respectivos regulamentos dos planos de benefícios; e

- Pagamentos de remunerações aos empregados e diretores da Fundação, que podem ser participantes dos planos de benefícios, entretanto, ressalta-se nesta relação, que os mesmos obedecem ao disposto nos regulamentos dos respectivos planos, sem vantagem alguma sobre os demais participantes.

As transações não recorrentes com partes relacionadas são aquelas que, embora previstas na legislação da previdência complementar, não decorrem da natureza da Entidade e dos planos de benefícios por ela administrados e atendem a eventos específicos.

Na FAPERS as transações não recorrentes com partes relacionadas realizadas referem-se às Operações Contratadas, devidamente registradas nas demonstrações contábeis e descritas na Nota 6.

O grau de dependência da Fundação com seus patrocinadores representa o percentual apurado pela soma de ativos financeiros e recebíveis juntos aos mesmos em relação ao ativo total por plano de benefícios.

No quadro de nº 38, verifica-se o Grau de Dependência dos Patrocinadores da FAPERS em 2024.

Quadro 38 - Grau de Dependência dos Patrocinadores

Planos de Benefícios	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Consolidado
Contribuições a Receber Patrocinadores	R\$ -	R\$ 534	R\$ 40	R\$ 1.081	R\$ 1.655
Operações Contratadas Patrocinadores	R\$ 1.432	R\$ -	R\$ 62.074	R\$ -	R\$ 63.506
Ativo Total	R\$ 16.094	R\$ 252.668	R\$ 280.240	R\$ 203.684	R\$ 752.686
Grau de Dependência dos Patrocinadores	8,90%	0,21%	22,16%	0,53%	8,66%

Fonte: Núcleo de Contabilidade



NOTA 16 – EVENTOS SUBSEQUENTES

16.1 – EQUACIONAMENTO DE DÉFICITS

A ocorrência de déficits atuariais em planos de benefício do tipo BD (Benefício Definido) não é fato anormal no segmento da previdência complementar do país. As provisões matemáticas aumentam em função de premissas atuariais (tábua de mortalidade, inflação, longevidade, idade e sexo dos beneficiários dos assistidos, etc.), enquanto a rentabilidade dos ativos pode não alcançar a meta atuarial.

Quando o déficit ultrapassa determinado limite estabelecido pela legislação, a entidade é obrigada a fazer o equacionamento, como uma medida necessária e preventiva para atender a todos assistidos e pensionistas no futuro.

O Balanço de 2023 da FAPERS, considerando que no decorrer do exercício de 2024 ainda não houve retomada dos resultados nos mercados financeiros do Brasil e mundiais, apontou a necessidade de equacionar déficit no PGS de R\$ 5.696 mil, e no Plano Misto de R\$ 2.392 mil, a partir de 2025.

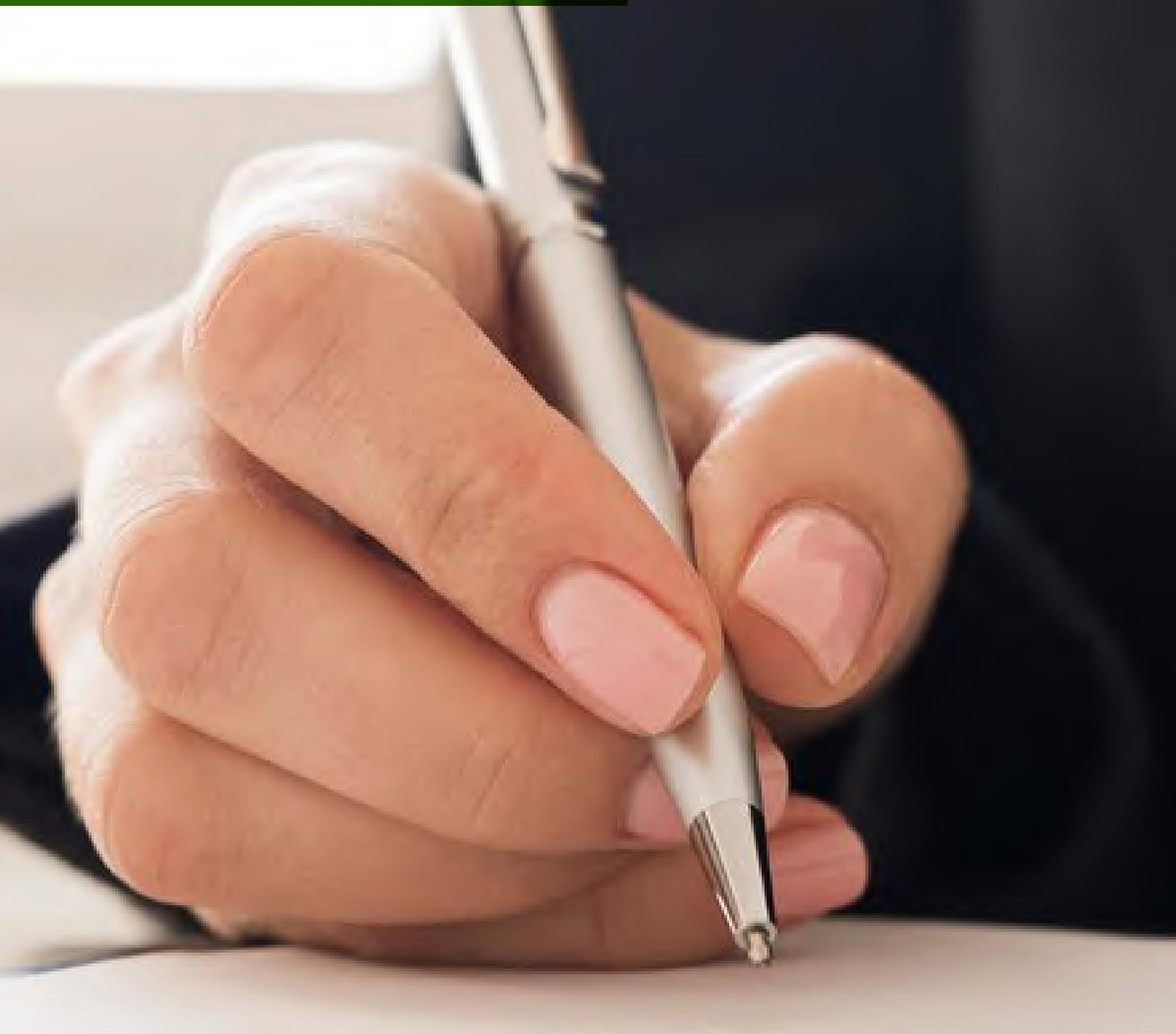
A FAPERS está em tratativas junto ao Patrocinador ASCAR, ao qual encaminhou a carta DIR/056, em 10 de outubro de 2024, contendo as Notas Técnicas Atuariais do Plano Misto e do PGS, emitidas pela Método Atuarial Soc. Simples Ltda. em 31 de agosto de 2024, bem como os Planos de Equacionamento dos déficits dos referidos planos de benefícios.

Ricardo Altair Schwarz
Diretor Superintendente e de Contabilidade
CPF: 241.911.910-04

Neiva Minussi Bidinotto
Controller - CRC/RS: 049965/0-9
CPF: 424.032.780-68

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora - CRC/RS:058855/0-6
CPF: 641.913.030-15

PARECERES ATUARIAIS



PARECER ATUARIAL (PBD-I - Plano de Benefício I)

PARECER ATUARIAL 001/2025

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2024 DO PLANO DE BENEFÍCIO I – PBD-I

A avaliação do Plano de Benefício I - PBD-I foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira – atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2024, um superávit técnico de R\$ 1.940.799,48 equivalente a 12,94% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 14.999.068,89, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

Descrição	Valor
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 14.999.068,89
Provisões Matemáticas	R\$ (13.058.269,41)
Resultado	R\$ 1.940.799,48

Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e do Superávit Técnico, atestamos que os mesmos foram calculados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

2 - DADOS CADASTRAIS

A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Pensionista	1	R\$ 6.228,26	81,00
Aposentados	13	R\$ 6.429,45	78,92
Total	14	R\$ 6.415,08	79,07

Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2024.

3 - HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

PLANO PBD-I	
Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial (**)	3,24%
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	97,99%
Indexador econômico	Varição do INPC

(**) De jan a nov/2024 3,19% e 3,24% a partir de dezembro/2024

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

(*) Feminina Suavizada em 10%

Com relação à taxa de juros do Plano e tendo em vista a situação superavitária do mesmo, e obedecendo ao disposto na legislação, esta premissa foi realinhada, passando a taxa de juros de 3,19% para 3,24%, conforme Estudo Técnico de Adequação Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Deliberação nº 013/2024 referente à Ata nº 374/2024, de 17 de dezembro de 2024.

Com esse ajuste, o impacto no passivo do plano foi uma redução de R\$ 47.268,16, equivalente a 0,36% das provisões de dezembro/2024.

4 - RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2024, foi de 11,90% contra uma meta atuarial de 8,11%, o que, representa obter mais 3,79 (pontos percentuais) acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades

5 - DURATION

Com base na Portaria DIFIS/PREVIC nº 308 de 25 de abril de 2024, bem como a respectiva planilha fornecida pela PREVIC e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2024, calculamos o duration do plano em 8,4664 anos.

É o parecer.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2025.

P/Método Atuarial

Felipe Teixeira Martini
Atuário MIBA 3501

PARECER ATUARIAL (Plano Misto - Plano de Benefício II)

PARECER ATUARIAL 002/2025

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2024 DO PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

A avaliação do Plano de Benefícios II – Plano Misto foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira e atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto da FAPERS apresentou, em 31/12/2024, um déficit técnico de R\$ 18.667.020,45 equivalente a 7,43% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 251.180.034,36.

Benefícios Concedidos	R\$ 132.072.847,08
Benefícios a Conceder	R\$ 139.773.615,81
Provisões Matemáticas a Constituir	-R\$ 1.999.408,08
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R\$ 269.847.054,81
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 251.180.034,36
Resultado	-R\$ 18.667.020,45

Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do Déficit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

Os custos dos benefícios de risco estão acima do valor cobrado atualmente, porém, tendo em vista o saldo existente atualmente na Conta para Cobertura dos Benefícios de Risco, no valor de R\$ 13.844.256,97, entendemos que não há necessidade de reajuste da alíquota de contribuição de 20,82% sobre o valor das contribuições normais dos patrocinadores.

A necessidade de equacionamento apurada em Dezembro de 2023, no valor de R\$ 2.391.541,18, será equacionado a partir de 2025, por participantes assistidos e patrocinadores.

De acordo com o demonstrativo abaixo, o Plano necessita de equacionamento. Assim, durante o ano de 2025, a entidade irá estudar a forma de equacionamento a ser implementada a partir de 2026.

Provisões Matemáticas (PM)	127.433.846,66
Duração do passivo base 12/2024	8,6001
Limite: 1% x (duration-4) x (PM)	4,60%
Limite	R\$ (5.862.084,38)
Déficit	R\$ (18.667.020,45)
Ajuste de precificação	5.017.544,00
Déficit Técnico ajustado	R\$ (13.649.476,45)
Necessidade de equacionamento	7.787.392,07

2 - DADOS CADASTRAIS

A População do plano é assim constituída:

PLANO MISTO			
Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Participantes	529	R\$ -	53,59
Assistidos	439	R\$ 1.713,87	70,80
Pensionistas	73	R\$ 3.076,13	65,54
Total	1.041	R\$ 1.908,10	61,69

Os dados cadastrais posicionados em 31/12/2024 foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2024.

3 - HIPÓTESES ATUARIAIS

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial (*)	5,03%
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	97,99%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) Só para Benefícios Concedidos

(*) De jan a nov/2024 4,95% e 5,03% a partir de dezembro/2024

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 MASC. e FEM.
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49
Tábua de entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS (**)
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

(**) com redutor de 82%

A taxa de juros do Plano, capaz de honrar os compromissos do Plano foi alterada de 4,95%, para 5,03% conforme Estudo Técnico Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo conforme Deliberação nº 013/2024 Referente à Ata nº 374/2024 de 17 de dezembro de 2024. Apesar dos resultados dos estudos elaborados pela consultoria financeira da fundação terem sido um pouco superior a essa taxa adotada, se optou pelo limite máximo permitido pela legislação.

Com esse ajuste, o impacto no passivo do plano foi uma redução de R\$ 626.173,61 equivalente a 0,23% das provisões de dezembro/2024.

4 - RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2024, foi de 8,20% contra uma meta atuarial de 9,96%, o que, em termos reais, representa obter 1,74 (pontos percentuais) abaixo da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

5 - DURATION

Com base na Portaria DIFIS/PREVIC nº 308 de 25 de abril de 2024, bem como a respectiva planilha fornecida pela PREVIC e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2024, calculamos o duration do plano em 8,6001 anos.

É o parecer.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2025.
P/Método Atuarial

Felipe Teixeira Martini
Atuário MIBA 3501

PARECER ATUARIAL (PGS - Plano Geral Saldado)

PARECER ATUARIAL 003/2025

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2024 DO PLANO GERAL SALDADO – PGS

A avaliação do Plano Geral Saldado – PGS foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira – atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2024 um déficit técnico de R\$ 40.382.500,45, demonstrando um desequilíbrio do plano equivalente a 14,46% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 279.182.027,68.

Benefícios Concedidos	R\$	330.651.520,31
Benefícios a Conceder	R\$	28.789.081,97
Provisões Matemáticas a Constituir	-R\$	39.876.074,15
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R\$	319.564.528,13
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$	279.182.027,68
Déficit técnico	-R\$	40.382.500,45

Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do resultado, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

A necessidade de equacionamento apurada em Dezembro de 2023, no valor de R\$ 5.695.805,00, será equacionado a partir de 2025, por participantes e patrocinadores.

De acordo com o demonstrativo a seguir, o Plano necessita de um novo equacionamento, cujas formas de equacionamento deverão ser realizadas durante o ano de 2025, sendo sua implantação a partir de 2026.

Provisões Matemáticas PM	R\$	319.564.528,13
Duração do passivo base 12/2024		9,9228
Limite: $1\% \times (\text{duration} - 4) \times \text{PM}$		5,92%
Limite	-R\$	18.927.167,87
Resultado	-R\$	40.382.500,45
Ajuste de precificação	R\$	10.780.899,00
Resultado ajustado	-R\$	29.601.601,45
Necessidade de equacionamento	-R\$	10.674.433,58

2 - DADOS CADASTRAIS

A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Participantes	62	R\$ 919,02	61,11
Aposentados	504	R\$ 3.952,63	71,77
Pensionistas	93	R\$ 4.812,82	71,69
Total	659	R\$ 3.788,61	70,76

Os dados cadastrais, posicionados em dezembro/2024, foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2024.

3 - HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	(*) 5,08 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	97,99%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*)De jan a nov/2024 5,04% e 5,08% a partir de dezembro/2024

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 MASC. E FEM.
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

A taxa de juros do Plano, capaz de honrar os compromissos do Plano foi alterada de 5,04% para 5,08%, conforme Estudo Técnico de Adequação Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Deliberação nº 013/2024 referente à Ata nº 374/2024, de 17 de dezembro de 2024.

Com esse ajuste, o impacto no passivo do plano foi uma redução de R\$ 869.564,75, equivalente a 0,27% das provisões de dezembro/2024.

4 - RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2024, foi de 11,90% contra uma meta atuarial de 8,11%, o que, representa obter mais 3,79 (pontos percentuais) acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades

5 - DURATION

Com base na Portaria DIFIS/PREVIC nº 308 de 25 de abril de 2024, bem como a respectiva planilha fornecida pela PREVIC e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2024, calculamos o duration do plano em 8,4664 anos.

É o parecer.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2025.
P/Método Atuarial

Felipe Teixeira Martini
Atuário MIBA 3501

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefícios Prever)

PARECER ATUARIAL 004/2025

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER ATUARIAL SOBRE O PLANO DE BENEFÍCIOS Prever EM 31/12/2024.

Preliminarmente cabe esclarecer que este Plano recebeu participantes do Plano de Benefícios II - Plano Misto, por meio de migrações, com seus respectivos saldos de contas. Os saldos de contas CIV do Plano Misto que migraram para este Plano, foram convertidos em CIP como forma de incentivar a Migração. Em função disso, os saldos de contas dos participantes são bem superiores ao saldo da CIV.

1 - SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Plano de Contribuição Definida da FAPERS, PLANO DE BENEFÍCIOS Prever, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

As Provisões Matemáticas desse Plano, registradas no Demonstrativo Contábil do exercício de 2024, foram identificadas nos saldos de conta dos participantes e dos patrocinadores em 31/12/2024, e seus valores correspondem aos indicados na tabela abaixo.

Benefícios Concedidos	R\$	20.900.486,31
Benefícios a Conceder	R\$	181.921.812,38
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R\$	202.822.298,69
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$	202.822.298,69
Resultado	R\$	-

A Avaliação Atuarial de 2024 foi realizada com base no Regulamento do Plano, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Portaria nº 271, de 15/06/2016, e nas informações cadastrais dos Participantes e Assistidos abrangidos pelo Plano na data-base de 31/12/2024.

2 - DADOS CADASTRAIS

A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Participantes	967		47,21
Assistidos	78	R\$ 3.167,91	66,73
Pensionistas	9	R\$ 2.321,82	46,88
Total	1054	R\$ 3.080,39	48,65

Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2024.

3- REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS ATUARIAIS

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos do plano avaliado. Como os benefícios do Plano Prever são estruturados na modalidade de Contribuição Definida, as Provisões Matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições e, após a concessão do benefício, pela dedução dos valores pagos, acrescidas do retorno dos investimentos, não cabendo a utilização de hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios. Na avaliação de benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, adota-se o Método de Capitalização Individual (ou financeira), visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria.

Neste caso, o Custo Normal equivale ao valor estimado das contribuições dos participantes definidas no plano de custeio para o próximo exercício e o Passivo Atuarial será equivalente ao saldo de conta acumulado. A estabilidade do custo no caso da adoção do Método de Capitalização Individual (ou financeira) dependerá apenas das regras de cálculo das contribuições estabelecidas pelo plano avaliado.

4- RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2024, foi de 6,71%. Considerando a meta de rentabilidade que é 9,44%, pode-se dizer que o Plano teve uma rentabilidade negativa de 2,73 pontos percentuais, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Prever apresenta em 31/12/2024 Equilíbrio Técnico nulo, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano corresponde exatamente ao valor das Provisões Matemáticas avaliadas em R\$ 202.822.298,69.

Esta situação ocorre em planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida não é prevista a formação de superávit ou déficit técnico, pois os ganhos e perdas financeiras são repassados para os saldos de conta que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.

É o parecer.

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2025.
P/Método Atuarial

Felipe Teixeira Martini
Atuário MIBA 3501

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros de

**Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul – FAPERS
Porto Alegre – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul – FAPERS que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul – FAPERS e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

a) Equacionamento de Déficit

a.1) PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

Chamamos a atenção para a conclusão do Parecer Atuarial, que descreve a necessidade de elaboração de plano de equacionamento do resultado deficitário do PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO. Apresentou em 31 de dezembro de 2024 um déficit técnico de R\$ 18.667 mil equivalente

a 7,43% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 251.180 mil. O Balanço de 2023 da FAPERS, considerando que no decorrer do exercício de 2024 ainda não houve retomada dos resultados nos mercados financeiros do Brasil e mundiais, apontou a necessidade de equacionar déficit de R\$ 2.392 mil, a partir de 2025, que está em tratativas junto ao Patrocinador ASCAR, conforme carta DIR/056, de 10 de outubro de 2024, contendo as Notas Técnicas Atuariais e os Planos de Equacionamento dos referidos planos de benefícios. Adicionalmente no balanço de 2024, observa-se a necessidade de equacionamento do Déficit Técnico, de R\$ 7.787 mil referente ao exercício de 2024, conforme o Parecer Atuarial de nº 002/2025, da Método Atuarial Sociedade Simples Ltda, emitido em 21 de fevereiro de 2025. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

a.2) PLANO GERAL SALDADO - PGS

Chamamos a atenção para a conclusão do Parecer Atuarial, que descreve a necessidade de elaboração de plano de equacionamento do resultado deficitário do PLANO GERAL SALDADO - PGS. Apresentou em 31 de dezembro de 2024 um déficit técnico de R\$ 40.383 mil equivalente a 14,46% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 279.183 mil. O Balanço de 2023 da FAPERS, considerando que no decorrer do exercício de 2024 ainda não houve retomada dos resultados nos mercados financeiros do Brasil e mundiais, apontou a necessidade de equacionar déficit de R\$ 5.696 mil, a partir de 2025, que está em tratativas junto ao Patrocinador ASCAR, conforme carta DIR/056, de 10 de outubro de 2024, contendo as Notas Técnicas Atuariais e os Planos de Equacionamento dos referidos planos de benefícios. Adicionalmente no balanço de 2024, observa-se a necessidade de equacionamento do Déficit Técnico, de R\$ 10.674 mil referente ao exercício de 2024, conforme o Parecer Atuarial de nº 003/2025, da Método Atuarial Sociedade Simples Ltda, emitido em 21 de fevereiro de 2025. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Ajuste de Precificação

b.1) PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

Chamamos a atenção para a Nota 9, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO. O valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2024, apresentou resultado positivo de R\$ 5.018 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b.2) PLANO GERAL SALDADO - PGS

Chamamos a atenção para a Nota 9, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO GERAL SALDADO - PGS. O valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2024, apresentou resultado positivo de R\$ 10.781 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores, com emissão de Relatório dos Auditores Independentes, datado de 28 de fevereiro de 2024, com uma opinião sem modificações sobre estas demonstrações contábeis, contendo ênfase sobre o mesmo assunto do parágrafo de ênfase acima Equacionamento de déficit e sobre o Investimento Americanas S/A solucionado neste exercício.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria pelas demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 28 de fevereiro de 2025.

Ricardo Schmidt

Contador – CRCRS no. 45.160

Taticca Auditores Independentes S.S.

CRC RS nº 009308/F

CVM 12.220

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no cumprimento de suas atribuições, conforme o artigo 49 do Estatuto, analisaram os balancetes dos Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa do Quarto Trimestre de 2024 fornecidos pela Gestão da Entidade e com base no Relatório Circunstanciado de Auditoria na posição de 31/12/2024, emitido em 28/02/2025 pela TATICCA Auditores Independentes S.S, onde foram analisados o processo contábil e controles internos, concluíram que os referidos balancetes apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação.

Porto Alegre, 20 de março de 2025.

Conselheiros Titulares

Guilherme Cezere Celi
Presidente

Clairto Dal Forno
Secretário

Maria Luiza Brezinski
“Em exercício”

Manifestação do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e baseado nos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Externa e do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024 em reunião realizada nesta data, delibera pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre, 21 de março de 2025.

Conselheiros Titulares

Adelaide Juvena Kegler Ramos
Presidente

Célio Alberto Colle
Vice-presidente

Diego Barden dos Santos
Secretário

André Macke Franck

Evandro Carlos Knob

Cristiano Ramos Moreira
“em exercício”

Derli Paulo Bonine
“em exercício”



FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA
DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL